



RELATÓRIO E CONTAS 2009

1º SEMESTRE

ÍNDICE

**I - VISÃO, COMPROMISSOS E CULTURA
EDP**

II - SÍNTESE DE INDICADORES

III - PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

IV-NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

V-EVOLUÇÃO DA ACÇÃO EDP EM BOLSA

VI - ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP

**VII-PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS,
TRANSACÇÕES DE DIRIGENTES E
TRANSACÇÕES SOBRE ACÇÕES PRÓPRIAS**

**VIII-DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONDENSADAS**

**IX-DECLARAÇÕES DE RESPONSABILIDADE
PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E
RELATÓRIO DE GESTÃO INTERCALAR**

I.1. VISÃO, COMPROMISSOS E CULTURA EDP

VISÃO

Uma empresa de energia integrada, líder em criação de valor nos mercados onde podemos fazer a diferença.

COMPROMISSOS

Clientes:

- Sempre que tomamos uma decisão colocamos o Cliente em primeiro lugar
- Esforçamo-nos por antecipar as necessidades dos nossos Clientes e por satisfazê-las plenamente com o nosso serviço
- Sabemos ouvir os nossos clientes e nunca os deixamos sem respostas, comunicando com transparência e simplicidade
- Disponibilizamos as melhores e mais inovadoras soluções do mercado

Pessoas:

- As nossas pessoas e as nossas equipas são a nossa principal vantagem competitiva.
- Trabalhamos com entusiasmo e com energia para mover o mundo.
- Atraímos, desenvolvemos e recompensamos os nossos melhores colaboradores. O mérito é a base deste sistema.
- Delegamos responsabilidades e damos autonomia, mas exigimos ética, integridade e profissionalismo.

Vida e ambiente:

- Reconhecemos as responsabilidades sociais que resultam da nossa dimensão. Queremos ajudar a construir uma sociedade mais justa.
- Sentimos entusiasmo pela vida e profundo respeito pela Natureza.
- O nosso mundo enfrenta fortes desafios climáticos. Queremos contribuir para repor o equilíbrio ambiental e assegurar a sustentabilidade.

- Ajudamos os nossos clientes a fazer uma utilização racional da energia, como forma de os satisfazer e de melhorar o ambiente

Resultados:

- Respeitamos a confiança que os nossos accionistas e investidores depositam em nós e retribuimos com os nossos resultados.
- Procuramos sempre melhorar o nosso desempenho e atingir a excelência, trabalhando em parceria com os nossos fornecedores.
- Lideramos os mercados energéticos onde actuamos com elevados níveis de satisfação dos nossos Clientes, de desempenho operacional e de eficiência.
- Buscamos sempre o sucesso em tudo o que fazemos.

CULTURA EDP – EDP WAY

Eficiente e Excelente

Natural e Sustentável

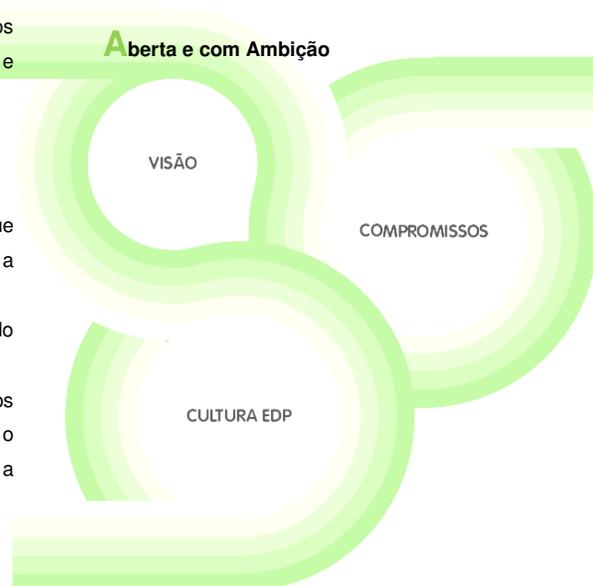
Envolve e Entusiasmante

Responsável e de Confiança

Global e Justa

Inovadora e com Iniciativa

Aberta e com Ambição



I.2. ORGANOGRAMA



Nota: O organograma não exaustivo. Algumas das percentagens apresentadas correspondem a participações indirectas.

- (1) Sociedade criada pelo Interelétrico de Cantábrico
- (2) Sociedade criada a 40% pela EDP, 24, 8% pela EDP, Gerião da Produção e 8% pela EDP Imobiliária
- (3) Sociedade criada, directa ou indirectamente, pelo Naturgas Energia Grupo
- (4) Sociedade criada a 45% pela Erennova (Brasil)
- (5) Sociedade criada a 50% HC Energia e 50% pela Naturgas Energia
- (6) Sociedade criada de património da EDP - Energia de Portugal - Sociedade Anónima, inscrita em Lisboa

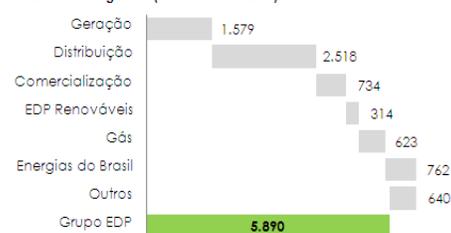
II. SÍNTESE DE INDICADORES

Indicadores Financeiros

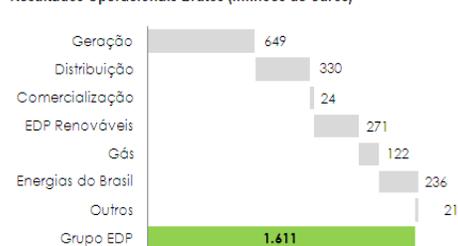
Milhares de euros	1S09	1S08	Var. %
Grupo EDP Consolidado			
Volume de Negócios	5.889.774	6.720.210	-12%
Resultados Operacionais Brutos	1.610.543	1.584.535	2%
Resultados Operacionais	979.332	973.347	1%
Resultado Líquido*	479.444	702.963	-32%
Cash-Flow Operacional	2.409.532	958.699	151%
Investimento Operacional Líquido	1.652.978	1.345.124	23%
Investimento/(Desinvestimento) Financeiro	-3.397	93.275	-104%
Activo Líquido	37.626.526	33.184.282	13%
Capitais Próprios	6.612.475	6.337.916	4%
Dívida Líquida	14.218.191	11.840.702	20%
Dívida Líquida/ Resultados Operacionais Brutos	4,4	3,7	18%
Passivo Financeiro / Capitais Próprios	244,7%	211,4%	33,3 p.p.
Resultado por Acção (euros)	0,13	0,19	-32%
"Dividend Yield"	5,0%	4,2%	0,8 p.p.
Capitalização Bolsista	10.212.710	12.121.423	-16%
Produção de Electricidade - Península Ibérica (exclui EDP Renováveis)			
Volume de Negócios	1.578.773	1.889.933	-16%
Resultados Operacionais Brutos	648.579	598.918	8%
Resultados Operacionais	423.982	413.040	3%
Resultado Líquido*	264.830	242.848	9%
Investimento Operacional	466.775	319.916	46%
Distribuição de Electricidade - Península Ibérica			
Volume de Negócios	2.518.431	3.017.578	-17%
Resultados Operacionais Brutos	330.361	374.109	-12%
Resultados Operacionais	190.489	235.282	-19%
Resultado Líquido*	119.692	141.515	-15%
Investimento Operacional	130.401	106.083	23%
Comercialização de Electricidade - Península Ibérica			
Volume de Negócios	733.579	570.324	29%
Resultados Operacionais Brutos	23.507	13.312	77%
Resultados Operacionais	23.886	11.706	104%
Resultado Líquido*	12.751	1.498	751%
Investimento Operacional	3.954	1.315	201%
EDP Renováveis			
Volume de Negócios	313.916	258.466	21%
Resultados Operacionais Brutos	270.826	226.743	19%
Resultados Operacionais	128.431	132.651	-3%
Resultado Líquido*	65.578	49.570	32%
Investimento Operacional	912.520	760.120	20%
Gás - Península Ibérica			
Volume de Negócios	623.258	731.807	-15%
Resultados Operacionais Brutos	121.853	114.509	6%
Resultados Operacionais	99.642	90.905	10%
Resultado Líquido*	68.300	55.942	22%
Investimento Operacional	27.232	26.733	2%
Energias do Brasil			
Volume de Negócios	762.026	939.131	-19%
Resultados Operacionais Brutos	235.946	297.671	-21%
Resultados Operacionais	179.796	180.772	-1%
Resultado Líquido*	111.515	66.700	67%
Investimento Operacional	96.252	129.574	-26%

Nota: considera-se 100% dos valores apresentados para o Investimento Operacional (Líquido de participações).
* Resultado Líquido atribuível a acionistas EDP

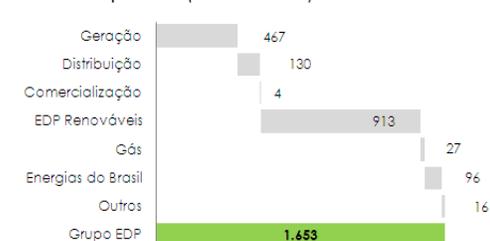
Volume de Negócios (milhões de euros)



Resultados Operacionais Brutos (milhões de euros)



Investimento Operacional (milhões de euros)



Indicadores Operacionais

	1S09	1S08	Var. %
Número de Colaboradores	11.996	13.049	-8%
Negócio Eléctrico (exclui Brasil)	7.242	7.491	-3%
Produção de electricidade (ex-renováveis)	2.207	2.337	-6%
Distribuição de Electricidade	4.202	4.439	-5%
Comercialização de Electricidade	177	169	5%
Renováveis	656	546	20%
Negócio do Gás	446	408	9%
Negócio Eléctrico no Brasil	2.273	2.973	-24%
Produção	243	230	6%
Distribuição	2.015	2.729	-26%
Comercialização	15	14	7%
Serviços de Suporte	1.391	1.601	-13%
Outros	644	576	12%

Produção de Electricidade - Península Ibérica (exclui EDP Renováveis)

Potência Máxima (MW)	12.528	12.010	4%
Portugal	9.104	9.003	1%
Espanha	3.424	3.007	14%
Produção Líquida de Electricidade (GWh)	19.512	17.226	13%
Portugal	12.965	11.031	18%
Espanha	6.546	6.196	6%

Produção de Electricidade - EDP Renováveis

Potência Máxima (MW)	4.634	3.240	43%
Portugal	553	517	7%
Espanha	1.695	1.280	32%
Resto da Europa	250	122	105%
EUA	2.123	1.321	61%
Brasil	14	-	n.a.
Produção Líquida de Electricidade (GWh)	5.253	3.961	33%
Portugal	542	509	6%
Espanha	1.466	1.324	11%
Resto da Europa	157	124	26%
EUA	3.074	2.003	53%
Brasil	15	-	n.a.

Distribuição de Electricidade - Península Ibérica

Número de Clientes	6.732.400	6.690.227	1%
Portugal	6.093.397	6.067.458	0%
Espanha	639.003	622.769	3%
Vendas de Electricidade (GWh)	27.284	28.040	-3%
Portugal	22.741	23.129	-2%
Espanha	4.543	4.911	-7%

Comercialização de Electricidade - Península Ibérica

Número de Clientes	449.785	281.553	60%
Portugal	230.376	170.218	35%
Espanha	219.409	111.335	97%
Vendas de Electricidade (GWh)	8.898	7.164	24%
Portugal	1.504	572	163%
Espanha	7.394	6.591	12%

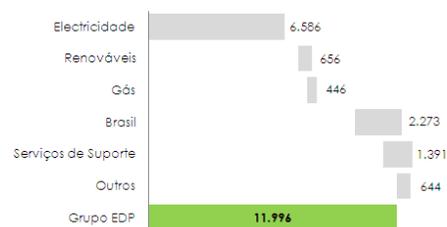
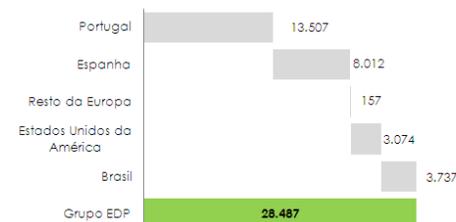
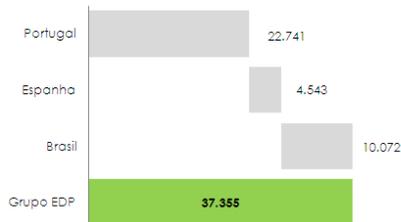
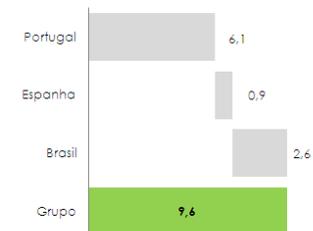
Negócio do Gás

Distribuição de Gás - Portugal			
Número de Clientes	207.931	188.001	11%
Vendas de Gás (GWh)	3.028	1.412	114%
Distribuição de Gás - Espanha			
Pontos de Distribuição	698.059	674.997	3%
Vendas de Gás (GWh)	11.109	11.775	-6%
Comercialização de Gás - Espanha			
Número de Clientes	627.278	495.913	26%
Vendas de Gás (GWh)	10.844	12.743	-15%

Negócio Eléctrico no Brasil

Potência Máxima (MW)	1.725	1.044	65%
Vendas de Electricidade (GWh)			
Produção	3.737	2.966	26%
Distribuição	10.072	12.731	-21%
Comercialização	3.811	3.579	7%
Número de Clientes	2.611.695	3.284.167	-20%

Nota: considera-se 100% dos valores apresentados para todas as empresas, independentemente da participação do Grupo EDP. O número de colaboradores inclui órgãos sociais.

Colaboradores

Electricidade Produzida (GWh)

Electricidade Distribuída (GWh)

Clientes de Electricidade (Milhões de clientes)


III. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO 1º SEMESTRE DE 2009

04-FEV EDP ASSINOU EMPRÉSTIMO DE €145 MILHÕES COM O BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

A EDP assinou com o Banco Europeu de Investimento um contrato de financiamento de 145 milhões de euros com prazo de 15 anos e amortizações escalonadas a partir do quarto ano. Os fundos captados destinam-se ao financiamento de dois projectos de re-potenciação das centrais hídricas de Picote II (+241 MW) e Bemposta II (+193 MW).

06-FEV FITCH MANTÉM RATING DE LONGO PRAZO DA EDP EM 'A-' ATRIBUINDO OUTLOOK ESTÁVEL

A agência de rating Fitch Ratings confirmou a notação de rating de longo prazo da EDP e da sua subsidiária EDP Finance BV em 'A-', o "senior unsecured" para 'A' e notação de rating de curto prazo em 'F2'. A Fitch confirmou ainda a notação de rating de longo prazo da HC Energia em 'A-' e de curto prazo em 'F2'. A Fitch atribui um "outlook" estável.

10-FEV EDP EMITE OBRIGAÇÕES NO MONTANTE DE € 1.000 MILHÕES, A 5 ANOS

A EDP Finance BV fixou o preço de uma emissão de obrigações no montante de EUR 1.000 milhões com vencimento em Fevereiro de 2014 com juros à taxa "mid swap" acrescida de um "spread" de 265 pontos base. Esta emissão destina-se a refinar a dívida corrente da EDP, alongando o seu prazo de maturidade.

05-MAR EDP CEDE DIREITO AOS AJUSTAMENTOS TARIFÁRIOS EXTRAORDINÁRIOS RELATIVOS A 2007 E 2008

A EDP Serviço Universal, S.A., comercializador de último recurso do sistema eléctrico nacional, detida, indirecta e integralmente, pela EDP, acordou ceder, de forma plena e sem recurso, à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. os direitos ao recebimento da totalidade dos ajustamentos positivos

às tarifas eléctricas respeitantes aos custos com a aquisição de energia eléctrica incorridos no ano de 2007 e estimados incorrer no ano de 2008, acrescidos dos respectivos encargos financeiros. Com a venda daqueles direitos, a EDP realiza um encaixe de cerca de €1.200 milhões, o que corresponde a 99% do valor dos ajustamentos registados em balanço no final de 2008.

05-MAR EDP CONTRATA LINHA DE CRÉDITO DE €1.600 MILHÕES

A EDP assinou um contrato de financiamento na modalidade revolving, no montante de €1.600 milhões e com o prazo de três anos, mantendo o seu propósito de suporte de liquidez do Grupo.

06-MAR RENÚNCIA DE MEMBROS DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

O Prof. Dr. Vítor Domingos Seabra Franco e o Prof. Dr. Vítor Martins Moreira apresentaram, em 5 e 6 de Março de 2009, respectivamente, as suas renúncias aos cargos de membros do Conselho Geral e de Supervisão.

11-MAR ADJUDICAÇÃO À IBERDROLA DA GESTÃO TEMPORÁRIA DAS CENTRAIS HIDROELÉCTRICAS DE AGUIEIRA E RAIVA

Na sequência da decisão 6/2008 da Autoridade da Concorrência (AdC) e após a realização de processo competitivo, foi comunicado à EDP a aprovação pela AdC da adjudicação à Iberdrola Generación, S.A. da gestão temporária da capacidade de produção das Centrais Hidroeléctricas de Agueira e Raiva, por um período de 5 anos, com início previsto em 1 de Abril de 2009. As referidas centrais, actualmente geridas pela EDP sob o regime dos Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMECs), têm uma potência instalada global de 360MW com bombagem.

A EDP Produção manter-se-á responsável pela operação e manutenção das Centrais, para além de manter na sua titularidade as licenças de produção e as concessões de utilização do domínio hídrico.

O regime de CMECs e o seu mecanismo de revisibilidade asseguram a neutralidade financeira desta operação para o Grupo EDP.

15-ABR ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

Aprovação dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas do exercício de 2008, eleição dos membros dos Órgãos e Corpos Sociais para o mandato do triénio 2009/2011 e aprovação da proposta de aplicação de resultados do exercício.

07-MAI PUBLICAÇÃO DE “REAL DECRETO LEY” QUE ESTABELECE CONDIÇÕES PARA A ELIMINAÇÃO DO DÉFICE TARIFÁRIO ESPANHOL

Este Real Decreto Ley, deverá viabilizar a securitização dos montantes de défice tarifário financiados pela HC Energia, que ascendem a cerca de €350 milhões, relativos aos défices acumulados até ao ano de 2008, líquidos do impactos decorrentes do regime dos Reais Decretos Ley 3/2006 e 11/2007.

14-MAI PAGAMENTO DE DIVIDENDO BRUTO DE €0,14 POR ACÇÃO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2008 (DIVIDENDO LÍQUIDO DE €0,112)

09-JUN MOODY'S BAIXA RATING DA EDP PARA 'A3' ATRIBUINDO OUTLOOK ESTÁVEL

A agência de rating Moody's Investors Service baixou a notação de rating de longo prazo da EDP e da sua subsidiária EDP Finance BV para "A3"/"Prime-2" com outlook estável de "A2"/"Prime-1" com outlook negativo. A Moody's realça que o plano de investimentos de 12 mil milhões de euros para o período 2009-12, 60% dos quais em expansão no negócio eólico, em particular nos Estados Unidos da América, acrescido dos

investimentos em CCGTs e hídricas na Península Ibérica bem como, os investimentos no Brasil, deverá conduzir a um aumento do cashflow futuro que gradualmente melhorará os rácios financeiros da empresa até 2012.

18-JUN EDP EMITE OBRIGAÇÕES NO MONTANTE DE EUR 1 000 MILHÕES A 7 ANOS

A EDP Finance BV fixou o preço de uma emissão de obrigações no montante de EUR 1.000 milhões com vencimento em Setembro de 2016 e juros à taxa mid swap acrescida de um "spread" de 135 pontos base.

DESENVOLVIMENTOS RECENTES

20-JUL EDP REFORÇA NEGÓCIO DE GÁS EM ESPANHA

O Grupo EDP acordou adquirir à Gas Natural SDG, S.A. as respectivas sociedades de distribuição em baixa pressão e comercialização (incluindo comercialização de último recurso) de gás natural nas regiões da Cantábria e Múrcia e de distribuição de gás natural em alta pressão nas regiões do País Basco, Astúrias e Cantábria. O preço de aquisição será determinado com base num enterprise value global de €330 milhões, após a obtenção das necessárias autorizações das autoridades reguladoras e de concorrência a que a transacção se encontra sujeita.

IV. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

IV.1. PRINCIPAIS INDICADORES DO GRUPO EDP

Nos primeiros seis meses de 2009, o resultado operacional bruto do Grupo EDP alcançou os 1.610,5 milhões de euros, o que compara com 1.584,5 milhões de euros no período homólogo.

O resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP recuou 32% face ao 1º semestre de 2008, para 479 milhões de euros, penalizado por menores ganhos de capital. No 1º semestre de 2009, os ganhos de capital (28 milhões de euros) incluíram: (1) 13 milhões de euros em resultado da entrada da Sonatrach no capital da CCGT Soto 4 (com participação de 25%), no 1º trimestre de 2009; (2) 15 milhões de euros de ganho reconhecido na venda da participação detida pela Energias do Brasil na ESC 90. Os ganhos de capital no 1º semestre de 2008 (482 milhões de euros) resultaram essencialmente do ganho resultante da diluição da participação da EDP na EDP Renováveis, no seguimento da Oferta Pública Inicial (405 milhões de euros).

Demonstração de Resultados – Grupo EDP

Milhões de euros	1S09	1S08	% Δ	Δ Abs.
Margem bruta	2.453,8	2.445,0	0,4%	+8,8
Fornecimentos e serviços externos	353,5	355,2	-0,5%	-1,8
Custos com pessoal	283,8	301,5	-5,9%	-17,7
Custos com benefícios sociais	65,0	57,9	14,1%	+8,2
Rendidas de concessão	124,3	117,6	5,8%	+6,8
Outros custos operacionais (líquidos)	15,6	28,3	-44,9%	-13
Custos operacionais	843,3	860,5	-2,0%	-17
Resultado Operacional Bruto	1.610,5	1.584,5	1,6%	+26
Provisões para riscos e encargos	18,8	17,5	-	+1,3
Depreciações e Amortizações líquidas	612,5	593,7	3,2%	+19
Resultado Operacional	979,3	973,4	0,6%	+6
Resultado da alien. de act. financeiros	27,9	481,5	-94,2%	-454
Resultados financeiros	(287,2)	(511,4)	43,8%	+224
Resultados em associadas	13,7	19,0	-27,8%	+5,3
Resultado antes de impostos	733,7	962,4	-23,8%	-229
IRC e Impostos diferidos	193,5	184,1	5,2%	+9,5
Operações em descontinuação	-	(8,5)	-	+8
Resultado Líquido do Exercício	540,2	769,9	-29,8%	-229,7
Accionistas da EDP	479,4	703,0	-31,8%	-223,6
Interesses Minoritários	60,7	66,9	-9,3%	-6,2

O resultado operacional bruto consolidado subiu 1,6% para 1.610,5 milhões de euros no 1º semestre de 2009, impulsionado por actividades liberalizadas na Península Ibérica (+100 milhões de euros) e operações eólicas (+44 milhões de euros). O resultado operacional bruto da produção contratada de LP e de redes reguladas, por sua vez, foi penalizado por resultados mais baixos no 1º semestre de 2009 (face ao 1º semestre de 2008): (1) impacto negativo de 29 milhões de euros essencialmente relacionado com custos de combustíveis acima dos índices

internacionais no 1º semestre de 2009 (face a um impacto positivo de 28 milhões de euros no 1º semestre de 2008) na produção contratada de LP e (2) impacto positivo associado à recuperação através das tarifas de 2008 de um montante de 58 milhões de euros relativo a desvios tarifários de anos anteriores, na distribuição de electricidade em Portugal.

Resultados Operacionais Brutos – Grupo EDP

Milhões de euros	1S09	1S08	Δ %
Produção Contratada LP	424,7	450,4	-5,7%
Actividades Liberalizadas	290,1	189,9	52,7%
Redes Reguladas P. Ibérica	409,4	458,1	-10,6%
Eólico	270,8	226,7	19,4%
Brasil	235,9	297,7	-20,7%
Outros e Ajustamentos	(20,5)	(38,3)	46,4%
Consolidado	1.610,5	1.584,5	1,6%

O resultado operacional bruto integrado dos negócios de produção e comercialização na Península Ibérica cresceu 9,8% (+60 milhões de euros) face ao período homólogo. O resultado operacional bruto da actividade de produção contratada recuou 5,7% face ao período homólogo fortemente relacionado com custos de combustíveis, boa performance de custos, e acréscimo de capacidade. Note-se que como resultado da estratégia da EDP de “hedging” através de instrumentos financeiros da variação nos preços do combustíveis entre o momento da aquisição e momento do consumo, este impacto negativo é compensado ao nível dos resultados financeiros, seja em trimestres anteriores, no presente, ou nos seguintes.

Por sua vez, o resultado operacional bruto da produção liberalizada cresceu 53% (+100 milhões de euros) liderado por um aumento de 38% (+112 milhões de euros) na margem bruta: (1) +85 milhões de euros na produção liberalizada justificada por maiores margens, maior contribuição de produção a carvão e hídrica; (2) +14 milhões de euros na comercialização de electricidade, liderada por volumes e margens; (3) +14 milhões de euros na comercialização de gás, justificado por maiores volumes e margens nos segmentos residenciais e

comerciais de gás. Como resultado da estratégia da contratação das vendas a prazo com fixação simultânea das margens, a margem efectiva deste negócio subiu 21% face ao 1º semestre de 2008 para €25/MWh. A produção desta área de negócio caiu 2,6%, revelando um desempenho claramente superior ao do regime convencional em Espanha (-15% face ao período homólogo). A EDP foi compradora líquida na "pool", beneficiando de menores preços sempre que estes estiveram abaixo do seu custo marginal de produção. Os clientes de retalho do grupo (com volumes 31% mais altos face ao 1º semestre de 2008) absorveram 85% da nossa produção liberalizada.

O resultado operacional bruto da actividade de produção de energia eólica aumentou 19% (44 milhões de euros) impulsionado por margem bruta mais elevada (+53 milhões de euros) devido a maior produção (+33% face 1º semestre de 2008) e uma menor exposição aos preços de mercado. Nos EUA a margem bruta ajustada de PTCs e outros proveitos relacionados com parcerias com investidores institucionais (+64% relativamente ao 1º semestre de 2008, para 156 milhões de euros) foi liderada por um aumento de 53% da produção como consequência do acréscimo de capacidade (+61%). O preço médio de electricidade no período foi 2% mais baixo que o 1º semestre de 2008 para os USD47,5/MWh, penalizado por parques sem CAEs contratados. Na Europa, mesmo com uma forte queda no preço efectivo alcançado na "pool" espanhola e menores factores de utilização, a EDP Renováveis conseguiu atingir um aumento de 3% (face ao 1º semestre de 2008) da margem bruta, para 199 milhões de euros, beneficiando da estratégia de gestão activa de risco do grupo para reduzir a sua exposição aos preços da "pool". Durante o 1º semestre de 2009, a EDP Renováveis vendeu aproximadamente 1TWh a prazo, o que resultou num ganho de 12 milhões de euros. Os factores de utilização médios na Europa (-2pp face ao 1º semestre de 2008 nos 25%) e EUA (-6pp face ao 1º semestre de 2008 nos 32%) foram penalizados por baixos factores de disponibilidade, menores recursos eólicos e condições extraordinárias no 1º trimestre de 2008.

O resultado operacional bruto da actividade de redes reguladas na Península Ibérica caiu 11% (-49 milhões de euros) para 409 milhões de euros reflectindo (i) o desempenho da actividade de distribuição em Portugal (-42 milhões de euros) e (ii) o desempenho

da distribuição de gás em Portugal (-12 milhões de euros). Na distribuição de electricidade em Portugal (70% do resultado operacional bruto de redes reguladas na Península Ibérica) a margem bruta regulada recuou 3% face ao 1º semestre de 2008 para 660 milhões de euros, reflectindo por um lado, a recuperação através das tarifas de electricidade em 2008 de 58 milhões de euros de desvios tarifários de anos anteriores e, por outro lado, as melhorias introduzidas no novo período regulatório 2009-2011. Por sua vez, o resultado operacional bruto de distribuição de gás em Espanha subiu 10% face ao período homólogo, para 79 milhões de euros.

O resultado operacional bruto da Energias do Brasil foi influenciado pelo facto de em Setembro de 2008, corolário da conclusão da operação de troca de activos com o Grupo Rede, a empresa de distribuição de electricidade Enersul foi excluída do perímetro de consolidação enquanto que a central hidroeléctrica do Lajeado (detida em 73% versus 27,65% anteriormente) começou a ser consolidada integralmente. No 1º semestre de 2009, a contribuição da Energias do Brasil para o resultado operacional bruto consolidado recuou 21% (62 milhões de euros) face ao 1º semestre de 2008, afectada negativamente pela depreciação em 11% do real contra o euro (29 milhões de euros), por custos de reestruturação (recursos humanos) registados no 1º semestre de 2009 (5 milhões de euros) e por ganhos registados no 1º trimestre de 2008 (26 milhões de euros, como resultado de preços elevados no mercado spot). O resultado operacional bruto da distribuição (em moeda local, excluindo a Enersul) cresceu 3% para os 373 milhões de reais, justificada por (1) 1% de aumento dos volumes distribuídos (fruto duma queda de 9% nos volumes vendidos ao segmento industrial, compensada por 5% de aumento nos volumes vendidos aos segmentos residencial e comercial) e (2) menor exposição dos proveitos regulados à procura industrial do que a variações na procura comercial/residencial, (3) quebra de 25% face ao 1º semestre de 2008 na electricidade distribuída aos clientes do mercado livre devido à diminuição do consumo dos grandes clientes industriais.

Resultados Financeiros – Grupo EDP

Milhões de euros	1S09	1S08	% Δ
Juros financeiros líquidos	(294,9)	(341,2)	13,6%
Diferenças de câmbio	7,7	5,4	-
Rendimentos de particip. de capital	7,6	4,1	-
Outros ganhos e perdas financeiros	(7,6)	(179,7)	96%
Resultados Financeiros	(287,2)	(511,4)	43,8%

Os **resultados financeiros** do grupo EDP reflectem:

a) a diminuição dos juros financeiros líquidos diminuíram 14% no período, para 295 milhões de euros no 1º S09, beneficiando de uma queda de c140 pontos base no custo médio da dívida, de 5,6% no 1º semestre de 2008 para 4,2% no 1º semestre de 2009, em linha com a redução das taxas de juro de curto prazo (de notar que c56% da dívida da EDP está indexada a taxa variável sendo o seu principal indexante a Euribor a 3 meses, que caiu de 4,67% em média no 1º semestre de 2008 para 1,66% no 1º semestre de 2009). Este efeito compensou o aumento de 18% na dívida líquida;

b) o impacto dos outros resultados financeiros que incluem: i) um montante de 29 milhões de euros no 1º semestre de 2009, para reflectir a diminuição do valor de mercado da participação que a EDP detém no BCP (3,2%) (face a uma perda de 148 milhões de euros no 1º semestre de 2008 que reflectiu a diminuição do valor de mercado das participações detidas pela EDP no BCP e Sonaecom (8%)); e ii) uma perda de 16 milhões de euros (face a uma perda de 73 milhões de euros no 1º semestre de 2008) relacionada com operações de “hedging” nos mercados energéticos (actividade de produção);

Os **ganhos em empresas associadas** totalizaram 14 milhões de euros no 1º semestre de 2009 (-5 milhões de euros em relação ao período homólogo): i) o valor do 1º semestre de 2008 inclui uma contribuição de 4 milhões de euros da Turbogás (vendida em Maio de 2008); e ii) a contribuição da DECA II diminuiu em 4 milhões de euros no período.

Os **ganhos/perdas na alienação de activos financeiros** perfizeram 28 milhões de euros no 1º semestre de 2009, em consequência: i) da entrada da Sonatrach no capital da CCGT Soto 4 (com uma participação de 25%), em linha com o definido na parceria estratégica criada em 2007, o que se reflectiu num ganho de 13 milhões de euros; ii) do reconhecimento de um ganho de 15 milhões de euros com a venda da participação detida pela Energias do Brasil na ESC 90. Os ganhos de capital no 1º semestre de 2008 incluem: i) um ganho de 405 milhões de euros resultante da diluição da participação da EDP na EDP Renováveis, no seguimento da Oferta Pública Inicial; ii) um ganho de 49 milhões de euros obtido com a venda de das

participações detidas pela EDP na Turbogás e na Portugal; iii) um ganho de 17 milhões de euros que resultou da venda de uma participação de 1,5% do capital da REN; e iv) um ganho de 4,8 milhões de euros consequência do exercício por parte da EDP da opção de venda sobre os 40% que detinha no capital da Edinfor.

Investimento Operacional – Grupo EDP

Milhões de euros	1S09	1S08	% Δ
Prod. Contratada (P. Ibérica)	49,6	51,9	-4,4%
Liberalizado (P. Ibérica)	401,0	252,7	58,7%
Redes Reauladas (P. Ibérica)	158,1	132,8	19,1%
Eólico	912,5	759,8	20,1%
Brasil	96,3	129,6	-25,7%
Outros	35,5	18,0	97,6%
Grupo EDP	1.653,0	1.344,8	22,9%
Expansão	1.372,1	1.044,9	31,3%
Manutenção	280,9	299,9	-6,3%

O investimento operacional do Grupo EDP aumentou 23% no período (+308 milhões de euros) para 1.653 milhões de euros, devido essencialmente a um aumento de 327 milhões de euros do investimento operacional de expansão (que representa 83% do investimento operacional total). Os novos projectos hídricos e eólicos representaram 67% do investimento em expansão. Os principais factores de crescimento foram a nossa actividade de produção liberalizada na Península Ibérica, devido ao pagamento de 232 milhões de euros relativos aos direitos de concessão das barragens de Fridão (231MW) e Alvito (220MW), e a nossa actividade eólica, com a conclusão de 218MW e a construção de 1.261MW adicionais. No 1º semestre de 2009, a EDP instalou 261MW de capacidade: i) 218MW de capacidade eólica (200MW nos EUA e 18MW na Europa); ii) 14MW de capacidade em biomassa em Portugal; e iii) 29MW de capacidade hídrica no Brasil. Adicionalmente, a Junho de 2009, a EDP tinha cerca de 3.800MW de capacidade em construção, tendo sido já investido um total de 2.575 milhões de euros. O investimento operacional de manutenção diminuiu 6% no período, devido à exclusão da Enersul do perímetro de consolidação, bem como a menores investimentos de Desox/Denox nas nossas centrais a carvão de Sines, Aboño e Soto.

Na energia eólica, o investimento operacional totalizou 912 milhões de euros: (1) 287 milhões de euros investidos em 218MW que iniciaram operações no do

primeiro semestre de 2009 (inclui também montantes despendidos em MW adicionados em 2008) ; e (2) 625 milhões de euros investidos em 1.261MW em construção a Junho de 2009 e em capacidade em estudo e desenvolvimento mas com investimento já comprometido (nomeadamente pagamento a fornecedores por turbinas já contratadas).

Foram investidos 401 milhões de euros na nossa actividade de produção liberalizada na Península Ibérica (+148 milhões de euros). Um total de 291 milhões de euros foram investidos em capacidade de produção hídrica em Portugal, dos quais 232 milhões de euros dizem respeito ao pagamento dos direitos de concessão das centrais hidroeléctricas de Fridão (231MW) e Alvito(220MW) (entrada em operação prevista para 2016). O remanescente foi principalmente investido nos trabalhos de construção de 4 centrais hidroeléctricas: 3 repotenciações (Picote II, Bemposta II e Alqueva II, totalizando 696MW) e uma nova barragem (Baixo Sabor com 170MW). No que respeita ao investimento em CCGTs, foram investidos 88 milhões de euros durante o 1º semestre de 2009 nos trabalhos de construção de: i) Soto 5 em Espanha (424MW), com entrada em operação prevista para 2011; e ii) Lares I e II em Portugal (862W), cuja entrada em funcionamento está prevista para o 3º trimestre de 2009.

O investimento operacional em redes reguladas na Península Ibérica totalizou 158 milhões de euros no 1º semestre de 2009, dos quais 71% foram investidos na nossa actividade de distribuição em Portugal, com enfoque na expansão da rede e melhoria da qualidade do serviço.

No Brasil, o investimento operacional totalizou 96 milhões de euros no 1º semestre de 2009: i) 34 milhões de euros foram investidos na expansão da capacidade de produção, com a construção da central a carvão de Pécem com CAE (720MW, detida em 50% pela Energias do Brasil), cuja entrada em operação está prevista para Dezembro de 2011, e com a conclusão da central hidroeléctrica de Santa Fé (29MW), que entrou em funcionamento em Junho de 2009; ii) 22 milhões de euros foram investidos na rede de distribuição de electricidade (investimento de manutenção).

DÍVIDA FINANCEIRA

No final do primeiro semestre de 2009, a dívida bruta consolidada (nominal) ascendia a 16.094 milhões de euros. Face ao final de 2008, a dívida aumentou 1.433 milhões de euros, sobretudo em virtude do pagamento de dividendos e da antecipação do financiamento de necessidades futuras, através de emissões obrigacionistas.

A dívida líquida consolidada do Grupo EDP no final do primeiro semestre de 2009 totalizava 14.218 milhões de euros, o que representa um incremento de 2% face a Dezembro de 2008. O diferencial de 1.878 milhões de euros entre a dívida bruta (nominal) e líquida, consolidadas resulta essencialmente da existência de caixa e equivalentes na EDP S.A. e EDP Finance B.V. (1.349 milhões de euros), nas subsidiárias brasileiras do Grupo (173 milhões de euros) e na EDP Renováveis (326 milhões de euros).

Dívida Financeira Nominal - Grupo EDP

	milhões de euros		
	Jun 2009	Dez 2008	Var
EDP S.A. e EDP Finance BV	13.652	12.417	10%
Produção Portugal	196	190	3%
EDP Renováveis	545	558	-2%
Portgás	105	111	-5%
HC Energia	510	449	14%
Energias do Brasil	1.088	936	16%
Dívida Financeira Nominal	16.094	14.661	10%

Durante os primeiros seis meses de 2009 a EDP manteve a política de centralização da dívida financeira ao nível da EDP S.A., EDP Finance B.V. e EDP Sucursal, que representaram cerca de 85% da dívida consolidada do Grupo. O remanescente corresponde essencialmente a dívida contratada pelas participadas Brasileiras, a dívida contratada na modalidade de "project finance" por subsidiárias do Grupo EDP Renováveis com projectos de geração eólicos realizados em parceria, bem como dívida de curto prazo contratada pelo Grupo Hidrocantábrico.

Para financiar a repotenciação das barragens de Picote e Bemposta, a EDP S.A. contratou no início do ano um financiamento de 145 milhões de euros junto do Banco Europeu de Investimento, com um prazo de 15 anos.

No primeiro semestre de 2009 (Fevereiro e Junho), a EDP Finance B.V. aproveitou alguns períodos de menor volatilidade no mercado de capitais internacional para realizar duas emissões de

obrigações, no montante de 1.000 milhões de euros cada, ao abrigo do programa de emissão de títulos de dívida “Programme for the Issuance of Debt Instruments (MTN)”. A emissão realizada em Fevereiro tem um prazo de 5 anos e a de Junho um prazo de 7 anos e três meses. Estas transacções permitiram alongar o perfil de maturidade da dívida do Grupo e reforçar a sua posição de liquidez, em antecipação de vencimentos previstos para 2009 e 2010.

Em Março de 2009, a EDP Serviço Universal, ao abrigo do Decreto-lei nº165/2008, cedeu, de forma plena e sem recurso, à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., a totalidade dos créditos emergentes dos ajustamentos positivos às tarifas eléctricas, acrescidos dos respectivos encargos financeiros, referentes a custos decorrentes da actividade de aquisição de energia eléctrica relativos ao ano de 2007 e estimados para o ano de 2008. Esta venda representou um encaixe líquido de cerca de 1.2 mil milhões de euros (para a EDP Serviço Universal).

No Brasil, foi renegociada a dívida da Cesa e da Energest junto do Banco Santander, tendo-se substituído a dívida em dólar com um cupão anual de 4,81% por dívida em Reais, ao custo de 123,5% do CDI.

Foram emitidas ainda notas promissórias pela Bandeirante, num montante total de 230 milhões de reais, com vencimento a 30 de Maio de 2010 e uma remuneração igual à taxa CDI mais um “spread” de 1,30%.

Para o financiamento da PCH Santa Fé, foi aprovado no BNDES o montante de 76 milhões de reais, com carência até 2010 e prazo de 14 anos para amortização. A taxa de juro corresponde à TJLP acrescida de 1,9% anualmente.

Em termos de maturidade, a dívida consolidada do Grupo EDP é composta por 21% de curto prazo e 79% de médio e longo prazo.

Dívida Financeira - Grupo EDP

milhões de euros

	Jun 2009	Dez 2008	Var
Dívida - Curto Prazo	3.421	3.669	-7%
Empréstimos por Obrigações	1.596	1.085	47%
Dívidas a Instituições de Crédito	496	1.204	-59%
Outros Empréstimos Obtidos	9	8	10%
Papel Comercial	1.320	1.372	-4%
Dívida - Médio e Longo Prazo	12.673	10.992	15%
Empréstimos por Obrigações	7.498	5.989	25%
Dívidas a Instituições de Crédito	5.088	4.923	3%
Outros Empréstimos Obtidos	87	80	9%
Dívida Financeira Nominal	16.094	14.661	10%
Juros a pagar	148	142	
Cobertura de justo valor da dívida	-63	-117	
Dívida Financeira IFRS	16.180	14.686	10%

Ao nível do financiamento de curto prazo e na sua gestão de tesouraria, a EDP S.A. continuou a privilegiar o recurso ao programa de Euro Commercial Paper, instrumento que proporciona o acesso a uma base de investidores alargada a custos muito competitivos, assegurando a flexibilidade necessária a uma eficiente gestão de tesouraria. Em Espanha, através da sua subsidiária HC, o Grupo dispõe de um programa de “pagarés” (papel comercial doméstico) no montante de 500 milhões de euros que lhe proporciona igual flexibilidade e eficiência na gestão de tesouraria.

Em Março, a EDP SA e a EDP Finance B.V. assinaram um contrato de financiamento na modalidade “revolving”, no montante de 1.600 milhões de euros e com um prazo de três anos. A nova linha de crédito substitui uma linha de 1.300 milhões de euros contratada pela EDP S.A. em 2004 e que vencia em Julho de 2009, mantendo o seu propósito: suporte de liquidez do Grupo. A linha não tem actualmente quaisquer utilizações. A transacção foi organizada pela própria EDP, na modalidade de Club Deal, contando com a participação de 19 bancos nacionais e internacionais.

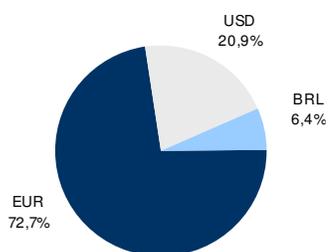
Mantendo uma política de gestão financeira pautada pela prudência, a EDP, S.A. dispunha, no final de Junho de 2009, de 1.787 milhões de euros de linhas de crédito contratadas e não utilizadas e de 650 milhões de euros de programas de papel comercial doméstico com compromisso de tomada firme, os quais se encontravam completamente disponíveis. O Grupo tem como política manter as suas fontes de liquidez junto de diversas instituições bancárias de elevada qualidade creditícia.

No final do primeiro semestre de 2009, a média das taxas de juro, após derivados de cobertura, da dívida financeira da EDP, S.A., EDP Finance BV e EDP Sucursal situava-se em 3,1% p.a., encontrando-se cerca de 48,1% da dívida de médio/longo prazo a taxa fixa.

No que se refere à moeda, os financiamentos em US Dólares contratados para financiar a aquisição e capex da Horizon, justificam o peso da exposição a esta divisa (21%), tendo o Grupo EDP mantido o perfil já apresentado no final de 2008, com o Euro como principal moeda de endividamento (73%).

No início de Março de 2009, a Moody's América Latina elevou os Ratings da Bandeirante e da Escelsa de Baa3/Aa3.br para Baa2/Aa1.br. Simultaneamente, a Moody's elevou os ratings da Energias do Brasil de Ba2/Aa3.br para Ba1/Aa2.br. A perspectiva para estes ratings é agora estável.

Dívida por tipo de moeda



Rating

Em Junho do corrente ano, a Moody's baixou a notação de rating de longo prazo da EDP, S.A. e da EDP Finance BV de "A2"/"Prime-1" com outlook negativo para "A3"/"Prime-2" com outlook estável.

Global						
	S&P	Última actualização	Moody's	Última actualização	Fitch	Última actualização
EDP SA e EDP Finance BV	A-/SubA-2	3-7-08	A3/Stab/P2	9-6-09	A-/Sub/F2	6-2-09
HC	-	-	Baa1/Stab/P2	9-6-09	A-/Sub/F2	6-2-09
Bandeirante	-	-	Baa3/Stab	4-3-09	-	-
Escelsa	BB-/Sub	16-6-08	Baa3/Stab	4-3-09	-	-
Energias do Brasil	-	-	Ba1/Stab	4-3-09	-	-

O rating atribuído pela Moody's à HC Energía foi também alterado de "A3"/"Prime-2" com outlook negativo para "Baa1"/"Prime-2" com outlook estável, entendendo a agência que a elevada integração da empresa no Grupo justifica a alteração no mesmo sentido da EDP S.A.

Local - Brazil						
	S&P	Última actualização	Moody's	Última actualização	Fitch	Última actualização
Bandeirante	brAA-/Posit	16-6-08	Aa1.br/Stab	4-3-09	-	-
Escelsa	brA+/Stab	16-6-08	Aa1.br/Stab	4-3-09	-	-
Energias do Brasil	-	-	Aa2.br/Stab	4-3-09	-	-

IV.2. EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DAS UNIDADES DE NEGÓCIO

IV.2.1. PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA

O Resultado Operacional do negócio integrado de Produção e Comercialização na Península Ibérica apresentou um aumento de 10% para 672,1 milhões de euros no 1º semestre de 2009.

Demonstração de Resultados Operacionais – Produção e Comercialização na Península Ibérica

Milhões de euros	Total		
	1S09	1S08	Δ 09/08
Margem Bruta	858,4	794,6	8%
Fornecimentos e serviços externos	97,7	97,1	1%
Custos com pessoal	62,1	65,8	-6%
Custos com benefícios sociais	11,5	10,7	8%
Outros custos (proveitos) operac.	14,9	8,8	69%
Custos Operacionais	186,3	182,4	2%
Resultado Operacional Bruto	672,1	612,2	10%
Provisões para riscos e encargos	5,4	0,5	-
Amortizações do exercício	220,8	189,0	17%
Compensação de amortizações	(2,0)	(2,0)	1%
Resultado Operacional	447,9	424,7	5%

A margem bruta na produção e comercialização da Península Ibérica aumentou 7,7% no 1º semestre de 2009, suportada pela margem bruta da actividade de produção em Espanha e pela comercialização em Portugal.

Os custos operacionais aumentaram 1,7% no 1º semestre de 2009 reflectindo custos mais elevados decorrentes de trabalhos de manutenção na central de Trillo e do arranque da nova central CCGT (Soto4). Por outro lado, os custos com o CO2 clawback mantiveram-se estáveis, em 20 milhões de euros (face aos 18 milhões de euros no 1º semestre de 2008).

Demonstração de Resultados Operacionais – Produção na Península Ibérica

Milhões de euros	Portugal			Espanha		
	1S09	1S08	Δ 09/08	1S09	1S08	Δ 09/08
Margem Bruta	595,6	611,3	-3%	222,9	151,3	47%
Fornecimentos e serviços externos	43,8	46,2	-5%	29,8	26,1	14%
Custos com pessoal	39,1	42,6	-8%	17,5	17,4	0%
Custos com benefícios sociais	10,6	9,7	10%	0,8	0,8	-8%
Outros custos (proveitos) operac.	(3,4)	0,1	-	23,2	20,6	-
Custos Operacionais	90,1	98,6	-9%	71,2	68,0	9%
Resultado Operacional Bruto	505,5	512,7	-1%	151,8	86,2	76%
Provisões para riscos e encargos	0,4	-	-	6,9	-	-
Amortizações do exercício	150,8	137,3	10%	68,4	50,6	35%
Compensação de amortizações	(1,8)	(1,8)	1%	(0,2)	(0,2)	1%
Resultado Operacional	356,0	377,2	-6%	76,6	35,8	114%

Demonstração de Resultados Operacionais – Comercialização na Península Ibérica

Milhões de euros	Portugal			Espanha		
	1S09	1S08	Δ 09/08	1S09	1S08	Δ 09/08
Margem Bruta	17,9	6,7	166%	27,0	24,2	12%
Fornecimentos e serviços externos	7,7	7,1	8%	17,4	17,6	-1%
Custos com pessoal	2,4	2,4	-2%	3,2	3,3	-6%
Custos com benefícios sociais	0,1	0,1	-1%	0,1	0,1	-4%
Outros custos (proveitos) operac.	1,0	(0,9)	-	(10,4)	(12,1)	-
Custos Operacionais	11,1	8,7	28%	10,3	8,9	16%
Resultado Operacional Bruto	6,8	(2,0)	-	16,7	15,3	9%
Provisões para riscos e encargos	(4,6)	0,7	-	2,6	(0,2)	-
Amortizações do exercício	0,5	0,5	8%	1,0	0,6	61%
Compensação de amortizações	-	-	-	-	-	-
Resultado Operacional	10,8	(3,2)	-	13,1	14,9	-12%

IV.2.1.1. Produção Contratada no Mercado Ibérico: CAE/CMEC e Regime Especial

Em Julho de 2007 os contratos de longo prazo que a EDP tinha com o sistema regulado de electricidade de Portugal (CAE – Contrato de Aquisição de energia) foram substituídos pelo sistema financeiro CMECs para conciliar: (1) a preservação do Valor Actual Líquido dos CAEs e uma margem bruta contratada estável nos próximos 10 anos com uma remuneração real dos activos antes de impostos de 8,5% e (2) o aumento da liquidez do mercado grossista ibérico de electricidade. Em termos de demonstração de resultados, a margem bruta total resultante do novo sistema financeiro CMECs deverá manter o mesmo perfil dos antigos CAEs, durante um período de 10 anos.

Em relação ao detalhe da margem bruta existem agora 3 componentes: 1) Receitas em Mercado, resultante das vendas de electricidade no mercado grossista da Península Ibérica de electricidade, incluindo serviços do sistema e garantia de potência; 2) Desvio Anual ("revisibilidade"), equivalente à diferença entre os principais pressupostos dos CMECs (outputs, preços de mercado e custos de combustíveis) e os dados reais dos mercados, que será pago/recebido através das tarifas um ano após a ocorrência. 3) Acréscimo de proveitos CAEs/CMECs, reflectindo as diferenças no período, em termos de cash-flow, entre CAEs e CMEC, conforme assumido no início do sistema.

Principais Indicadores Financeiros – Produção Contratada no Mercado Ibérico

Milhões de euros	1S09	1S08	Δ%	Δ Abs.
Receitas CAE/CMEC	624,4	778,7	-20%	-154
Receitas no mercado	398,7	621,8	-36%	-223
Desvio anual	199,3	85,9	132%	+113
Acréscimo de Proveitos CAE/CMECs	26,4	71,0	-63%	-45
Custos Directos: CAEs/CMECs	160,2	274,7	-42%	-114
Carvão	128,6	83,9	53%	+45
Fuel	16,1	19,6	-18%	-4
CO2 e Outros Custos (líquidos)	15,6	171,1	-91%	-156
Margem Bruta CAEs/CMECs	464,2	504,0	-7,9%	-40
Margem Bruta Regime Especial	42,7	35,3	21%	+7,4
Margem Bruta Total	506,9	539,2	-6%	-32,3

No 1º semestre de 2009, a margem bruta da produção contratada de longo prazo caiu 6% relativamente ao 1º semestre de 2008 (-32 milhões de euros), penalizada por perdas de 29 milhões de euros (comparativamente com um ganho de 24 milhões de euros no 1º semestre de 2008) fruto de um custo de combustíveis consumidos acima dos índices internacionais, nos CAE/CMEC's e ganhos de 3,8 milhões de euros registado no 1º semestre de 2008 respeitantes a um ajustamento relacionado com CAEs no 1º semestre de 2007. Note-se que como reflexo da nossa estratégia de "hedging" através de instrumentos financeiros da variação do preço de combustíveis entre o momento de compra e o momento do consumo, este impacto negativo é compensado ao nível dos resultados financeiros, seja no trimestre anterior, presente ou em trimestres seguintes.

Em termos homólogo, a margem bruta dos CAE/CMEs no 1º semestre de 2009 recuou 7,9%, para 493 milhões de euros, reflectindo (i) perdas de 29 milhões de euros (versus um ganho de 24 milhões de euros no 1º semestre de 2008), resultante de um custo de combustíveis consumidos acima dos índices internacionais, (ii) inflação mais baixa (-8,8 milhões de euros), uma vez que a margem bruta contratada é ajustada mensalmente à taxa de inflação média anual (0,8% em Jun-09 vs. 2% assumido nos CMECs); (iii) níveis de disponibilidade de algumas centrais hídricas (Frades e Cabril) penalizadas por trabalhos de manutenção, a terminar no final de 2009. Estes efeitos foram apenas parcialmente compensados por: (1) rácios de disponibilidade acima do contratado (11 milhões de euros); (2) acréscimo de margem contratada resultante do investimento em dessulfuração na central de carvão de Sines, o qual envolveu um investimento total de 196 milhões de euros (com os últimos 50% comissionados em Junho de 2008).

O desvio anual ('revisibilidade') entre os pressupostos dos CMECs e as receitas reais de mercado totalizaram 199 milhões de euros no 1º semestre de 2009. Este desvio resultou de uma produção hídrica abaixo da média e de preços baixos da "pool" (€41/MWh no 1º semestre de 2009 versus €52/MWh no 1º semestre de 2008), o que levou no 1º semestre de 2009 a uma quebra de 36% nas receitas de mercado. Este montantes serão recuperados até 24 meses depois, através da tarifa paga por todos os consumidores.

A margem bruta do regime especial aumentou 21% no 1º semestre de 2009. As mini-hídricas duplicaram a margem bruta para 19 milhões de euros fruto da aquisição da Pebble Hydro (+11 milhões de euros, consolidada a partir de Julho de 2008). A margem bruta das centrais térmicas caiu 8% apesar da subida de 1% de Portugal comparativamente ao 1º semestre de 2008. Em Espanha a margem bruta caiu 14% penalizada por menores volumes, nomeadamente cogeração e resíduos (influenciados pelo abrandamento da actividade económica), e menores margens.

Investimento operacional – Produção Contratada no Mercado Ibérico

Milhões de euros	1S09	1S08	Δ %
Produção PPA/CMEC	28,2	38,6	-27%
Recorrente - Hídricas	7,3	3,5	108%
Recorrente - Térmicas	8,8	13,7	-36%
Não Recorrentes (ambiental)	12,2	21,4	-43%
Regime Especial	21,4	13,3	61%
Expansão	17,2	11,2	54%
Manutenção	4,2	2,1	96%
Total	49,6	51,9	-4,4%

O Investimento operacional nesta área ascendeu a 50 milhões de euros no 1º semestre de 2009, 58% do qual em novos projectos: (1) 17 milhões de euros em nova capacidade de regime especial, nomeadamente cogeração (24MW no Barreiro, para 2010) e projectos de biomassa (12MW para 2009, 28MW na Figueira da Foz a operar desde Jun-09); (2) 12 milhões de euros em instalações de Denox em Sines, a arrancar até 2011, um projecto a amortizar até 2017 e remunerar a 8,5% ROA antes de inflação e impostos. O investimento operacional de manutenção cresceu 5% face ao período homólogo reflectindo grandes trabalhos de manutenção em várias centrais hídricas.

IV.2.1.2. Produção e Comercialização Liberalizada no Mercado Ibérico

No 1º semestre de 2009, a margem bruta da produção e comercialização liberalizada de electricidade no Mercado da Península Ibérica mostrou uma subida de 39%, face ao período homólogo suportada na produção liberalizada por melhores margens e uma maior contribuição dos volumes de carvão e hídrica e na comercialização de electricidade, impulsionada pelas operações em Portugal, beneficiando de maiores volumes e margens.

Principais Indicadores Financeiros – Produção e Comercialização Liberalizada no Mercado Ibérico

Miilhões de euros	1509	1508	Δ%	Δ Abs.
Produção de Electricidade	306,5	222,0	38%	+85
Portugal	99,8	86,5	15%	+13
Espanha	208,5	134,4	55%	+74
Ajustamentos	-1,7	1,1	-	-2,8
Comercialização de Electricidade	44,9	30,9	45%	+14
Total Margem bruta	351,5	252,9	39%	+99

Os clientes de retalho absorveram 85% da electricidade produzida pelas nossas centrais em mercado.

O volume vendido a clientes de retalho aumentou 31% reflectindo o potencial de crescimento criado pelas tarifas de 2009 em Portugal e pelo fim das tarifas reguladas para clientes industriais (excluído G4) em Junho de 2008, em Espanha. Neste sentido, o volume total da energia vendida pelas nossas divisões de produção e comercialização cresceu 11%. A produção das nossas centrais liberalizadas caiu 2,6% reflectindo a menor produção nuclear (-12% devido à paragem de Trillo por 7 semanas no 1º trimestre de 2009) e em CCGT (-17% versus 1º semestre de 2008). A EDP foi um comprador líquido no mercado grossista, beneficiando de preço de electricidade abaixo do seu custo marginal de produção (definido pelas CCGTs espanholas).

No 1º semestre de 2009, a margem efectiva atingida no nosso negócio liberalizado de electricidade aumentou 21% (+€4,3/MWh) para €24,6/MWh, suportado (i) pela estratégia bem-sucedida da EDP de cobertura de risco-preço e margem de 2009 em 2008 e (ii) pelo peso superior de carvão (com margem superior) no mix de geração. O aumento das margens efectivas resultou de custos de abastecimento mais baixos (-€8,1/MWh), que compensaram a descida do preço de venda efectivo (-€3,8/MWh face ao 1º semestre de 2008). Os preços de venda efectivos recuaram 6% comparativamente com o 1º semestre de 2008 reflectindo o efeito misto de um aumento de 12% do preço médio de venda a clientes de retalho e uma descida dos preços grossistas à vista e a prazo em 38% e 16%, respectivamente. O custo médio de electricidade caiu 19% suportado por (1) maior peso do carvão no mix de produção, (2) custo de CO2 mais baixo por MWh (3) custos mais baixos de combustíveis, nomeadamente gás.

Em suma, a margem bruta por MWh vendido cresceu 27% (€5,7/MWh) face ao período homólogo, para

€27/MWh, influenciada por margens efectivas mais altas e menor diluição de outras receitas líquidas, que incluem garantia de potência, serviços de sistema, receita em mercados de restrições e desvios, e ainda outros serviços prestados.

A performance das nossas centrais em mercado no 1º semestre de 2009 ficou marcada por menores custos médios unitários (-14% versus 1º semestre de 2008), um quebra de 2,6% nos volumes produzidos (superando largamente a quebra de 15% da produção convencional em Espanha e reflectindo a elevada competitividade do nosso portefólio).

No 1º trimestre de 2009, o custo de produção a carvão foi inferior ao de gás, devido a menores custos de CO2 (-48% face ao 1º trimestre de 2008) e à diferença temporal entre a diminuição do preço de Brent e o ajustamento no custo com os contratos de gás LP, nomeadamente nas nossas centrais em Espanha. No 2º trimestre de 2009, a produção a gás tornou-se ligeiramente mais barata do que a carvão, suportada por uma diminuição dos custos de gás e um aumento dos preços de CO2.

A produção das CCGTs caiu 17% no 1º semestre de 2009 apesar da forte recuperação no 2T09 (+108% face ao 1º trimestre de 2009). Em Portugal (cerca de 50% da nossa capacidade instalada na Península Ibérica), mesmo com uma queda de produção de 18% relativamente ao 1º semestre de 2008, os factores de utilização mantiveram-se acima da média de Espanha (63% versus 36%) suportada por: (1) margem de reserva mais baixa em Portugal, (2) restrições de interligação entre Portugal e Espanha e (3) as nossas condições competitivas de abastecimento de gás. Nas nossas CCGTs espanholas o maior hiato entre a evolução do preço do Brent e as condições de abastecimento de gás levou a uma forte queda dos custos de gás em Abril, justificando os baixos factores de utilização no 1º trimestre de 2009 seguido de uma forte recuperação no 2º trimestre de 2009. No que respeita aos custos médios de produção, note-se que: (1) em Portugal os custos caíram 26% face ao 1º semestre de 2008 (-5% relativamente ao 1º trimestre de 2009) suportado por menores custos de gás e CO2; (2) em Espanha os custos de gás mantiveram-se altos, apresentando uma forte queda no 2º trimestre de 2009 (-35% relativamente ao 1º trimestre de 2009) a reflectir a

queda nos preços do Brent desde o pico em 2008 e a maior diluição dos custos fixos de gás.

A produção de carvão subiu 17% face ao período homólogo reflectindo um factor de utilização de 58% (+8pp face 1º semestre de 2008 e bem acima dos 45% de média em Espanha). Os principais factores foram: (1) o menor custo de produção a carvão quando comparado com o gás no 1º trimestre de 2009; (2) paragem de Soto 3 para trabalhos de manutenção e investimentos de Desox durante todo o 1º trimestre de 2008 e (3) piores condições competitivas no 2º trimestre de 2009 uma vez que o gás se tornou ligeiramente mais barato (4) nível de eficiência das nossas unidades claramente acima da média de Espanha. O custo variável de carvão aumentou 22% (ainda que estável face ao 1º trimestre de 2009), penalizado por (i) custo de carvão mais elevado (versus 1º semestre de 2008), afectado pelo baixo custo do carvão consumido no 1º trimestre de 2008 (adquirido em 2007) e pela menor contribuição de gases siderúrgicos em Aboño, e (ii) maior défice de emissões de CO2 devido a maior produção a carvão.

A produção hídrica aumentou 25% face ao período homólogo, reflectindo um impacto misto de melhores condições meteorológicas no 1º trimestre de 2009 (face a um 1º trimestre de 2008 muito seco) e um 2º trimestre de 2009 muito seco.

Por outro lado, a produção nuclear diminuiu 12% face ao 1º semestre de 2008 como consequência da paragem de Trillo para trabalhos de manutenção durante 7 semanas no 1º trimestre de 2009.

Investimento Operacional – Produção Liberalizada no Mercado Ibérico

Milhões de euros	1S09	1S08	Δ%	Δ Abs.
Expansão	379,6	222,6	71%	+157
CCGT	88,4	144,3	-39%	-56
Hidroeléctrica	291,2	78,3	272%	+213
Manutenção	17,1	28,8	-41%	-12
Total	396,7	251,4	58%	+145

O Investimento operacional em nova capacidade de produção totalizou 397 milhões de euros (+145 milhões de euros relativamente ao 1º semestre de 2008), em grande parte (96%) dedicado a projectos de expansão: (1) 232 milhões de euros no pagamento dos direitos de concessão de Fridão e Alvito, em Janeiro de 2009, (2) 56 milhões de euros investido na execução de Picote II, Bemposta II, Alqueva II (repotenciações) e Baixo Sabor (nova barragem), com arranque previsto em 2011/13, (3) 88 milhões de euros gastos nos trabalhos de construção de 3 novos grupos CCGT. Lares 1 e Lares 2 em Portugal (862MW, 458 milhões de euros de investimento total), absorveram 25 milhões de euros do investimento operacional, com 86% do total já comprometido e o início de operação agendado para Agosto de 2009 e Setembro de 2009. O investimento em Soto 5 (424 MW, com início em 2011) totalizou 63 milhões de euros no 1º semestre de 2009.

Na comercialização de electricidade, a EDP tem uma forte plataforma dedicada ao segmento de retalho, sendo esta actividade desenvolvida pela HC Energia em Espanha, e pela EDP Comercial em Portugal.

Na comercialização de electricidade em Portugal, as tarifas eléctricas definidas pela ERSE criaram espaço para efectiva expansão do mercado livre e um aumento significativo da concorrência. Como resultado, os volumes de electricidade comercializados neste mercado cresceram 1,9x face ao 1º semestre de 2008, representando cerca de ¼ do total de consumo em Junho de 2009. Adicionalmente, os volumes fornecidos pela EDP no mercado liberalizado aumentaram 1,6x relativamente ao 1º semestre de 2008 reflectindo, ainda assim, uma redução na quota de mercado para 69% (de 76% no 1º semestre de 2008 e 98% no 1º trimestre de 2009). Os segmentos residencial e PME demonstraram uma boa performance, com recuperação de volumes e margens. O preço médio de venda no mercado português de retalho cresceu 10% face ao período homólogo reflectindo novos contratos fechados no final de 2008, com preços em linha com os preços forward nessa altura.

Em Espanha, a comercialização de electricidade teve um desempenho marcado pelo fim da opção por tarifa para os clientes industriais (excluindo os grandes clientes, G4), em Julho de 2008, e pelo fim da opção por tarifa para os clientes do segmento residencial (excluindo os que tenham direito a tarifa social), em Julho de 2009. No 1º semestre de 2009, os volumes de electricidade vendida aos nossos clientes liberalizados em Espanha aumentou 30% face ao 1º semestre de 2008 reflectindo o impacto misto de: (1) um aumento de 97% no número de clientes (principalmente no segmento residencial) e (2) menor consumo médio por via de um maior peso do segmento residencial na base de clientes. A quota de mercado recuou 2pp face ao 1º semestre de 2008, para 12%. O preço médio de venda cresceu 9% relativamente ao 1º semestre de 2008, para €66,8/MWh, reflectindo a contribuição significativa dos contratos fechados no final de 2008, quando os preços forward de electricidade rondavam os preços implícitos nestes contratos.

IV.2.2. ENERGIAS RENOVÁVEIS

A EDP Renováveis foi constituída a 4 de Dezembro de 2007 para desenvolver as actividades em crescimento da EDP na área das energias renováveis na Europa e nos Estados Unidos da América e detendo e operando os respectivos activos da EDP na área das energias renováveis. Pouco tempo após a sua criação, a EDP Renováveis passou a deter as suas principais subsidiárias europeias e norte-americanas no sector das energias renováveis, a NEO e a Horizon, respectivamente. No decurso do 1º semestre de 2008 ocorreu o processo oferta pública inicial da EDP Renováveis tendo a EDP Renováveis fixado o preço da oferta pública de subscrição em 8 euros. Na sequência deste processo, o Grupo EDP reduziu a sua percentagem de participação na empresa de 100% para 77,5%.

Demonstração de Resultados Operacionais – EDP Renováveis

Milhões de euros	EDP Renováveis		
	1S09	1S08	Δ 09/08
Margem Bruta	309,3	256,6	21%
Fornecimentos e serviços externos	67,6	45,8	48%
Custos com pessoal	20,3	17,1	19%
Outros custos (proveitos) operacionais	-49,5	-33,0	-50%
Custos Operacionais	38,4	29,9	29%
Resultado Operacional Bruto	270,8	226,7	19%
Provisões para riscos e encargos	-0,2	0,8	-
Amortizações líquidas	142,6	93,3	53%
Resultado Operacional	128,4	132,7	-3%

A margem bruta no 1º semestre de 2009 subiu 21% atingindo os 309 milhões de euros suportada por um aumento de 43% na capacidade instalada, um aumento de 33% de produção eléctrica justificado por menores factores de utilização assim como a diminuição de 4% nos preços médios na Europa (queda nos preços da “pool”) e também uma diminuição de 2% nos preços médios nos EUA (afectados pela quebra nos preços de mercado)

Em termos de outras receitas de parcerias institucionais, este número foi composto por benefícios dos PTCs e outras receitas relacionadas com parcerias institucionais. A subida de 50% nestas receitas é explicada por maior produção e pelo acordo de tax equity fechado em Dezembro de 2008 relacionado com projectos de 2008 (265 milhões de dólares).

Os custos operacionais, excluindo os PTCs e outras receitas relacionadas com parceiros institucionais (EUA) aumentaram 40% (ou 24 milhões de euros) no período, para 85 milhões de euros no 1º semestre de 2009, reflectindo aumentos de capacidade instalada. O resultado operacional bruto cresceu 19% para 271 milhões de euros no 1º semestre de 2009.

As amortizações líquidas aumentaram 53% reflectindo o aumento de 43% na capacidade instalada.

A capacidade instalada da EDP Renováveis aumentou 1.394MW nos últimos 12 meses representando um aumento de 43% face ao 1º semestre de 2008. Em virtude deste facto a EDP Renováveis gere actualmente um portfolio de 4.632 MW de capacidade (ou 5.301 MW brutos). No 1º semestre de 2009, o total dos aumentos de capacidade totalizaram 232 MW, dos quais 200 MW instalados nos EUA (101MW no 2º semestre de 2009). Foram também instalados 10MW na Bélgica e 8MW em França. No Brasil, a capacidade aumentou 14MW através de aquisição em Março de 2009).

Adicionalmente, no que respeita a capacidade bruta, a EDP Renováveis também comissionou 17MW relativos à participação de 40% na Eólica de Portugal.

Demonstração de Resultados Operacionais – EDP Renováveis na Europa e EUA

Milhões de euros	EUROPA (NEO)			USA (Horizon)		
	1S09	1S08	Δ 09/08	1S09	1S08	Δ 09/08
Margem Bruta	198,6	192,3	3%	109,5	64,3	70%
Fornecimentos e serviços externos	27,9	26,9	4%	32,7	18,9	73%
Custos com pessoal	6,8	9,6	-29%	11,0	7,8	43%
Outros custos (proveitos) operacionais	2,7	4,5	-41%	-52,3	-38,1	-37%
Custos Operacionais	37,3	41,1	-9%	-8,6	-11,5	25%
Resultado Operacional Bruto	161,2	151,3	7%	118,1	75,8	56%
Provisões para riscos e encargos	-0,2	-	-	-	0,8	-
Amortizações líquidas	69,4	54,7	27%	72,8	38,6	89%
Resultado Operacional	92,1	96,6	-5%	45,3	36,4	24%

A produção de electricidade da EDP Renováveis no 1º semestre de 2009 cresceu 33% relativamente ao período homólogo para 5.253 GWh. Na Europa, a produção cresceu 11% face ao 1º semestre de 2008 justificado por um aumento de 30% da capacidade instalada relativamente ao 1º semestre de 2008 e uma quebra dos factores de utilização de 28% no 1º semestre de 2008 para 25% no 1º semestre de 2009, afectados por uma diminuição dos níveis de disponibilidade assim como dos recurso eólicos em particular.

Principais Indicadores Financeiros – EDP Renováveis na Europa

Europa - Margem Bruta (€ M)	1S09	1S08	Δ %
Portugal	55,3	51,2	8%
Espanha	117,6	131,9	-11%
Resto da Europa	13,5	9,5	42%
Eólica	186,3	192,6	-3%
Outros & Ajustamentos	12,2	-0,3	-
Total	198,6	192,3	3%

As tarifas eólicas médias em Espanha caíram 8% reflectindo uma quebra de 34% no preço da “pool” e vendas futuras de 70% da produção do 1º semestre de 2009 a preços mais elevados, que se reflectiu num impacto positivo de €12/MWh no preço médio de venda. O aumento de 25% das tarifas no Resto da Europa é justificado pela tarifa baixa no 1º semestre de 2008 (grande peso da capacidade em período de teste em França traduzira-se numa tarifa muito baixa).

Em Fevereiro de 2009, o presidente dos EUA assinou o Plano de Recuperação e Reinvestimento Económico que inclui um conjunto de políticas e incentivos fiscais para o desenvolvimento do sector eólico nos EUA: i) extensão até 31 de Dezembro de 2012 dos PTCs, ii) possibilidade de optar por um crédito fiscal no montante de 30% do investimento inicial (“ITC”) em lugar dos referidos PTCs; e iii) a requisição junto da Secretaria do Tesouro da restituição do referido crédito fiscal. A EDP Renováveis espera ter cerca de 70% dos aproximadamente 700 MW de projectos de 2009 comissionados até 31 de Outubro e receber o respectivo “cash grant” em 2009.

Principais Indicadores Financeiros – EDP Renováveis nos EUA

EUA M. Bruta Ajustada (€ M)	1S09	1S08	Δ %
Receitas de Electric. & RECs	110,1	64,4	70,8%
Custos Directos	-0,5	-0,1	-
Margem Bruta	109,5	64,3	70,3%
Receitas PTCs e Outras	46,6	30,9	50,7%
Margem Bruta Ajustada	156,2	95,2	64,0%

Nos EUA a produção cresceu 53% face ao 1º semestre de 2008 devido a um aumento de capacidade instalada de 61% comparativamente ao 1º semestre de 2009 enquanto que os factores de utilização caíram de 38% no 1º semestre de 2008 para 36% no 1º semestre de 2009, devido a menores níveis de disponibilidade, menores recurso eólicos e também, mas com menos significado, um mix geográfico de projectos diferente face ao 1º semestre de 2008. Note-se que os níveis de disponibilidade

mais baixos nos parques recentes, estão financeiramente cobertos pelas garantias dos fabricantes (8 milhões de dólares no 1º semestre de 2009).

Nos EUA o preço médio de venda caiu 2% relativamente ao período homólogo resultando de um aumento de 8% no preço médio dos CAE (84% do volume nos EUA) e a diminuição de 69% do preço médio de venda em mercado de \$89/MWh no 1º semestre de 2008 para \$27/MWh no 1º semestre de 2009 (16% do volume nos EUA).

Com o objectivo de reduzir ainda mais a exposição ao mercado, a EDP Renováveis está actualmente em negociações para fechar novos CAE de longo prazo nos EUA para 300 MW em operação, 400 MW em construção e 100MW ainda em projecto. Adicionalmente a EDP Renováveis vendeu a prazo, para o 2º semestre de 2009, aproximadamente 1 TWh. O preço médio das vendas forward acordadas em Espanha para 2009 foi de €47/MWh.

A capacidade em construção em Junho de 2009 era 1,3 GW, dos quais 760 MW na Europa e 501 MW nos EUA. Na Europa, 63% desta capacidade (477 MW) está em construção em Espanha, 18% em Portugal (133 MW, dos quais 91 MW relativos à capacidade atribuível da Eólicas de Portugal) e 20% no Resto da Europa, onde é de realçar 120 MW em construção na Polónia. Nos EUA, a EDP Renováveis iniciou durante o 2º trimestre de 2009 a construção de: i) Blue Canyon V (99 MW) em Oklahoma (já com CAE assinado para 20 anos); ii) Top Crop I (102 MW) no Illinois; e iii) Lost Lakes (101 MW) no Iowa. A EDP Renováveis continua no bom caminho para atingir o objectivo de capacidade para 2009 (1,2-1,3GW).

No respeitante a novos contratos de equipamentos, a EDP Renováveis contratou com a Vestas o fornecimento e instalação de cerca de 230 MW de turbinas a serem instaladas na Roménia.

Em Junho de 2009, o “pipeline” de projectos em desenvolvimento da EDP Renováveis atingiu 29,6GW, um aumento de 1,3GW comparativamente com Dezembro de 2008 impulsionado pela aquisição de 532MW de projectos em desenvolvimento no Brasil.

IV.2.3. DISTRIBUIÇÃO NA PENÍNSULA IBÉRICA

A actividade de distribuição na Península Ibérica abrange a EDP Distribuição, subsidiária do Grupo EDP que actua na actividade de distribuição e a EDP Serviço Universal que actua na comercialização de electricidade dentro do sistema regulado em Portugal, e a empresa distribuidora da HC Energia, que actua no mercado de electricidade Espanhol.

A actividade de distribuição na Península Ibérica alcançou um resultado operacional bruto de 330,4 milhões de euros no 1º semestre de 2009, o que representa uma diminuição de 12% em relação ao período homólogo.

Demonstração de Resultados Operacionais – Distribuição na Península Ibérica

Milhões de euros	1S09	1S08	Δ %
Margem Bruta	762,0	775,0	-2%
Fornecimentos e serviços externos	174,8	159,6	10%
Custos com pessoal	97,1	102,8	-6%
Custos com benefícios sociais	44,6	39,3	14%
Outros custos (proveitos) operacionais	115,1	99,4	16%
Custos Operacionais	431,6	400,9	8%
Resultado Operacional Bruto	330,4	374,1	-12%
Provisões para riscos e encargos	(2,0)	0,4	-
Amortizações líquidas	141,9	138,4	3%
Resultado Operacional	190,5	235,3	-19%

IV.2.3.1. Distribuição em Portugal

A margem bruta da actividade de distribuição e da actividade comercialização de último recurso caiu 2% em relação ao período homólogo. Excluindo as prestações de serviços (essencialmente facturação/cobrança), a margem bruta regulada caiu 3% para 660 milhões de euros no 1º semestre de 2008. De notar que em 2008, e na sequência de alterações legislativas, os desvios tarifários passaram a estar reconhecidos na margem bruta. Em consequência, pela primeira vez em 2009, a margem bruta excluindo prestações de serviços e outros é igual aos proveitos permitidos do período.

Demonstração de Resultados Operacionais – Distribuição em Portugal

Milhões de euros	1S09	1S08	Δ %
Margem Bruta	677,1	693,3	-2%
Fornecimentos e serviços externos	143,8	131,4	9%
Custos com pessoal	87,3	91,3	-4%
Custos com benefícios sociais	43,2	37,9	14%
Outros custos (proveitos) operacionais	117,2	104,9	12%
Custos Operacionais	391,4	365,6	7%
Resultado Operacional Bruto	285,6	327,7	-13%
Provisões para riscos e encargos	(2,0)	0,4	-
Amortizações líquidas	128,5	126,2	2%
Resultado Operacional	159,1	201,1	-21%

Os custos operacionais controláveis aumentaram 4% no período para 231 milhões de euros: (i) o aumento dos fornecimentos e serviços externos reflecte um aumento nos custos de back-office e outros custos, resultado de uma nova imposição regulatória (alteração de facturação bimestral para mensal, entre outras), bem como um aumento nos custos de O&M; (ii) os custos com pessoal diminuíram 4% no período, excluindo indemnizações e capitalização de custos com pessoal, reflectindo a redução do número de empregados.

A electricidade entrada na rede de distribuição diminuiu 2% no período para 24TWh no 1º semestre de 2009 (-3% ajustada dos efeitos temperatura e dias úteis). Por nível de tensão, o consumo em Baixa Tensão (clientes maioritariamente residenciais) cresceu aproximadamente 4%, enquanto o consumo em outros níveis de tensão (clientes principalmente industriais) diminuiu cerca de 8% no período. Note-se que a quebra no consumo de clientes industriais é menor em Portugal do que no resto da Europa, pois as indústrias pesadas têm um menor peso na procura de energia em Portugal, e o sector da construção já apresentava níveis reduzidos de actividade no 1º semestre de 2008.

Margem Bruta Regulada – Distribuição em Portugal

Milhões de euros	1S09	1S08	Δ %
Margem Bruta Regulada (€M)	660,2	682,3	-3,2%
Período actual	660,2	624,6	5,7%
Recuperações de anos anteriores (4)	-	57,7	-
Ajust. de Cash-flow à Mg Bruta (€M)	293,3	-478,9	-
Desvio tarifário do período	140,8	-478,9	-
Recuperações de anos anteriores (4)	152,5	-	-
Rede de Distribuição			
Prov. regulados - Período actual (€M)	599,4	577,2	3,9%
Electricidade entregue na rede (GWh)	24.425	24.988	-2,3%
Número de clientes ligados à rede (mil)	6.093	6.067	0,4%
Comercialização de Último Recurso			
Prov. regulados - Período actual (€M)	61,9	48,7	27%
Número de clientes fornecidos (mil)	5.861	5.896	-0,6%
Elect. comerc. (antes de perdas) (GWh)	22.089	24.162	-8,6%
Preço de compra OMIPI(€/MWh)	48,5	74,8	-35%
Activos a recuperar via tarifa (€M)	-127,6	607,2	-

Os proveitos regulados da actividade de distribuição totalizaram 599 milhões de euros no 1º semestre de 2009. De notar que aproximadamente 55% destes proveitos são fixos, e que dos restantes cerca de 45% variáveis, aproximadamente 35% dependem da energia distribuída em baixa tensão e apenas cerca de 10% dependem da energia distribuída em outros níveis de tensão. Em consequência, variações no consumo dos clientes industriais têm um impacto residual nos proveitos regulados desta actividade. No 1º semestre de 2009, a distribuição regulada apresentou um défice tarifário de 40 milhões de euros, em linha com o definido pelo regulador nos pressupostos para as tarifas 2009.

No 1º semestre de 2009, a EDP Serviço Universal comercializou 21TWh (depois de perdas), o que ficou 1,3TWh abaixo do pressuposto adoptado pelo regulador na definição das tarifas para 2009, devido à passagem de clientes para o mercado liberalizado. Adicionalmente, o custo médio com a compra de electricidade foi de €48/MWh no 1º semestre de 2009, comparados com uma previsão do regulador de €71MWh. Os menores volumes comercializados a preços inferiores ao esperado originaram um superávit tarifário de 181 milhões de euros no 1º semestre de 2009, a ser devolvido nos próximos anos.

Os impactos mencionados traduziram-se num desvio tarifário de 141 milhões de euros no 1º semestre de 2009 a ser devolvido às tarifas. Em conjunto com a securitização, ocorrida em Março de 2009 relativa ao défice tarifário que a 31 de Dezembro de 2008 ascendia a 1,2 mil milhões de euros, foi possível uma redução do montante de recebimentos futuros relativos à actividade regulada, de uns positivos 1,15 mil milhões de euros a Dezembro de 2008 para um passivo de 60 milhões de euros a Junho de 2009.

Em Janeiro de 2009, iniciou-se um novo período regulatório de 3 anos. As principais alterações introduzidas foram: i) um aumento de 55 pontos base no RoA regulado para 8,55% em 2009; ii) a exclusão da base de activos regulados de 111 milhões de euros relativos a contadores, com efeitos a partir de Maio de 2008. Adicionalmente, o regulador atribuiu à actividade de comercialização de último recurso uma remuneração de 8,55% sobre o fundo de maneio para 2009 (comparativamente com nenhuma remuneração em 2008).

IV.2.3.2. Distribuição em Espanha

A margem bruta da actividade de distribuição de electricidade em Espanha aumentou 4% no período para 85 milhões de euros no 1º semestre de 2009, reflectindo um aumento de 6% das receitas reguladas reconhecidas nas tarifas de 2009, um aumento de 2 milhões de euros nos proveitos com ligações à rede e uma redução de 4 milhões de euros nos outros proveitos devido ao registo em 2008 de 5 milhões de euros em liquidações referentes ao recebimento de proveitos regulados.

A nova regulação introduzida no ano passado em Espanha para a actividade de distribuição de electricidade tem como principal objectivo remunerar os investimentos feitos para a expansão da rede, melhorias na qualidade do serviço e reduções nas perdas, estando os proveitos regulados muito menos dependentes dos volumes distribuídos. Contudo, os proveitos regulados para o ano 2009 foram definidos de acordo com um modelo de cálculo transitório, estando o modelo final ainda em discussão.

Demonstração de Resultados Operacionais – Distribuição em Espanha

Milhões de euros	1S09	1S08	Δ 09/08
Margem Bruta	84,9	81,7	4%
Fornecimentos e Serviços Externos	31,0	28,1	10%
Custos Pessoal	9,8	11,4	-14%
Custos Benefícios sociais	1,4	1,3	9%
Outros custos (proveitos) operacionais	(2,1)	(5,6)	63%
Custos Operacionais	40,2	35,3	14%
Resultado Operacional Bruto	44,7	46,4	-4%
Provisões para riscos e encargos	0,0	0,1	-82%
Depreciações e amortizações líquidas	13,4	12,1	10%
Resultado Operacional	31,3	34,1	-8%

Os custos operacionais controláveis aumentaram 3% no período para 41 milhões de euros no 1º semestre de 2009: (i) o aumento dos fornecimentos e serviços externos deve-se essencialmente a um aumento nos custos de operação e manutenção, após a passagem do ciclone Klaus que afectou o Norte de Espanha no início do ano, e a um aumento nas despesas de back office; (ii) os custos com pessoal diminuíram 2 milhões de euros, reflectindo uma redução do número de colaboradores.

Receitas Reguladas – Distribuição em Espanha

Milhões de euros	1S09	1S08	Δ 09/08	Δ Abs.
Proveitos Regulados	77,4	72,8	6,3%	+5
Transporte	3,9	2,1	+90%	+2
Distribuição	69,5	66,8	4,1%	+3
Comercialização	4,0	4,0	1,2%	+0
Activos Regulatórios (1)	373,0	314,7	19%	+58
Defície tarifário do período	28,0	75,3	-63%	-47
Defície tarifário de anos anteriores	345,0	239,4	44%	+106

(1) Valor para o 1º semestre de 2009 líquido dos custos com "CO2 clawback"

A electricidade distribuída pela HC Distribución caiu 8% no período para 4,5TWh no 1º semestre de 2009, em consequência da actual crise económica. Nas Astúrias, as indústrias capital intensivas, como a do aço, têm um peso significativo na procura de electricidade, o que se reflectiu numa diminuição dos consumos em média tensão e alta tensão (essencialmente industriais), enquanto o consumo em baixa tensão (principalmente residencial) apresentou um aumento de 0,4%. De notar que na sequência da progressiva transição dos clientes para o mercado liberalizado, que resulta dos preços de mercado serem inferiores à tarifa regulada para 2009, a electricidade distribuída para os clientes de acesso mais do que duplicou no período.

Em Maio de 2009, o governo espanhol anunciou, através do RD 6/2009, a possibilidade de securitizar o défice tarifário Espanhol suportado pelas empresas do sector eléctrico. O défice tarifário acumulado do sistema eléctrico espanhol para os anos 2006 a 2008 ascende a 6,9 mil milhões de euros. Para este período, a HC Energía tem registado nas suas contas um défice tarifário de 345 milhões de euros a 30 de Junho de 2009.

De notar que estes montantes estão líquidos dos impactos do RDL 3/2006 e RDL 11/2007, que estabeleciam a obrigação de devolução dos proveitos adicionais gerados pela repercussão dos custos do CO2 nos preços de mercado (o RDL 6/2009 pôs um fim a esta obrigação, a partir de 1 de Julho de 2009).

Em Janeiro de 2009, o governo espanhol definiu um aumento médio de 3,4% para as tarifas de electricidade, que não foi suficiente para cobrir os custos do sistema eléctrico, traduzindo-se numa estimativa de défice de 1,6 mil milhões de euros para o 1º semestre de 2009, dos quais 28 milhões de euros estavam reflectidos, a Junho de 2009, nos recebimentos futuros da actividade regulada da HC Energia. De notar que estes valores estão líquidos do impacto do RD 11/2007 ("CO2 clawback").

Adicionalmente, o governo espanhol aprovou (através do RD 485/2009) o término das tarifas reguladas, com início a 1 de Julho de 2009, bem como a introdução de uma tarifa de último recurso para clientes de BT (<10kW). De acordo com o RD 485/2009, a tarifa de último recurso, calculada aplicando um crescimento de 2% sobre a última tarifa regulada em vigor, deverá ser suficiente para reflectir todos os custos com o fornecimento e compra de energia. De notar ainda que, através do RDL 6/2009, foi definido um calendário de eliminação do défice tarifário, por forma a que, em Janeiro de 2013, as tarifas de acesso sejam suficientes para cobrir os custos das actividades reguladas.

IV.2.4. GÁS NA PENÍNSULA IBÉRICA

A actividade de gás da EDP na Península Ibérica está centrada principalmente no segmento da distribuição regulada. A Naturgas tem vindo a aumentar a sua presença no mercado liberalizado espanhol. Os activos da EDP neste negócio são: a Naturgas em Espanha (com uma participação indirecta de 63,5%), e em Portugal a EDP Gás (72% detida pela EDP).

Demonstração de Resultados Operacionais – Gás na Península Ibérica

Milhões de euros	1S09	1S08	Δ 09/08
Margem Bruta	171,3	155,5	10%
Fornecimentos e serviços externos	28,3	25,1	13%
Custos Pessoal	13,5	13,6	-0%
Custos Benefícios sociais	0,3	0,3	8%
Outros custos (proveitos) operac.	7,3	2,0	263%
Custos Operacionais	49,5	40,9	21%
Resultado Operacional Bruto	121,9	114,5	6%
Provisões para riscos e encargos	0,0	2,3	-98%
Depr. e Amortizações líquidas	22,2	21,3	4%
Resultado Operacional	99,6	90,9	10%

IV.2.4.1. Gás – Actividade Regulada

A actividade da EDP, no negócio de gás regulado, inclui a EDP Gás (ex-Portgás), empresa de distribuição com contrato de concessão no norte de Portugal, e a Naturgas, empresa de distribuição e transporte de gás, que actua principalmente no País Basco e Astúrias.

Demonstração de Resultados Operacionais – Gás Actividade Regulada na Península Ibérica

Milhões de euros	Total		
	1S09	1S08	Δ 09/08
Margem Bruta	111,7	109,5	2%
Fornecimentos e serviços externos	18,9	16,5	15%
Custos Pessoal	11,6	12,1	-4%
Custos Benefícios sociais	0,3	0,2	8%
Outros custos (proveitos) operac.	1,9	-3,3	-
Custos Operacionais	32,6	25,5	28%
Resultado Operacional Bruto	79,1	84,0	-6%
Provisões para riscos e encargos	0,0	2,3	-99%
Depr. e Amortizações líquidas	21,9	21,1	4%
Resultado Operacional	57,2	60,6	-6%

Demonstração de Resultados Operacionais – Gás Actividade Regulada em Portugal e Espanha

Milhões de euros	Portugal			Espanha		
	1S09	1S08	Δ 09/08	1S09	1S08	Δ 09/08
Margem Bruta	16,5	26,4	-38%	95,2	83,1	15%
Fornecimentos e serviços externos	5,9	5,1	15%	13,0	11,4	14%
Custos Pessoal	2,3	2,9	-20%	9,3	9,2	1%
Custos Benefícios sociais	0,0	0,0	18%	0,2	0,2	7%
Outros custos (proveitos) operac.	1,1	(0,3)	20%	0,8	-3,0	31%
Custos Operacionais	9,3	7,7	20%	23,3	17,8	31%
Resultado Operacional Bruto	7,2	18,7	-61%	71,9	65,3	10%
Provisões para riscos e encargos	0,2	2,0	-90%	(0,2)	0,2	-
Depr. e Amortizações líquidas	5,2	5,9	-11%	16,7	15,3	9%
Resultado Operacional	1,8	10,8	-84%	55,4	49,8	11%

No conjunto, a actividade de gás regulado apresentou uma diminuição do resultado operacional bruto do gás regulado em 6% no período para 79 milhões de euros: (i) a actividade de distribuição de gás em Portugal foi penalizada pelo novo contrato de concessão, que estendeu o período da concessão mas reduziu as receitas reguladas no curto prazo; o que mais do que compensou (ii) o aumento proveniente da actividade de gás regulado em Espanha.

Receitas Reguladas – Gás Actividade Regulada em Portugal e Espanha

Milhões de euros	1S09	1S08	% Δ
Portugal	16,5	26,4	-38%
Espanha	79,3	75,7	4,8%
Transporte	9,7	8,1	20,1%
Distribuição	69,6	64,0	8,6%
Comercialização Regulada	0,0	3,5	-99,8%
Receitas Reguladas (€ M)	95,8	102,0	-6%

Em Espanha, a margem bruta do gás regulado aumentou 15% no período para 95 milhões de euros. As receitas reguladas de gás aumentaram 5% para 79 milhões de euros no 1º semestre de 2009:

(i) As receitas reguladas da distribuição de gás aumentaram 9% para 70 milhões de euros, reflectindo um crescimento homólogo de 3% nos pontos de abastecimento, para 698.000, e um aumento de 5% da extensão da rede de distribuição para 5.557Kms. O volume de gás distribuído diminuiu 6% no período (vs. uma redução de 10% da procura convencional de gás no mercado espanhol), reflectindo uma redução de 17% do gás distribuído em alta pressão (essencialmente clientes industriais), que mais do que compensou o aumento de 14% do gás distribuído em baixa pressão (essencialmente clientes residenciais);

(ii) As receitas reguladas do transporte cresceram 20% para 10 milhões de euros devido a um aumento de 9% da extensão da rede bem como a um aumento da remuneração por quilometro nos investimentos recentes.

(iii) A comercialização regulada terminou em Julho de 2009 e foi substituída pela comercialização de último recurso, agora incorporada nas nossas actividades liberalizadas.

Em Portugal, foi assinado um novo contrato de concessão com o Estado Português (estabelecendo um período de 40 anos para a concessão com efeitos a partir de Janeiro de 2008), que quando comparado com o contrato anterior implicou menores receitas no curto prazo e receitas superiores nos últimos anos, mantendo o equilíbrio económico-financeiro da concessão. Os novos termos da concessão entraram em vigor em Julho de 2008, com o início do novo período regulatório de 3 anos, que fixou a remuneração dos activos em 9%. Na sequência deste novo contrato de concessão, as receitas reguladas caíram 38% para 16 milhões de euros no 1º semestre de 2009. Em termos de dados operacionais, verificou-se um aumento de 8% da nossa rede de distribuição em Portugal para 3.304Km, enquanto os pontos de abastecimento aumentaram 12% para 207.900. O gás distribuído aumentou 0.4% no período, sendo que este aumento foi suportado pela ligação de um cliente industrial em Setembro de 2008.

Os custos operacionais controláveis aumentaram em 7% no período, em linha com o crescimento da actividade regulada.

IV.2.4.2. Gás – Actividade Liberalizada

A actividade de gás liberalizada inclui o negócio de comercialização de gás (através da Naturgas e da HC Energía em Espanha e da EDP Gás. Com em Portugal) e a actividade de fornecimento grossista de gás. O resultado operacional bruto da actividade liberalizada de gás aumentou 40% em termos homólogos, para 42,5 milhões de euros.

Demonstração de Resultados Operacionais – Gás Actividade Liberalizada na Península Ibérica

Milhões de euros	1S09	1S08	Δ%
Margem Bruta	59.6	46.0	30%
Fornecimentos e Serviços Externos	9.4	8.6	10%
Custos com Pessoal	1.9	1.5	30%
Custos com Benefícios Sociais	0.0	0.0	8%
Outros custos (Proveitos) Operacionais	5.4	5.3	2%
Custos Operacionais	16.8	15.4	9%
Resultado Operacional Bruto	42.8	30.5	40%
Provisões	0.0	0.0	-
Depreciações e Amort. Líquidas	0.3	0.2	23%
Resultado Operacional	42.5	30.3	40%

Em Espanha, o volume de gás comercializado caiu 9% face ao 1º semestre de 2008, levando a um aumento de 10 pontos base na quota de mercado para 8,6%. O crescimento nos segmentos residencial e PMEs foi robusto, suportado pelo fim da opção por tarifa, em Julho de 2008. Por sua vez, o consumo dos nossos clientes industriais decresceu em resultado da conjuntura económica recessiva.

Em Portugal, a EDP iniciou operações no segmento industrial em Abril de 2009, comercializando 228GWh no 2º trimestre de 2009 e atingindo uma quota de mercado de 15%.

A margem bruta média na Península Ibérica cresceu de €2,1/MWh para €3,1/MWh, reflectindo um ritmo de crescimento mais lento nos custos do gás (quase em linha com o movimento de CMP) do que nos preços líquidos de venda (beneficiando de preços em vigor mais favoráveis no momento da contratação com o cliente). Nos próximos trimestres, espera-se um recuo na margem bruta, assim que o preço médio de venda comece a reflectir novas condições de abastecimento.

IV.2.5. BRASIL

As actividades da EDP no Brasil, desenvolvidas através da Energias do Brasil (detida em 71,9% pela EDP) foram penalizadas pela depreciação de 11% do Real contra o Euro considerando os respectivos câmbios médios a 30 de Junho de 2009 e a 30 de Junho de 2008 (impacto negativo de 29 milhões de euros no resultado operacional bruto).

A conclusão da permuta de activos, em Setembro de 2008, envolvendo a troca da totalidade da participação detida na Enersul por participações no Grupo Rede (Rede Lajeado, Tocantins e Investco), detentora da concessão da hídrica do Lajeado. Esta operação implicou a exclusão da Enersul do perímetro de consolidação e a consolidação integral da Investco (anteriormente era consolidado proporcionalmente 27,65%), a partir da mesma data, bem como a consolidação integral das restantes empresas envolvidas na permuta.

Demonstração de Resultados Operacionais – Energias do Brasil

Milhões de reais	1S09	1S08	Δ 09/08
Margem Bruta	1.044,6	1.195,8	-13%
Forn. e serviços externos	157,0	201,4	-22%
Custos com Pessoal	107,3	135,6	-21%
Custos com benefícios Sociais	33,2	24,7	34%
Outros custos operacionais (Líquidos)	54,2	56,2	-3,6%
Custos Operacionais	351,6	417,9	-16%
Resultado Operacional Bruto	693,0	777,9	-11%
Provisões	4,2	11,9	-65%
Depreciações e Amortizações líquidas	160,7	293,6	-45%
Resultado Operacional	528,1	472,4	12%

O resultado operacional bruto da Energias do Brasil em moeda local, diminuiu 11% para 693 milhões de reais suportado pelo resultado operacional bruto mais baixo na distribuição devido à venda da Enersul e um abrandamento no crescimento do volume de energia vendida a clientes, que não foi compensado pelo crescimento no resultado operacional bruto da produção dada a existência de ganhos durante 1º trimestre de 2008 (77 milhões de reais), devido elevados preços no mercado residual de electricidade.

Os custos operacionais diminuíram 16% versus 1º semestre de 2008 respectivamente, reflectindo principalmente o impacto da operação de troca de activos. Os custos com benefícios sociais aumentaram 34% relativamente ao período homólogo devido à redução dos quadros médios (-45

colaboradores) de forma a melhorar a eficiência. Este programa implicou custo extraordinário de recursos humanos de 15 milhões de reais no 1º semestre de 2009.

As depreciações e amortizações diminuíram 45,3% reflectindo a amortização acelerada (imparidade) da Enersul (130 milhões de reais) no 1º semestre de 2008 como consequência das alterações regulatórias.

No 1º semestre de 2009, a Energias do Brasil vendeu a sua participação na empresa de telecomunicações Esc90, obtendo ganhos de 121 milhões de reais. É de realçar que ao nível de consolidado da EDP, estes ganhos foram apenas de 15 milhões de euros devido à anulação de goodwill e dos direitos de concessão associados à Esc90.

Demonstração de Resultados Operacionais por Área de Negócio – Energias do Brasil

Milhões de reais	Distribuição		Produção		Comercialização				
	1S09	1S08	Δ 09/08	1S09	1S08	Δ 09/08			
Margem Bruta	636,2	623,9	-22,8%	386,0	330,8	16,7%	21,6	41,1	-47,5%
Fornecimentos a serviços externos	118,9	170,8	-30,4%	21,3	15,9	34,0%	1,9	2,4	-20,5%
Custos c/ pessoal e bens sociais	103,8	138,9	-25,3%	20,7	12,4	66,9%	3,2	2,4	32,4%
Custos (custos/prov.) operac.	40,9	41,2	-1,0%	4,8	8,3	-43,4%	3,6	7,5	-50,7%
Custos Operacionais	263,6	351,3	-25,0%	46,8	36,7	27,5%	8,7	12,4	-29,7%
Resultado Operacional Bruto	372,6	472,6	-21,2%	339,2	294,1	14,6%	12,9	28,7	-55,2%
Provisões para taxas e encargos	4,3	11,4	-62,3%	0,3	0,5	-	-	-	-
Amortizações do exercício	91,8	128,6	-28,6%	70,0	40,1	74,6%	0,1	0,1	-24,2%
Compensação de amortizações	18,0	(12,9)	-	5,0	-	-	-	-	-
Resultado Operacional	286,8	348,4	-17,5%	267,9	253,6	5,5%	12,8	28,6	-56,4%

IV.2.5.1. Produção e Comercialização no Brasil

A margem bruta aumentou 17% relativamente ao período homólogo. Como resultado da conclusão da permuta de activos, a partir de Agosto de 2008 houve uma alteração no método de consolidação da Investco de proporcional para integral (27,65% vs. 73%) e a consolidação integral da Rede Lajeado e Tocantins. Esta operação teve um impacto positivo na margem bruta no 1º semestre de 2009 de 115 milhões de reais.

Margem Bruta – Actividade de Produção no Brasil

Milhões de reais	1S09	1S08	Δ 09/08
Lajeado	164,3	42,1	290,6%
Peixe Angical	136,6	181,0	-24,5%
Enersul (14 Centrais Hídricas)	85,1	107,8	-21,1%
Total	386	331	16,7%

A capacidade instalada aumentou 65% (+681MW) no seguimento do início de actividade da mini-hídrica de Santa Fé (29 MW) em Junho de 2009 e da consolidação integral da Rede Lajeado / Investco / Tocantins (+652MW).

No 1º semestre de 2008, o volume de energia vendido foi 12% mais alto que o volume produzido nas

nossas centrais, reflectindo elevados volumes de energia vendida no 1º semestre de 2008 de forma a aproveitar a arbitragem entre os preços estáveis dos CAE e os elevados preços no mercado residual de electricidade nesse período. Este ambiente particular permitiu à nossa actividade de geração obter ganhos de 77 milhões de reais ao nível da margem bruta, que foram parcialmente revertidos no 2º semestre de 2008. De realçar, que após as alterações regulatórias no final de 2008, as empresas de produção tem de definir em Dezembro de cada ano, os volumes de energia que vão vender em cada mês do ano seguinte, reduzindo o espaço para as arbitragens realizadas. No 1º semestre de 2009, o volume de energia vendida foi 8% abaixo do volume de energia produzida, visto que a Energias do Brasil contratou um maior volume de energia para ser vendida no 2º semestre de 2009.

Toda a capacidade instalada da Energias do Brasil é contratada sob CAEs com preços ajustados à inflação e com uma maturidade média de 15 anos. Como resultado, o preço médio de venda na Investco (central hidroeléctrica do Lajeado) e na Enerpeixe (central hidroeléctrica Peixe Angical) aumentaram 13% e 11% respectivamente, o que compensou a redução na Energest que engloba o impacto dos preços elevados no mercado "spot" no 1º semestre de 2008. Em relação a novos contratos a nova central hídrica com PPA Santa Fé vendeu em leilão uma média de 16 MW, ao preço actualizado de R\$137/MWh para um período de 30 anos a iniciar em 2009.

Os custos operacionais cresceram 33% relativamente ao 1º semestre de 2008 devido a um aumento nos custos com pessoal motivados pela operação de permuta de activos.

O investimento operacional cresceu 22%, impulsionado por um aumento de 36 milhões de reais do investimento de expansão (representa 93% do investimento total). O principal motivo é a construção da central a carvão de Pécem, que compensou a desaceleração de investimento operacional na central hídrica de Santa Fé.

Em Julho de 2008, a Energias do Brasil iniciou as obras de construção da central de carvão Pécem numa parceria de 50% com a MPX Mineração e Energia. As condições contratadas incluem a

disponibilidade de uma capacidade instalada de 615 MW a partir de Janeiro de 2012 por um prazo de 15 anos e uma margem bruta de 417,4 milhões de reais /ano (a preços correntes de 2007 a actualizar à inflação) com "repasse" dos custos de combustível. De acordo com o contrato chave-na-mão existente, o investimento nesta central ascenderá a 1,2 mil milhões de dólares. Este projecto será financiado em 75% com dívida de longo prazo, que já está contratada. No 1º semestre de 2009, o investimento operacional totalizou 48 milhões de reais.

Em relação a nova capacidade hídrica, a central de Santa Fé foi concluída em Junho de 2009, tendo o investimento no 1º semestre de 2009 o montante de 53 milhões de reais. Adicionalmente, a ANEEL ratificou um aumento de potencia em Mascarenhas (17,5 MW), Rio Bonito (5,22 MW) e Suíça (2,3 MW). As últimas duas deverão estar operacionais em 2009 e Mascarenhas em 2010. No 1º semestre de 2009, o investimento relativo a estes aumentos de potência totalizou 25 milhões de reais.

A actividade de trading e comercialização é desempenhada pela Enertrade no mercado livre através do fornecimento de energia a grandes clientes industriais sem incorrer em riscos no mercado energético. No 1º semestre de 2009, a margem bruta diminuiu de 48% relativamente ao período homólogo, devido à existência no 1º semestre de 2008 de alguns ganhos relacionados com os preços anormalmente altos da energia no mercado "Spot" no período (9 milhões de reais) e a diminuição da margem média de venda (10 milhões de reais). Os custos operacionais diminuíram 30% devido ao fim dos contratos de fornecimento à Ampla em Abril de 2009, que tinham associados uma provisão para potenciais perdas (7 milhões de reais no 1º semestre de 2008 versus 3 milhões de reais no 1º semestre de 2009).

IV.2.5.2. Distribuição no Brasil

A margem bruta da distribuição no 1º semestre de 2009 diminuiu 23% devido à exclusão da Enersul do perímetro de consolidação. Considerando apenas a Bandeirante e a Escelsa, a margem bruta subiu 6% e numa base normalizada aumentou 14% em relação a igual período do ano anterior, devido:

O volume de energia vendida pela Bandeirante e a Escelsa subiu 1% no 1º semestre de 2009. A queda

de 9% no volume do segmento industrial devido ao abrandamento da economia foi compensada pelo crescimento de 5% do volume vendido aos clientes residenciais e comerciais reflectindo um aumento de 2% no número de clientes e no consumo por cliente. É de assinalar que a tarifa de uso da rede é mais elevada para clientes residenciais e comerciais do que para clientes industriais, o que significa que variações na procura industrial têm um impacto muito mais limitado na margem bruta do que as mesmas variações nos clientes residenciais/comerciais. Em relação à energia distribuída em mercado, os volumes diminuíram 25% relativamente ao período homólogo motivado pela diminuição de consumo dos grandes clientes industriais, nomeadamente o sector mineiro fornecido directamente pelo mercado grossista. É preciso tomar em consideração que o detalhe de receitas destes clientes é o seguinte: a) 2/3 é fixo e relacionado com o uso da rede (capacidade em MW) e b) 1/3 é variável e associado com custos regulatórios recebidos pelas empresas de distribuição e repassados para outras entidades, baseado na energia consumida (MWh).

O actual período regulatório para as nossas empresas de distribuição vigora até Setembro de 2011 para a Bandeirante e até Julho de 2010 para a Escelsa, onde foi fixada uma taxa de remuneração dos activos de 15% após impostos e uma base de custos preliminar (base de custo definitiva será determinada no 2º semestre de 2009). De referir que estas empresas tem reajustes tarifários anuais de forma a reflectir nas tarifas a evolução anual dos custos de energia e da inflação, tendo o último reajustamento anual da Bandeirante (Outubro de 2008) e da Escelsa (Agosto de 2008) um impacto positivo na margem bruta.

Margem Bruta – Actividade de Distribuição no Brasil

Milhões de reais	Bandeirante + Escelsa			Distribuição		
	1S09	1S08	Δ 09/08	1S09	1S08	Δ 09/08
Margem Bruta IFRS	636,2	600,2	6,0%	636,2	823,9	-23%
Desvio Tarifário	50,2	36,7	37%	50,2	60,7	-17%
Desvios Períodos Anteriores	(59,1)	(87,5)	-32%	(59,1)	(112,8)	-48%
Outros	14,6	12,3	19%	14,6	(0,8)	-
Margem Bruta Brasil GAAP	641,9	561,8	14%	641,9	771,0	-17%

Em IFRS, a margem bruta aumentou 6% relativamente ao período homólogo. A margem bruta é influenciada por desvios tarifários passados e do período. Os desvios tarifários passados, que a EDP está a recuperar na actual tarifa, relacionados com montantes devidos pelo sistema, que tiveram no passado um impacto na margem bruta, diminuíram 32% na Bandeirante e na Escelsa de 88 milhões de reais no 1º semestre de 2008 para 59 milhões de reais no 1º semestre de 2009. O desvio tarifário do período, a ser gerado no actual período será recuperado pela EDP através das tarifas no próximo ajustamento anual da tarifa, foi negativo em 50 milhões de reais devido a aquisições de energia acima do preço definido pelo regulador na composição da tarifa, penalizado principalmente pela aquisição de energia da central hídrica de Itaipu a preços fixos em dólares. Este desvio será recuperado pela EDP através das tarifas no próximo ajustamento anual da tarifa. Em Junho de 2009, os recebimentos futuros da actividade regulada a serem recuperados totalizaram 147 milhões de reais.

Os custos operacionais na Bandeirante e na Escelsa cresceram 10% relativamente ao período homólogo. Este aumento foi motivado principalmente por um aumento dos custos com benefícios sociais e outros custos operacionais (líquidos) devido ao aumento das provisões para cobranças duvidosas (+15 milhões de reais). Os fornecimentos e serviços externos aumentaram 5% devido a custos com processos antigos de contingências da Enersul que ficaram a cargo da Energias do Brasil. Os custos com pessoal apresentaram uma queda comprovando os resultados dos programas de eficiência em curso.

O investimento operacional diminuiu 5% relativamente ao período homólogo devido ao menor investimento na Bandeirante. As perdas de energia aumentaram nas duas empresas, devido um maior peso dos clientes dos segmentos residencial e comercial (baixa tensão), no total do mix de electricidade distribuída, um segmento que apresenta taxas de perda de electricidade estruturalmente mais elevadas.

IV.3. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2009

A diversidade das linhas de negócio do Grupo continua a assegurar um nível de risco específico baixo, principalmente devido ao elevado conteúdo de negócios regulados, ao crescimento em actividades de baixo risco e ainda à aplicação de políticas de “hedging” adequadas à mitigação dos riscos financeiros, de combustíveis e de preço e volume de electricidade colocada ou comprada em mercado.

Deste modo, não se prevêem alterações relevantes na exposição ao risco do Grupo para o 2º semestre de 2009, sendo de assinalar que o Grupo tem grande parte das produções em mercado cobertas até ao final do ano e já se assiste a uma recuperação da procura de electricidade, face aos valores verificados no primeiro trimestre de 2009, nos principais mercados onde a EDP opera. Apesar das dificuldades globais de acesso ao crédito, o Grupo tem mantido intacta a sua qualidade creditícia, aspecto que se demonstrou no sucesso, durante o 1º semestre, na colocação de dívida, na securitização do défice tarifário criado em 2007 e 2008 e na negociação da linha de crédito para suporte de liquidez do Grupo (1.600 milhões €). Todavia, não deixa de constituir fonte de preocupação o presente cenário económico mundial desfavorável, para o qual, apesar dos sinais de abrandamento no aprofundar da crise, ainda não se pode reconhecer uma retoma clara e, mesmo quando isso acontecer, será de esperar algum tempo mais até que se atinjam os níveis económicos do início de 2008.

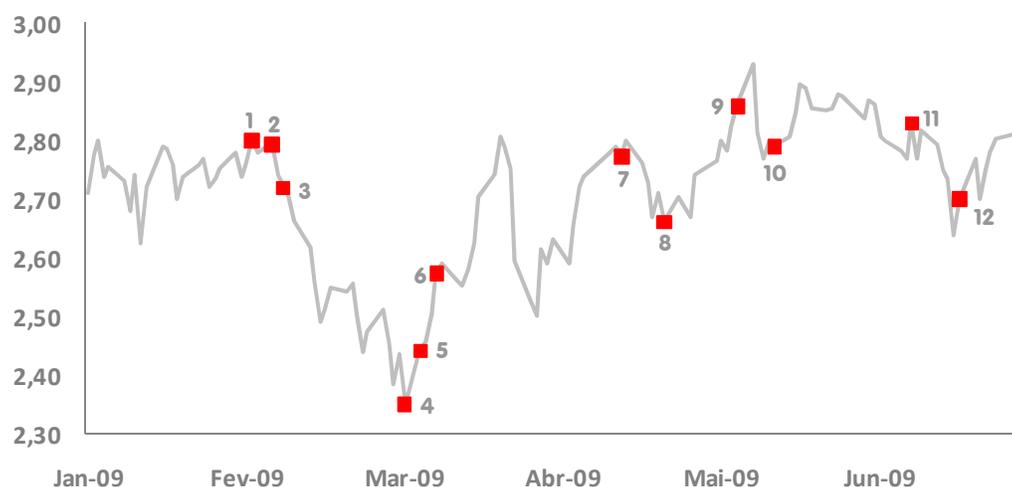
É assim que o impacto em 2009 se pode considerar estabilizado, sendo ainda de referir que em termos regulatórios, a partir de 1 de Julho de 2009, terminou em Espanha o sistema de tarifas públicas definidas administrativamente, salvo em termos de tarifa de último recurso para clientes com baixo consumo. O Grupo encontra-se preparado para actuar no novo enquadramento, quer ao nível do seu posicionamento comercial, quer de ajustamento de posições no seu portfólio de Trading. Esta última actividade é central para a optimização dos meios de produção do Grupo, e respectiva criação de valor a um nível de risco aceitável, por meio do adequado balanceamento de “hedging” e de coordenação do fecho de posições com a actividade Comercial, relativamente à contratação com clientes consumidores finais.

Ainda do ponto de vista regulatório, o Grupo acompanha de perto as possíveis alterações de remuneração, em Espanha, da nova produção renovável em regime especial, assim como a lenta evolução na harmonização ao nível da produção em mercado no MIBEL, o que se tem traduzido na ausência de pagamento por capacidade, em função do Índice de Cobertura do consumo, para as novas centrais em mercado do lado português.

V. EVOLUÇÃO DA ACÇÃO EDP EM BOLSA

Principais marcos na evolução da cotação da acção EDP

Principais marcos na evolução da cotação da acção EDP



#	Data	Descrição
1	4-Fev	EDP assina empréstimo de €145 milhões com o Banco Europeu de Investimento
2	6-Fev	Fitch mantém rating de longo prazo da EDP em 'A-' atribuindo outlook estável
3	10-Fev	EDP emite obrigações no montante de € 1.000 milhões, a 5 anos
4	5-Mar	EDP cede direito aos ajustamentos tarifários extraordinários relativos a 2007 e 2008
4	5-Mar	EDP contrata linha de crédito de €1.600 milhões
4	5-Mar	Apresentação ao mercado dos resultados financeiros relativos a 2008
5	6-Mar	Renúncia de membros do Conselho Geral e de Supervisão
6	11-Mar	Adjudicação à Iberdrola da gestão temporária das centrais hidroeléctricas de Aguireira e Raiva
7	15-Abr	Assembleia Geral Anual
8	23-Abr	EDP comunica pagamento de dividendos do exercício de 2008 a partir de 14 de Maio (€0,14 - dividendo bruto)
9	7-Mai	Apresentação ao mercado dos resultados financeiros relativos ao 1º trimestre de 2009
9	7-Mai	Publicação de "Real Decreto Ley" que estabelece condições para a eliminação do défice tarifário espanhol
10	14-Mai	Pagamento de dividendo bruto de €0,14 por acção relativo ao exercício de 2008 (dividendo líquido de €0,112)
11	9-Jun	Moody's baixa rating da EDP para 'A3' atribuindo outlook estável
12	18-Jun	EDP emite obrigações no montante de EUR 1 000 milhões a 7 anos

Indicadores - Mercado de Capitais	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	Ações da EDP na NYSE Euronext Lisboa (euros)						
Cotação de início	2,01	2,22	2,60	3,84	4,470	2,695	2,01
Cotação de fecho	2,23	2,60	3,84	4,47	2,695	2,793	2,23
Cotação máxima	2,42	2,68	3,86	5,00	4,760	4,760	2,42
Cotação mínima	1,93	2,04	2,58	3,79	2,062	2,062	1,93
Variação da cotação e de índices de referência							
Ações EDP ⁽¹⁾	11%	17%	48%	16%	(39,7%)	3,6%	11%
PSI20	13%	13%	30%	16%	(51,3%)	12,1%	13%
Dow Jones Eurostoxx Utilities	25%	26%	36%	18%	(38,1%)	(11,5%)	25%
Euronext 100	8%	23%	19%	3%	(45,2%)	(0,5%)	8%
Liquidez das ações da EDP nos mercados							
Volume na NYSE Euronext Lisboa (M. euros)	5.470,9	5.639,4	12.812,5	21.256,5	9.710,1	2.067,2	5.470,9
Volume médio diário (M. euros)	21,1	21,9	50,2	83,4	37,9	16,5	21,1
Número de Ações Transaccionadas (M.) ⁽²⁾	2.477,2	2.505,2	4.080,9	5.079,7	2.761,1	762,4	2.477,2
Número Total de Ações Emitidas (M.)	3.656,5	3.656,5	3.656,5	3.656,5	3.656,5	3.656,5	3.656,5
Ações privatizadas no final do ano (M.)	2.936,2	3.096,2	3.096,2	3.096,2	2.936,2	2.936,2	2.936,2
% do Capital já privatizado	80%	85%	85%	85%	80%	80%	80%
Número de Ações Próprias a 30 Jun (M.)	14,3	17,3	7,1	15,5	35,7	33,9	14,3
Rotação anualizada do Capital (ações privatizadas)	84,4%	85,0%	131,8%	164,1%	94,0%	51,9%	84,4%
Valor de Mercado da EDP (M. euros)							
Capitalização bolsista no final do período	8.154,1	9.507,0	14.041,1	16.344,7	9.854,4	10.212,7	8.154,1
Rendibilidade total do Accionista							
Variação anual da cotação ⁽¹⁾	0,22	0,37	1,24	0,63	(1,78)	0,10	0,22
Dividendo Bruto por Acção distribuído no ano	0,090	0,092	0,100	0,110	0,125	0,140	0,090
Rendibilidade total do Accionista	16%	21%	52%	19%	-36,9%	8,8%	16%
Dividendos							
Dividendo por acção	0,092	0,10	0,11	0,125	0,14	0,14	0,092
<i>Dividend yield</i>	4,1%	3,8%	2,9%	2,8%	5,2%	5,0%	4,1%

⁽¹⁾ De forma a garantir a comparabilidade, as cotações das ações da EDP anteriores a 9 de Novembro de 2004 foram ajustadas pelo destaque dos direitos ao aumento de capital da EDP 2004.

⁽²⁾ O Número de ações transaccionadas foi ajustado de forma a manter inalterado o Volume de Negócios diário, após o ajustamento à cotação referido em ⁽¹⁾.

VI. ORGÃOS SOCIAIS

VI.1. ESTRUTURA DE GOVERNO SOCIETÁRIO

VI.1.1. Modelo de Governo Societário

O modelo de governo da Sociedade – que compreende nomeadamente uma estrutura de administração que tem a seu cargo a actividade de gestão (Conselho de Administração Executivo) e uma estrutura de fiscalização (Conselho Geral e de Supervisão) - foi aprovado pelos accionistas da EDP na Assembleia Geral Anual de 30 de Março de 2006.

Tal modelo de governo, usualmente designado dualista, visa assegurar, com transparência e rigor, a separação de funções e a especialização da supervisão. A referida estrutura de administração e fiscalização da EDP compreende três órgãos:

- O Conselho de Administração Executivo;
- O Conselho Geral e de Supervisão; e
- O Revisor Oficial de Contas.

Este modelo pretende também alinhar os interesses da EDP com os interesses dos seus accionistas. Nessa medida, cabe à Assembleia Geral da EDP eleger os membros do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, bem como o Revisor Oficial de Contas, sob proposta do Conselho Geral e de Supervisão (ou por delegação deste, da Comissão para

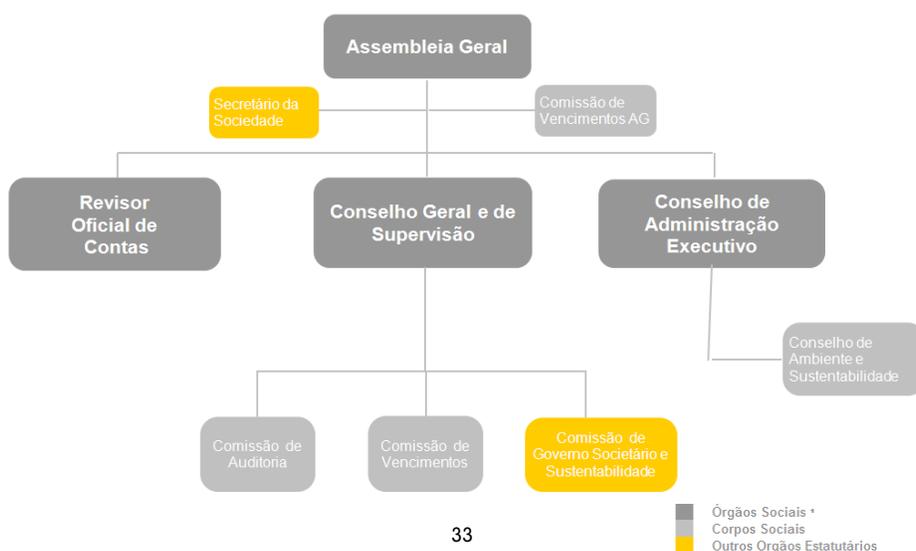
as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria). A Assembleia Geral elege ainda os membros do Conselho de Ambiente e Sustentabilidade.

A separação das funções de gestão e supervisão materializa-se no Conselho Geral e de Supervisão, enquanto órgão máximo responsável por esta última.

A opção por este modelo de gestão e fiscalização ocorreu no contexto das alterações introduzidas ao Código das Sociedades Comerciais pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março, tendo começado a vigorar na data de entrada dos novos Estatutos da EDP, isto é, em 30 de Junho de 2006.

Para uma melhor compreensão do modo de funcionamento da EDP em matéria de governo societário, a EDP disponibiliza aos seus accionistas os Estatutos actualizados, tanto em português como em inglês, no "Website" (www.edp.pt) bem como os regulamentos internos do Conselho de Administração Executivo, Conselho Geral e de Supervisão e suas Comissões.

VI.1.2. Estrutura Orgânica da Sociedade



1) Os Órgãos sociais são também Corpos Sociais, de acordo com o nº 4 do artigo 8º dos Estatutos da EDP

VI.2. Órgãos Sociais

VI.2.1. Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão de representação dos accionistas e tem as seguintes competências:

- Apreciar o relatório do Conselho de Administração Executivo, discutir e votar o balanço, as contas e o parecer do revisor oficial de contas e os do Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria e deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- Eleger e destituir os membros da mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, bem como os respectivos presidentes e vice-presidentes, se os houver, o Revisor Oficial de Contas, sob proposta do Conselho Geral e de Supervisão ou, por delegação deste, da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria, e ainda os membros do Conselho de Ambiente e Sustentabilidade;
- Deliberar sobre quaisquer alterações dos Estatutos, incluindo aumentos de capital;
- Nomear uma Comissão de Vencimentos com o encargo de fixar a remuneração dos membros dos órgãos sociais, cujos membros deverão ser, na sua maioria, independentes;
- Apreciar o relatório anual de actividade do Conselho Geral e de Supervisão;
- Tratar de qualquer outro assunto para que tenha sido convocada;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei.

Mesa da Assembleia Geral

Nos termos do disposto no artigo 12º dos Estatutos da EDP, a Mesa da Assembleia Geral da EDP é composta por um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pela Assembleia Geral, e pelo Secretário da Sociedade.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena
Vice-Presidente	António Bernardo de Menezes e Lorena de Sâves
Secretário da Sociedade	Maria Teresa Isabel Pereira

Sem prejuízo de poder ser redesignado, as funções do Secretário da Sociedade cessam com o termo das funções do Conselho de Administração Executivo que o designou, nos termos do artigo 26º dos Estatutos da EDP.

De acordo com os Estatutos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral é, por inerência, membro do Conselho Geral e de Supervisão. Os membros da mesa da Assembleia Geral foram eleitos em 15 de Abril de 2009 para um mandato de 3 anos.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral dispõe de recursos humanos e logísticos internos adequados às suas necessidades, nomeadamente do apoio da Secretaria-Geral e Assessoria Jurídica, da Direcção de Relação com Investidores e da Direcção de Marca e Comunicação, bem como de apoio externo de uma entidade especializada, contratada pela EDP, no que respeita à recolha, tratamento e contagem de votos. Os meios logísticos e administrativos para a realização da Assembleia são disponibilizados pela Empresa, sendo a respectiva organização supervisionada pelo Presidente da Mesa.

VI.2.2. Conselho Geral e de Supervisão

Nos termos dos Estatutos, o mandato do actual Conselho Geral e de Supervisão, que iniciou funções em 15 de Abril de 2009, tem uma duração de 3 anos. O Conselho é composto por 17 membros, na sua maioria independentes, que preenchem os requisitos de formação e competência previstos no Estatutos e nas normas legais aplicáveis à EDP. O funcionamento do Conselho Geral e de Supervisão é regido por um regulamento interno.

Os currículos dos membros do CGS podem ser consultados no "Website" da EDP (www.edp.pt),

De acordo com o regulamento interno do Conselho Geral e de Supervisão, aprovado em 7 de Maio de 2009, considera-se independente o membro do Conselho Geral e de Supervisão que não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade nem se encontre em alguma circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de se verificar qualquer uma das situações a seguir indicadas, seja em relação a si, seja em relação ao cônjuge e a parente ou afim na linha recta, e até ao 3º grau, inclusive, na linha colateral:

- Ser titular, exercer funções de administração, ter vínculo contratual ou actuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social ou dos direitos de voto na EDP, ou de idêntica percentagem em sociedade que sobre aquela exerça domínio.
- Ser titular, exercer funções de administração, ter vínculo contratual ou actuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social ou dos direitos de voto em sociedade concorrente da EDP.
- Auferir qualquer remuneração, ainda que suspensa, da EDP, de sociedade dominada ou de instituições sem finalidade lucrativa economicamente dependentes daquelas, excepto a retribuição pelo exercício das funções de membro do Conselho Geral e de Supervisão.
- Ter sido reeleito por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada.

O Conselho Geral e de Supervisão da EDP é o órgão que fiscaliza a actividade de gestão da EDP e assegura em permanência o acompanhamento e a supervisão da actividade da administração da Sociedade, cooperando com o Conselho de Administração Executivo e com os demais órgãos e corpos sociais na prossecução do interesse social, nos termos previsto no Código das Sociedades Comerciais e nos Estatutos.

Conforme decorre dos Estatutos da EDP são competências deste órgão:

- Acompanhar em permanência a actividade da administração da sociedade e sociedades dominadas e prestar, a respeito dela, aconselhamento e assistência ao Conselho de Administração Executivo, designadamente no que concerne à estratégia, consecução de objectivos e cumprimento de normas legais aplicáveis;
- Emitir parecer sobre o relatório de gestão e contas do exercício;
- Proceder ao acompanhamento permanente da actividade do revisor oficial de contas e do auditor externo da sociedade e pronunciar-se, no que ao primeiro respeita, sobre a respectiva eleição ou designação, sobre a sua exoneração e sobre as suas condições de independência e outras relações com a sociedade;
- Acompanhar de forma permanente e avaliar os procedimentos internos relativos a matérias contabilísticas e auditoria, bem como a eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, incluindo a recepção e tratamento de queixas e dúvidas relacionadas, oriundas ou não de colaboradores;
- Propor à Assembleia Geral a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração Executivo;
- Acompanhar a definição de critérios e competências necessários nas estruturas e órgãos internos da sociedade ou do grupo ou convenientes a observar e suas repercussões na respectiva composição, bem como a elaboração de planos de sucessão;
- Providenciar, nos termos da lei, a substituição de membros do conselho de administração executivo em caso de falta definitiva ou impedimento temporário;
- Emitir, por sua iniciativa ou quando lhe seja solicitado pelo presidente do conselho de administração executivo, parecer sobre o voto anual de confiança em administradores a que se

refere o artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais;

- Acompanhar e apreciar questões relativas a governo societário, sustentabilidade, códigos internos de ética e conduta e respectivo cumprimento e sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, incluindo no que respeita a relações da sociedade com accionistas e emitir pareceres sobre estas matérias;
- Obter os meios, financeiros ou de outra natureza, que razoavelmente entender necessários à sua actividade e solicitar ao Conselho de Administração Executivo a adopção das medidas ou correcções que entenda pertinentes, podendo proceder a contratação dos meios necessários ao seu próprio aconselhamento independente, se necessário;
- Receber do Conselho de Administração Executivo informação periódica sobre relações comerciais significativas da sociedade ou sociedades dominadas com accionistas com participação qualificada e pessoas com eles relacionadas;
- Nomear a Comissão de Vencimentos e a Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria;
- Representar a sociedade nas relações com os administradores;
- Fiscalizar as actividades do Conselho de Administração Executivo;
- Vigiar pela observância da lei e dos Estatutos;
- Seleccionar e substituir o auditor externo da sociedade, dando ao Conselho de Administração Executivo indicações para este proceder à sua contratação e exoneração;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, assim como a situação de quaisquer bens ou valores possuídos pela sociedade a qualquer título;
- Fiscalizar o processo de preparação e divulgação de informação financeira;
- Convocar a Assembleia Geral quando o entenda conveniente;

- Aprovar o respectivo regulamento interno que incluirá as regras de relacionamento com os demais órgãos e corpos sociais.
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral.

No âmbito do modelo de governo societário em vigor na EDP, encontra-se ainda atribuída ao Conselho Geral e de Supervisão uma competência de particular relevo, pois embora não disponha de poderes de gestão, nos termos do disposto no artigo 442º, nº 1 do Código das Sociedades Comerciais, os Estatutos estabelecem que a aprovação do plano estratégico da Sociedade e a realização, pela Sociedade ou sociedades dominadas pela EDP, das operações a seguir indicadas estão sujeitas a parecer prévio favorável deste órgão social:

- Aquisições e alienações de bens, direitos ou participações sociais de valor económico significativo;
- Contratação de financiamentos de valor significativo;
- Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou partes importantes de estabelecimentos e extensões ou reduções importantes da actividade;
- Outros negócios ou operações de valor económico ou estratégico significativo;
- Estabelecimento ou cessação de parcerias estratégicas ou outras formas de cooperação duradoura;
- Projectos de cisão, fusão ou transformação;
- Alterações ao Estatutos, incluindo a mudança de sede e aumento de capital, quando sejam da iniciativa do Conselho de Administração Executivo.

O Conselho Geral e de Supervisão reúne-se, ordinariamente, pelo menos uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou mediante solicitação de qualquer dos seus membros, do Conselho de Administração Executivo ou do respectivo Presidente. No 1º semestre de 2009, o Conselho Geral e de Supervisão reuniu 4 vezes.

O Conselho Geral e de Supervisão elabora, anualmente, um relatório sobre a sua actividade, organização, funcionamento e eventuais constrangimentos com os quais se tenha deparado no exercício agora findo. Este relatório encontra-se disponível no "Website" da EDP (www.edp.pt), juntamente com o relatório e contas.

Ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão encontram-se atribuídas competências próprias, cabendo-lhe:

- Representar institucionalmente o Conselho Geral e de Supervisão;
- Receber e solicitar informação ao Conselho de Administração Executivo sobre as actividades da Sociedade e das Sociedades Dominadas;
- Coordenar a actividade do Conselho Geral e de Supervisão, bem como convocar e presidir às respectivas reuniões;
- Zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho Geral e de Supervisão.

O Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, um membro delegado designado por este órgão para o efeito e os membros da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria têm direito de assistir às reuniões do Conselho de Administração Executivo, sendo que, em relação às reuniões em que sejam apreciadas as contas do exercício, os membros da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria têm o dever de assistir.

Conselho Geral e de Supervisão		
Presidente	António de Almeida	
Vice-Presidente	Alberto João Carreira de Castro	Independente
	António Sacramento Gomes Ilota	Independente
	Carlos Jorge Ramalho Santos Ferreira	
	Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado	Independente
	Eduardo de Almeida Catroga	Independente
	Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira	
	José Maria Brandão de Brito (em representação da Cajastur Inversiones, S.A.)	
	José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	
	José Manuel dos Santos Fernandes	Independente
	Khalifa Abdulla Khamis Al Remeithi	
	Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro	Independente
	Mohamed Meziane (em representação da Sonatrach)	
	Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena	Independente
	Ricardo José Minotti da Cruz Filipe	Independente
	Vasco Maria Guimarães José de Mello	
	Vitor Fernando da Conceição Gonçalves	Independente

Na sequência da Assembleia Geral realizada em 15 de Abril de 2009, as sociedades Cajastur Inversiones, SA e Société Nationale pour la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la

Commercialisation des Hydrocarbures ("Sonatrach") indicaram, respectivamente, José Maria Brandão de Brito e Mohamed Meziane, como seus representantes no Conselho Geral e de Supervisão.

VI.2.3. Conselho de Administração Executivo

O Conselho de Administração Executivo é o órgão responsável pela gestão corrente das actividades da Sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais e nos Estatutos, sendo eleito pelos accionistas em Assembleia Geral. O Conselho de Administração Executivo é composto por 7 membros.

O Conselho de Administração Executivo reúne, em regra, semanalmente, sendo, no entanto, obrigatória uma reunião bimensal.

O Conselho de Administração Executivo não pode deliberar sem que esteja presente a maioria dos seus membros, não sendo permitida a representação por cada administrador de mais de um administrador ausente em cada reunião. O Presidente do Conselho de Administração executivo é escolhido pela Assembleia Geral, de entre os administradores eleitos, e dispõe de voto de qualidade.

O funcionamento do Conselho de Administração Executivo é disciplinado por um regulamento interno.

As competências do Conselho de Administração Executivo incluem, de acordo com os Estatutos:

- Fixar os objectivos e as políticas de gestão da EDP e do Grupo EDP;
- Elaborar os planos de actividades e financeiros anuais;
- Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;

- Adquirir, vender ou por qualquer outra forma alienar ou onerar direitos ou bens imóveis;
- Constituir sociedades e subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações e outros valores mobiliários nos termos da lei e dos Estatutos, devendo observar limites quantitativos anuais que sejam fixados pelo Conselho Geral e de Supervisão;
- Estabelecer a organização técnico administrativa da EDP e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre pessoal e sua remuneração;
- Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;
- Designar o Secretário da Sociedade e respectivo suplente;
- Contratar e exonerar o Auditor Externo sob indicação do Conselho Geral e de Supervisão;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral; e
- Estabelecer um regimento próprio que fixe as regras do seu funcionamento interno.

Ao Presidente do Conselho de Administração Executivo encontram-se atribuídas competências próprias, cabendo-lhe:

- Representar o Conselho de Administração Executivo;
- Coordenar a actividade do Conselho de Administração Executivo, bem como convocar e presidir às respectivas reuniões;

- Zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho de Administração Executivo.

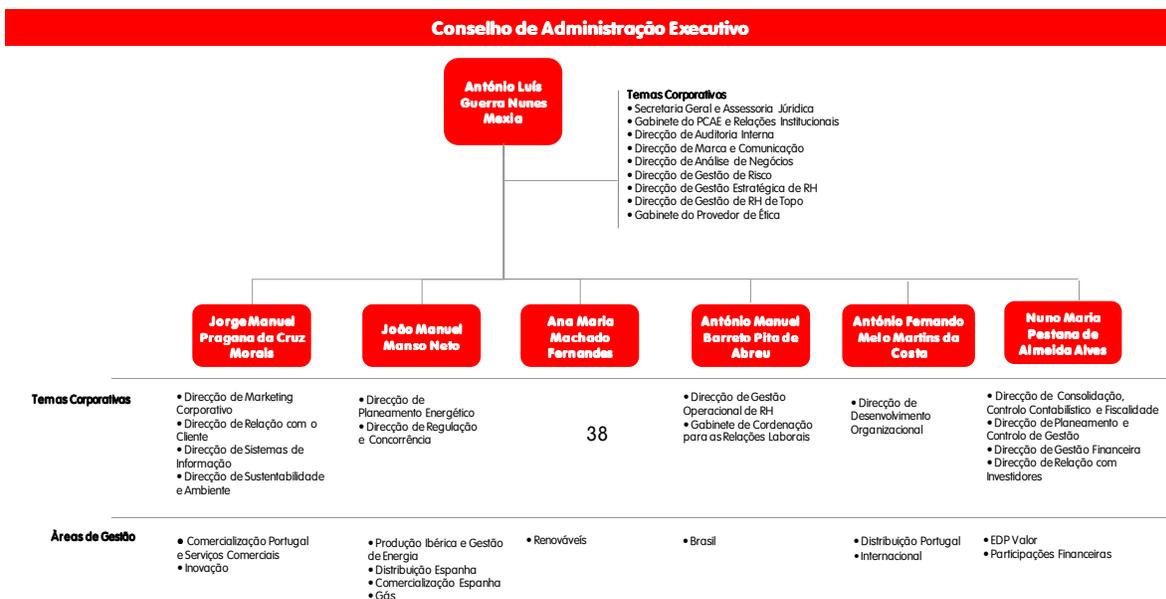
As propostas de alteração aos Estatutos em matéria de aumento de capital, apresentadas pelo Conselho de Administração Executivo, encontram-se sujeitas, nos termos da alínea g) do nº 2 do artigo 17º dos Estatutos da EDP, a parecer prévio do Conselho Geral e de Supervisão.

O Presidente do Conselho de Administração Executivo tem direito de assistir, sempre que o julgue conveniente, às reuniões do Conselho Geral e de Supervisão, salvo quando se trate da tomada de deliberações no âmbito da fiscalização das actividades do Conselho de Administração Executivo e, em geral, em quaisquer situações de conflito de interesses.

O Presidente do Conselho de Administração Executivo remete ao Gabinete de apoio do Conselho Geral e de Supervisão as convocatórias e as actas das reuniões e, sempre que solicitado, presta, em tempo útil e de forma adequada, as informações que sejam requeridas.

O Conselho de Administração Executivo reuniu 27 vezes no 1º semestre de 2009.

O Conselho de Administração Executivo está organizado de acordo com as seguintes áreas de gestão e temas corporativos:



VI.2.4. Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é o órgão da Sociedade responsável pelo exame dos documentos de prestação de contas, sendo eleito pela Assembleia Geral.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais e os Estatutos, compete ao Revisor Oficial de Contas, nomeadamente, verificar:

- A regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Quando entenda conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- A exactidão dos documentos de prestação de contas;
- Se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados.

Revisor Oficial de Contas	
Efectivo	KPMG & Associados, SROC, S.A. representada por Jean-éric Gaign, ROC
Suplente	Vitor Manuel da Cunha Ribeiro, ROC

VI.2.5. Comissão de Vencimentos da AG

As remunerações dos órgãos sociais, à excepção dos membros do Conselho de Administração Executivo, são fixadas pela Comissão de Vencimentos eleita em Assembleia Geral.

Nos termos do art. 11º, n.º 2, alínea d) dos Estatutos, os membros da Comissão de Vencimentos da AG devem ser, na sua maioria, independentes.

A actual composição da Comissão de Vencimentos, eleita pela Assembleia Geral de 15 de Abril de 2009, é a seguinte:

Comissão de Vencimentos AG	
Presidente	José Manuel Archer Galvão Teles Carlos Alberto Veiga Anjos Parpública

Na Assembleia Geral de 15 de Abril de 2009, estiveram presentes membros da Comissão de Vencimentos da AG que fixou as remunerações dos órgãos sociais do mandato que terminou em 31 de Dezembro de 2008. O Presidente da Comissão

apresentou uma declaração sobre a política de remuneração seguida pela Comissão durante esse mandato.

VI.2.6. Conselho de Ambiente e Sustentabilidade

O Conselho de Ambiente foi instituído em 1991 como corpo social, tendo a sua denominação sido alterada para Conselho de Ambiente e Sustentabilidade na Assembleia Geral Anual de 30 de Março de 2006.

Ao Conselho de Ambiente e Sustentabilidade, enquanto corpo social, encontram-se atribuídas determinadas competências consultivas do Conselho de Administração Executivo em matéria ambiental e de sustentabilidade, em especial o aconselhamento e apoio deste na definição da estratégia societária de ambiente e sustentabilidade e a formulação de pareceres e recomendações sobre o impacto ambiental de projectos a promover pelo Grupo EDP.

O Conselho de Ambiente e Sustentabilidade é actualmente composto por cinco personalidades de reconhecida competência na área da defesa do ambiente, eleitas pela Assembleia Geral:

Conselho de Ambiente e Sustentabilidade	
Presidente	João Martins Ferreira do Amaral Miguel Pedro Brito St. Aubyn Maria Madalena Monteiro Garcia Presumido Maria da Graça Madeira Martinho José de Sousa Cunha Sendim

VI.2.7. Secretário da Sociedade

O Secretário da Sociedade e o respectivo suplente são designados pelo Conselho de Administração Executivo, dispondo das competências estabelecidas na lei e cessando as suas funções com o termo das funções do Conselho de Administração Executivo que os designou.

Secretário da Sociedade	
Secretário efectivo	Maria Teresa Isabel Pereira
Secretário suplente	Ana Rita Pontífice Ferreira de Almeida Côrte-Real

VI.2.8. Comissões especializadas do Conselho Geral e de Supervisão

Sem prejuízo da manutenção da responsabilidade pelo exercício das respectivas competências enquanto órgão social, o regulamento interno do Conselho Geral e de Supervisão prevê a possibilidade de constituir comissões permanentes e comissões eventuais, compostas por alguns dos seus membros, sempre que considere conveniente e adequado, delegando nelas o exercício de determinadas funções específicas.

Tanto as comissões permanentes como as comissões eventuais têm como principal missão fazer um acompanhamento específico e permanente das matérias que lhe forem confiadas, de modo a assegurar processos de tomada de deliberação esclarecidos por parte do Conselho Geral e de Supervisão ou a sua informação quanto a determinados assuntos.

A actividade das comissões é coordenada pelo Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, o qual assegura a adequada articulação da mesma com a actividade do plenário daquele órgão, através dos respectivos Presidentes, os quais devem mantê-lo informado, nomeadamente dando conhecimento das convocatórias e das actas das respectivas reuniões.

As actuais comissões do Conselho Geral e de Supervisão foram constituídas na reunião de 7 de Maio de 2009.

É entendimento do Conselho Geral e de Supervisão que as suas comissões são relevantes para o regular funcionamento da Sociedade, permitindo o exercício delegado de certas funções, nomeadamente ao nível do acompanhamento da informação financeira da sociedade, da reflexão sobre o sistema de governo adoptado, da avaliação do desempenho dos administradores e da própria avaliação do seu desempenho global.

COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS / COMISSÃO DE AUDITORIA

Por força da tradição da nomenclatura usada na EDP, os Estatutos permitem que a comissão para as matérias financeiras, cuja constituição pelo Conselho Geral e de Supervisão é obrigatória nos termos do nº 2 do artigo 444º do Código das Sociedades Comerciais, seja também designada de Comissão de Auditoria, embora esta não se confunda com o órgão de fiscalização previsto para o modelo monista.

Encontram-se nomeadamente atribuídas à Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria, de acordo com os Estatutos da EDP e por delegação do Conselho Geral e de Supervisão, as seguintes competências:

- Dar parecer sobre o relatório de gestão e contas do exercício;
- Proceder ao acompanhamento permanente da actividade do revisor oficial de contas e do auditor externo da sociedade e pronunciar-se, no que ao primeiro respeita, sobre a respectiva eleição ou designação, sobre a sua exoneração e sobre as suas condições de independência e outras relações com a sociedade;
- Acompanhar de forma permanente e avaliar os procedimentos internos relativos a matérias contabilísticas e auditoria, bem como a eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, incluindo a recepção e tratamento de queixas e dúvidas relacionadas, oriundas ou não de colaboradores;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, assim como a situação de quaisquer bens ou valores possuídos pela sociedade a qualquer título.

A Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria apoia ainda o Conselho Geral e de Supervisão no processo de selecção e substituição do auditor externo.

O funcionamento da Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria é disciplinado por

um regulamento interno aprovado pelo Conselho Geral e de Supervisão.

Durante o 1º semestre de 2009, a Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria reuniu 8 vezes, tendo sido elaboradas as respectivas actas.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais e os Estatutos, a Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria deve ser constituída por uma maioria de membros independentes, num número mínimo de três, com qualificação e experiência adequadas, incluindo um membro que tenha curso superior adequado ao exercício das suas funções e conhecimentos de auditoria e contabilidade.

Actualmente, a Comissão é composta pelos seguintes membros:

Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria	
Presidente	Vitor Fernando da Conceição Gonçalves
	António Sarmiento Gomes Mota
	Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro

• Política de Comunicação de Irregularidades

O Grupo EDP tem, desde sempre, pautado a sua actuação pela persistente implementação de medidas que assegurem o bom governo das suas empresas e, entre elas, a prevenção de práticas menos correctas, nomeadamente nos âmbitos contabilístico e financeiro.

A EDP disponibiliza aos colaboradores do Grupo um canal que lhes permite transmitir, de forma directa e confidencial, à Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria do Conselho Geral e de Supervisão, qualquer prática presumivelmente ilícita ou uma alegada irregularidade contabilística e/ou financeira ocorrida na sua empresa, dando assim cumprimento às normas constantes do Regulamento da CMVM nº 1/2007.

Com a criação deste canal para comunicação de práticas contabilísticas e financeiras irregulares, a EDP visa:

- Garantir a existência de condições que permitam a qualquer colaborador comunicar livremente as suas preocupações nestes domínios à Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria;

- Facilitar a detecção precoce de situações irregulares que, se viessem a ser praticadas, poderiam causar graves danos ao Grupo EDP, aos seus colaboradores, clientes e accionistas.

O contacto com a Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria é possível através de correio electrónico, fax e endereço postal, sendo reservado o acesso à informação recebida neste âmbito.

Qualquer reclamação ou denúncia dirigida à Comissão para as Matérias Financeiras/Comissão de Auditoria é tratada de forma estritamente confidencial, mantendo-se anónima a identidade do reclamante, desde que essa condição não inviabilize a investigação da reclamação.

De acordo com o regulamento instituído, a EDP garante que o colaborador que comunique uma irregularidade não será alvo de nenhuma acção retaliatória ou disciplinar no exercício do direito que lhe assiste de denunciar situações irregulares, de fornecer informações ou de assistência num processo de investigação.

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Nos termos do artigo 27º dos Estatutos da EDP, a Comissão de Vencimentos, designada pelo Conselho Geral e de Supervisão, tem como missão a fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo, bem como os eventuais complementos, designadamente os complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez.

De acordo com os Estatutos, a Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão deve submeter, com carácter consultivo, à Assembleia Geral anual, uma declaração sua sobre a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo por si aprovada, pelo menos nos anos em que tal política seja estabelecida ou alterada. Dada a publicação da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, a Comissão de Vencimentos conformará a sua actuação de acordo com as disposições legais aplicáveis.

O funcionamento da Comissão de Vencimentos é disciplinado por um regulamento interno aprovado pelo Conselho Geral e de Supervisão.

Durante o 1º semestre de 2009, esta Comissão reuniu 1 vez, tendo elaborado a respectiva acta.

A Comissão de Vencimentos é composta por membros do Conselho Geral e de Supervisão com qualificação e experiência adequadas, cuja maioria é independente.

Comissão de Vencimentos	
<small>Presidente</small>	<small>Alberto João Coração de Castro Eduardo de Almeida Catroga Vasco Maria Guimarães José de Mello</small>

Os membros da Comissão de Vencimentos, os quais pertenciam a esta Comissão durante o mandato do Conselho Geral e de Supervisão que terminou a 31 de Dezembro de 2008, estiveram presentes na Assembleia Geral de 15 de Abril de 2009. O Presidente da Comissão apresentou uma declaração sobre a política de remuneração seguida pela Comissão durante esse mandato

COMISSÃO DE GOVERNO SOCIETÁRIO E SUSTENTABILIDADE

A Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade é uma comissão especializada do Conselho Geral e de Supervisão que tem por missão acompanhar e supervisionar de modo permanente as questões relativas às seguintes matérias:

- Governo societário;
- Sustentabilidade estratégica;
- Códigos internos de ética e conduta;
- Sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, designadamente no que respeita às relações entre a EDP e os seus accionistas;
- Definição de critérios e competências convenientes a observar nas estruturas e órgãos internos da EDP e suas repercussões na respectiva composição;
- Elaboração de planos de sucessão.

Atentas as competências que se lhe encontram cometidas e a sua composição por uma maioria de membros independentes, a Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade procede igualmente à avaliação contínua da gestão, bem como à avaliação do desempenho do próprio Conselho Geral e de Supervisão. Estas avaliações são objecto de um relatório elaborado numa base anual, o qual é dirigido ao Conselho Geral e de Supervisão para apreciação.

A Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade é composta por membros do Conselho Geral e de Supervisão com qualificação e experiência adequadas.

O funcionamento da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade é disciplinado por um regulamento interno aprovado pelo Conselho Geral e de Supervisão.

Durante o 1º semestre de 2009, esta Comissão reuniu 1 vez, tendo elaborado a respectiva acta.

A Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade é composta por membros do Conselho Geral e de Supervisão com qualificação e experiência adequadas, cuja maioria é independente.

Comissão do Governo Societário e Sustentabilidade	
Presidente	António de Almeida
	Alberto João Coraceiro de Castro
	António Sarmento Gomes Mota
	Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado
	José Maria Brandão de Brito
	José Manuel das Santos Fernandes
	José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
	Khalifa Abdulla Khamis Al Romeithi
	Ricardo José Minotti da Cruz Filipe

VI.2.9. Negócios entre a Sociedade e os membros dos órgãos de administração e fiscalização titulares de participações qualificadas e sociedades em relação de domínio ou de grupo

No exercício corrente da sua actividade, a EDP celebra negócios e efectua operações em condições normais de mercado para operações similares com diversas entidades, em particular com instituições financeiras, entre as quais se incluem titulares de participações qualificadas no capital da EDP e sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a EDP, as quais não se afiguram relevantes pela natureza de que se revestem ou por não terem carácter significativo em termos económicos.

Por outro lado, tendo em conta o art. 246º, n.º 3, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, informa-se que, durante o 1º semestre de 2009, a EDP não realizou transacções relevantes entre partes relacionadas que tenham afectado significativamente a sua situação financeira ou o desempenho.

No âmbito do reforço qualitativo das práticas governativas, regista-se o facto de o Conselho Geral e de Supervisão ter aprovado o “Quadro referência do tratamento de conflitos de interesses”, disponível no “Website” da EDP (www.edp.pt). Este conjunto de regras relativas à prevenção, à identificação e à resolução de potenciais conflitos de interesses corporativos relevantes, tem um âmbito de aplicação mais alargado do que aquele que resulta do Regulamento da CMVM n.º 1/2007.

A Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade é responsável pela supervisão da aplicação das referidas regras, reportando a sua actividade ao Conselho Geral e de Supervisão.

Na reunião de 30 de Julho de 2009, o Conselho Geral e de Supervisão registou que, durante o referido período, não foram detectadas evidências de que os potenciais conflitos de interesses subjacentes às operações reportadas pelo Conselho de Administração Executivo tenham sido resolvidos de forma contrária aos interesses da EDP.

VII. PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS, TRANSAÇÕES DE DIRIGENTES E TRANSAÇÕES SOBRE AÇÕES PRÓPRIAS

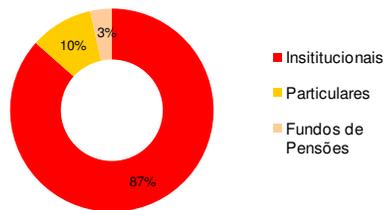
VII.1.1. Estrutura Accionista da EDP

Participações Qualificadas

De acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, presta-se a seguinte informação respeitante às participações qualificadas detidas por accionistas no capital social da EDP, em 30 de Junho de 2009:

Accionistas	Nº ações	% Capital	% Voto
PARPÚBLICA - Participações Públicas, SGPS, S.A.	749.323.856	20,49%	20,69%
BERDROLA - Participações, SGPS, SA	347.371.083	9,50%	5,00%
CAJA DE AHORROS DE ASTURIAS (CajAstur)	183.257.513	5,01%	5,00%
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	191.468.320	5,24%	5,00%
José de Mello - Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	176.345.969	4,82%	4,87%
Grupo BCP + FUNDO DE PENSÕES DO GRUPO BCP	123.079.835	3,34%	3,40%
BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.	111.586.342	3,05%	3,08%
Pictet Asset Management	104.396.422	2,86%	2,88%
Sonatrach	81.713.076	2,23%	2,26%
IPIC - Senforda SARL	73.130.755	2,00%	2,02%
EDP (Ações próprias)	35.443.360	0,97%	-
Restantes Accionistas	1.479.421.184	40,46%	-
	3.656.537.715	100,00%	

Nota: De acordo com o disposto no n.º 3 do Art. 1.º do Contrato de Sociedade da EDP não serão considerados os votos inerentes às ações de categoria A, emitidas por um accionista, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.
A percentagem de direitos de voto foi determinada deduzindo as 35.443.360 ações próprias detidas pela empresa.
(i) Em conformidade com o emendamento que foi comunicado pela CMVM à Sonatrach, em relação aos efeitos de um acordo parassocial celebrado com as acções Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. e Caixa Geral de Depósitos, S.A., passaram, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, a ser imputadas à Sonatrach, desde 11 de Abril de 2007, os direitos de voto correspondentes das participações sociais detidas por aqueles dois accionistas.



Nota: A repartição de capital é elaborada com base nos dados facultados pelos bancos custodiantes à Interbolsa.

VII.1.2. Imputação de direitos de voto nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários

Accionistas	Nº ações	% Capital	% Voto
PARPÚBLICA - Participações Públicas, SGPS, S.A.			
Ações Privatizadas - Categoria A	29.009.121	0,79%	0,80%
Ações Não Privatizadas - Categoria B	720.314.735	19,70%	19,89%
Capitalpor - Participações Portuguesas, SGPS, S.A.	428.797.735	11,18%	11,29%
PARPÚBLICA - Participações Públicas, SGPS, S.A.	311.517.000	8,52%	8,60%
Total	749.323.856	20,49%	20,69%

A sociedade Capitalpor - Participações Portuguesas, SGPS, S.A. é totalmente detida pela PARPÚBLICA - Participações Públicas, SGPS, S.A.

GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS			
Caixa Geral de Depósitos	186.588.354	5,10%	-
Fundo de Pensões do CGD	1.884.599	0,05%	-
Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A.	2.792.876	0,08%	-
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	178.318	0,00%	-
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	13.490	0,00%	-
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	10.683	0,00%	-
Total	191.468.320	5,23%	5,00%

A CGD detém 100% do capital social e dos direitos de voto da Caixa Seguros, SGPS, S.A. que, por sua vez, detém: i) 100% do capital social e dos direitos de voto da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. que, por sua vez, detém 100% do capital e dos direitos de voto da Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.; ii) 70% do capital social e dos direitos de voto da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A. que, por sua vez, detém 100% do capital social e dos direitos de voto da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.; iii) 100% do capital e dos direitos de voto da Multicare - Seguros de Saúde, S.A.

CAJA DE AHORROS DE ASTURIAS (CajAstur)			
Canbarica de Inversiones de Cartera, S.L.	128.409.447	3,51%	-
Caja de Ahorros de Asturias (CajAstur)	54.848.066	1,50%	-
Total	183.257.513	5,01%	5,00%

A sociedade Canbarica de Inversiones de Cartera, S.L. é totalmente detida pela Caja de Ahorros de Asturias (CajAstur)

JOSÉ DE MELLO - SOC. GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.			
José de Mello Energia, SGPS, S.A.	176.283.526	4,82%	4,87%
Órgãos de Administração e Fiscalização	62.443	-	0,00%
Total	176.345.969	4,82%	4,87%

A sociedade José de Mello Energia, SGPS, S.A. (anteriormente designada por Baltic, SGPS, S.A.) é totalmente detida pela José de Mello Participações II, SGPS, S.A., cuja totalidade do capital social é detida pela José de Mello - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Grupo Millennium BCP + FUNDO DE PENSÕES			
Órgãos Sociais	28.380	-	0,00%
Fundação Banco Comercial Português	350.000	0,01%	0,01%
Banco Millennium BCP Investimento, SA	284.861	0,01%	0,01%
Banco Comercial Português, S.A. (Gestão descurionária)	110.000	0,00%	0,00%
Fundo de Pensões do Grupo Millennium BCP	122.289.594	3,34%	3,38%
Fundo de Pensões do Millennium CD	47.000	0,00%	0,00%
Total	123.079.835	3,34%	3,40%

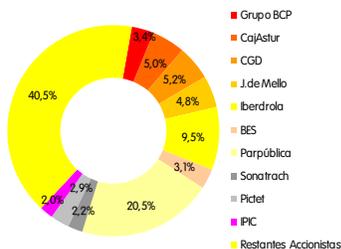
BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.			
Banco Espírito Santo, S.A.	111.573.128	3,05%	3,08%
Elementos dos Órgãos Sociais	13.214	-	0,00%
Total	111.586.342	3,05%	3,08%

INTERNATIONAL PETROLEUM INVESTMENT COMPANY (IPIC)			
Senforda SARL	73.130.755	2,00%	2,01%
Total	73.130.755	2,00%	2,01%

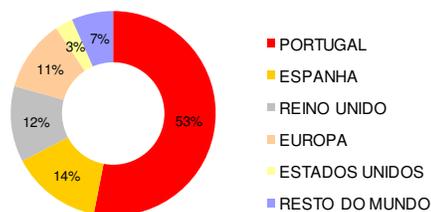
A sociedade Senforda SARL, empresa do Luxemburgo, é detida na totalidade pela IPIC, uma empresa detida na globalidade pelo Governo de Abu Dhabi.

Nota: A percentagem de direitos de voto foi determinada deduzindo as 35.443.360 ações próprias detidas pela empresa

Estrutura Accionista



A repartição geográfica e por tipo de investidor da estrutura accionista da EDP era, no final do 1.º semestre de 2009, a seguinte:



VII.1.3. Acções da EDP detidas por membros dos Órgãos Sociais

O quadro seguinte apresenta as acções detidas pelos membros dos Órgãos Sociais, assim como os movimentos ocorridos no primeiro semestre de 2009, de acordo com o disposto no nº 5 do artigo 447 do Código das Sociedades Comerciais:

	EDP - Energias de Portugal, S.A.		EDP Renováveis, S.A.		Energia de Brasil	
	Nº Acções 01-06-2009	Nº Acções 31-12-2008	Nº Acções 01-06-2009	Nº Acções 31-12-2008	Nº Acções 01-06-2009	Nº Acções 31-12-2008
Mesa de Assembleia Geral						
Rui Eduardo Fernandes Rodrigues Pinto	1.445	1.445	380	380	0	0
António Bernardino de Matos e Sousa da Silva	0	0	0	0	0	0
Manoel Teófilo de Faria	11.611	9.237	0	0	0	0
Conselho de Administração						
António de Almeida	0	0	1.200	0	0	0
Alberto João Carneiro de Castro	4.376	4.376	1.500	1.500	0	0
António Sacramento Gomes Melo	0	0	0	0	0	0
Capitão Inês Pereira, S.A.	183.237.513	183.237.513	0	0	0	0
João Maria Brilhante de Brito (em representação da Capistror Investimentos, S.A.)	0	0	0	0	0	0
Carlos Jorge Bernardino Gomes Pereira	40.000	40.000	0	0	0	0
Diogo Campos Bernardino de Lacerda Machado	280	280	0	0	0	0
Eduardo de Almeida Cortez	1.375	1.375	0	0	0	0
Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira	0	0	0	0	0	0
João das Neves Fernandes	0	0	400	0	0	0
João Maria Espírito Santo Silva Riccardi**	0	0	2.320	2.320	0	0
Roberto Adolfo Moreira de Figueiredo	0	0	0	0	0	0
Manoel Fernando de Mota de Azevedo Monteiro	0	0	2.750	2.750	0	0
Ricardo José Monteiro da Cruz Ribeiro	4.222	4.222	300	300	0	0
Rui Eduardo Fernandes Rodrigues Pinto	1.445	1.445	380	380	0	0
Sorenstech	81.733.076	81.733.076	0	0	0	0
Mohammed Muzahim (em representação do Sorenstech)	0	0	0	0	0	0
Vicente Manuel Gonçalves José de Melo	0	0	0	0	0	0
Manoel Fernando de Almeida Alves	3.445	3.445	480	480	0	0
Conselho de Administração Renováveis						
António Luís Guerra Nunes Melo	1.000	1.000	4.300	4.300	1	1
Alves Maria Machado Fernandes	0	0	1.320	1.320	1	1
António Fernando Melo Martins da Costa**	33.299	33.299	1.480	1.480	11	11
António Manuel Borel de Gusmão***	24.546	24.546	1.820	1.820	1	1
João Manuel Mendes Neto	1.248	1.248	0	0	0	0
Jorge Manuel Rodrigues da Cruz Alves****	13.497	13.497	1.900	1.900	0	0
Nuno Maria Baptista de Almeida Alves	40.000	40.000	5.000	5.000	1	1

Notas:
 1 As acções da EDP Renováveis incluem 100 acções detidas pelo cônjuge, Anjo Margarida Saraiva de Almeida de Castro;
 2 As acções da EDP - Energias de Portugal incluem 475 acções detidas pelo cônjuge, Glória Maria Pinto de Almeida;
 3 As acções da EDP Renováveis incluem 380 acções detidas pelo cônjuge, Ana Maria Ferreira de Oliveira Barreto;
 4 As acções da EDP Renováveis são detidas pelo cônjuge, Teresa Maria Belo de Matos, Galheiras e Almeida Riccardi.

Durante o primeiro semestre de 2009, foi realizada a seguinte operação de negociação de acções da EDP:

	EDP - Energias de Portugal, S.A.		
	Data	Nº Acções	Preço Médio (euros por acção)
Conselho de Administração Executivo			
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	06-03-09	5.000	2,432

VII.1.4. Transacções sobre acções próprias

Durante o primeiro semestre de 2009, foram realizadas as seguintes transacções sobre acções próprias:

Resumo das Transacções com Acções Próprias	
Volume Comprado	1.346.981
Volume Vendido	-1.607.212
Posição Final	33.930.360
Preço Max (€)	2,90
Preço Min (€)	2,21
Preço Médio (€)	2,76

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

ANTÓNIO LUÍS GUERRA NUNES MEXIA (PRESIDENTE)

ANA MARIA MACHADO FERNANDES

ANTÓNIO FERNANDO MELO MARTINS DA COSTA

ANTÓNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU

JOÃO MANUEL MANSO NETO

JORGE MANUEL PRAGANA DA CRUZ MORAIS

NUNO MARIA PESTANA DE ALMEIDA ALVES

LISBOA, 30 DE JULHO DE 2009

VIII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EDP - Energias de Portugal

Demonstração dos Resultados Consolidados
para os períodos de 6 meses findos em 30 de Junho de 2009 e 2008

Notas	2009		2008		Total
	Operações em continuação	Operações em continuação	Operações em desconti- nuação		
	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)	
Volume de negócios	6	5.889.774	6.557.260	162.950	6.720.210
Custos com aquisição de electricidade	6	-2.512.813	-3.209.447	-47.879	-3.257.326
Custos com aquisição de gás	6	-346.316	-385.679	-	-385.679
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	6	-576.839	-630.146	-2.044	-632.190
		<u>2.453.806</u>	<u>2.331.988</u>	<u>113.027</u>	<u>2.445.015</u>
Outros proveitos / (custos) de exploração					
Outros proveitos de exploração	7	113.830	109.806	1.823	111.629
Fornecimentos e serviços externos	8	-353.463	-333.083	-22.143	-355.226
Custos com o pessoal	9	-283.839	-288.988	-12.511	-301.499
Custos com benefícios aos empregados	9	-66.030	-56.682	-1.183	-57.865
Outros custos de exploração	10	-253.761	-221.418	-36.101	-257.519
		<u>-843.263</u>	<u>-790.365</u>	<u>-70.115</u>	<u>-860.480</u>
		1.610.543	1.541.623	42.912	1.584.535
Provisões do exercício	11	-18.751	-14.685	-2.803	-17.488
Amortizações do exercício	12	-666.338	-626.195	-21.907	-648.102
Compensações de amortizações	12	53.878	52.193	2.209	54.402
		<u>979.332</u>	<u>952.936</u>	<u>20.411</u>	<u>973.347</u>
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	13	27.884	481.520	-	481.520
Outros proveitos financeiros	14	488.588	294.247	8.924	303.171
Outros custos financeiros	14	-775.813	-802.840	-11.769	-814.609
Ganhos / (perdas) em associadas		<u>13.709</u>	<u>18.978</u>	<u>-</u>	<u>18.978</u>
Resultado antes de impostos		733.700	944.841	17.566	962.407
Impostos sobre lucros	15	-193.537	-178.095	-5.960	-184.055
Resultado depois de impostos e antes de alienação de operações em descontinuação		<u>540.163</u>	<u>766.746</u>	<u>11.606</u>	<u>778.352</u>
Ganhos / (perdas) na alienação de operações em descontinuação	46	-	-	-8.477	-8.477
Resultado líquido do período		<u>540.163</u>	<u>766.746</u>	<u>3.129</u>	<u>769.875</u>
Atribuível a:					
Accionistas da EDP		479.444	703.919	-956	702.963
Interesses minoritários	32	<u>60.719</u>	<u>62.827</u>	<u>4.085</u>	<u>66.912</u>
Resultado líquido do período		<u>540.163</u>	<u>766.746</u>	<u>3.129</u>	<u>769.875</u>
Resultado por acção (Básico e Diluído) - Euros	29	<u>0,13</u>	<u>0,19</u>	<u>(0,00)</u>	<u>0,19</u>

LISBOA, 30 DE JULHO DE 2009

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

EDP - Energias de Portugal

**Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2009
e 31 de Dezembro de 2008**

	Notas	2009 (Milhares de Euros)	2008 (Milhares de Euros)
Activo			
Activos fixos tangíveis	16	22.299.488	21.125.562
Activos intangíveis	17	2.817.687	2.660.375
Goodwill	18	3.196.096	3.181.657
Investimentos financeiros em empresas associadas	20	174.933	172.754
Activos financeiros disponíveis para venda	21	392.967	350.887
Activos por impostos diferidos	22	684.837	539.878
Clientes	24	114.195	112.044
Devedores e outros activos	25	<u>1.596.356</u>	<u>2.637.703</u>
Total dos Activos Não Correntes		<u>31.276.559</u>	<u>30.780.860</u>
Inventários	23	258.199	276.800
Clientes	24	1.538.260	1.646.613
Devedores e outros activos	25	2.052.265	1.632.172
Impostos a receber	26	529.710	544.740
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	27	90.617	83.227
Caixa e equivalentes de caixa	28	1.871.293	713.587
Activos detidos para venda	39	<u>9.623</u>	<u>30.828</u>
Total dos Activos Correntes		<u>6.349.967</u>	<u>4.927.967</u>
Total do Activo		<u><u>37.626.526</u></u>	<u><u>35.708.827</u></u>
Capitais Próprios			
Capital	29	3.656.538	3.656.538
Acções próprias	30	-124.984	-126.532
Prémios de emissão de acções	29	501.992	501.992
Reservas e resultados acumulados	31	2.099.485	1.241.316
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP		<u>479.444</u>	<u>1.091.598</u>
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP		6.612.475	6.364.912
Interesses minoritários	32	<u>2.382.482</u>	<u>2.181.729</u>
Total dos Capitais Próprios		<u>8.994.957</u>	<u>8.546.641</u>
Passivo			
Dívida financeira	34	12.610.238	10.874.311
Benefícios aos empregados	35	1.798.786	1.833.887
Provisões para riscos e encargos	36	345.924	323.719
Conta de hidráulicidade	33	243.116	237.822
Passivos por impostos diferidos	22	702.573	655.947
Credores e outros passivos	37	<u>5.372.670</u>	<u>4.867.083</u>
Total dos Passivos Não Correntes		<u>21.073.307</u>	<u>18.792.769</u>
Dívida financeira	34	3.569.863	3.812.014
Credores e outros passivos	37	3.346.090	4.153.100
Impostos a pagar	38	642.309	388.462
Passivos detidos para venda	39	<u>-</u>	<u>15.841</u>
Total dos Passivos Correntes		<u>7.558.262</u>	<u>8.369.417</u>
Total do Passivo		<u><u>28.631.569</u></u>	<u><u>27.162.186</u></u>
Total dos Capitais Próprios e Passivo		<u><u>37.626.526</u></u>	<u><u>35.708.827</u></u>

LISBOA, 30 DE JULHO DE 2009

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

EDP - Energias de Portugal

Demonstração dos Resultados Consolidados
para os períodos de 3 meses de 1 de Abril a 30 de Junho de 2009 e 2008

	2009	2008		Total
	Operações em continuação	Operações em continuação	Operações em descontinuação	
	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Volume de negócios	2.656.455	3.110.675	77.983	3.188.658
Custos com aquisição de electricidade	-1.048.044	-1.535.120	-28.169	-1.563.289
Custos com aquisição de gás	-128.037	-153.585	-	-153.585
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	-287.407	-283.899	-1.174	-285.073
	<u>1.192.967</u>	<u>1.138.071</u>	<u>48.640</u>	<u>1.186.711</u>
Outros proveitos / (custos) de exploração				
Outros proveitos de exploração	59.148	68.258	1.369	69.627
Fornecimentos e serviços externos	-187.925	-172.475	-12.141	-184.616
Custos com o pessoal	-142.533	-146.577	-6.429	-153.006
Custos com benefícios aos empregados	-30.586	-28.034	-714	-28.748
Outros custos de exploração	-129.625	-94.652	-19.440	-114.092
	<u>-431.521</u>	<u>-373.480</u>	<u>-37.355</u>	<u>-410.835</u>
	761.446	764.591	11.285	775.876
Provisões do exercício	-14.082	-16.173	-1.012	-17.185
Amortizações do exercício	-327.709	-343.642	-11.349	-354.991
Compensações de amortizações	27.673	26.676	1.149	27.825
	<u>447.328</u>	<u>431.452</u>	<u>73</u>	<u>431.525</u>
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	14.991	454.562	-	454.562
Outros proveitos financeiros	210.346	119.907	5.550	125.457
Outros custos financeiros	-332.026	-446.801	-5.773	-452.574
Ganhos / (perdas) em associadas	9.069	9.204	-	9.204
Resultado antes de impostos	349.708	568.324	-150	568.174
Impostos sobre lucros	-105.501	-91.281	31	-91.250
Resultado depois de impostos e antes de alienação de operações em descontinuação	244.207	477.043	-119	476.924
Ganhos / (perdas) na alienação de operações em descontinuação	-	-	-8.477	-8.477
Resultado líquido do período	<u>244.207</u>	<u>477.043</u>	<u>-8.596</u>	<u>468.447</u>
Atribuível a:				
Accionistas da EDP	214.248	448.211	-8.533	439.678
Interesses minoritários	29.959	28.832	-63	28.769
Resultado líquido do período	<u>244.207</u>	<u>477.043</u>	<u>-8.596</u>	<u>468.447</u>
Resultado por acção (Básico e Diluído) - Euros	<u>0,06</u>	<u>0,07</u>	<u>0,07</u>	<u>0,07</u>

LISBOA, 30 DE JULHO DE 2009

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

EDP - Energias de Portugal

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral em 30 de Junho de 2009 e 2008

(Milhares de euros)

	2009		2008	
	Accionistas	Interesses	Accionistas	Interesses
	EDP	Minoritários	EDP	Minoritários
Resultado líquido do período	479.444	60.719	702.963	66.912
Diferenças de câmbio	159.134	144.362	28.645	30.967
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	74.158	-4.109	35.833	1.920
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura fluxos de caixa)	-19.160	1.553	-9.898	-376
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	67.536	-	-91.949	-
Efeito fiscal da reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	-5.964	-	12.245	-
Ganhos / (perdas) actuariais	-423	1.218	-108.031	2.032
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) actuariais	-1.062	-414	-1.273	-691
Outro rendimento integral do período depois de impostos	274.219	142.610	-134.428	33.852
Total do rendimento integral do período	753.663	203.329	568.535	100.764

EDP - Energias de Portugal
Mapa de Alterações aos Capitais Próprios Consolidados
em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008

(Milhares de Euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reserva legal	Reservas e resultados acumulados	Reserva de Justo Valor (cobertura FC)	Reserva de Justo Valor (AFDV)	Diferenças cambiais	Acções próprias	Capital Próprio atribuível accionistas da EDP	Interesses minoritários
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	7.278.758	3.656.538	501.992	418.730	1.487.155	5.032	118.859	141.581	-65.741	6.264.146	1.014.612
Rendimento integral:											
Resultado líquido do período	769.875	-	-	-	702.963	-	-	-	-	702.963	66.912
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	27.479	-	-	-	-	25.935	-	-	-	25.935	1.544
Variações na reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	-79.704	-	-	-	-	-	-79.704	-	-	-79.704	-
Ganhos / (perdas) actuariais líquidas de imposto	-107.963	-	-	-	-109.304	-	-	-	-	-109.304	1.341
Variações na diferença cambial de consolidação	59.612	-	-	-	-	-	-	28.645	-	28.645	30.967
Rendimento integral total do período	669.299	-	-	-	593.659	25.935	-79.704	28.645	-	568.535	100.764
Reforço de reserva legal	-	-	-	25.108	-25.108	-	-	-	-	-	-
Pagamento de dividendos	-454.937	-	-	-	-454.937	-	-	-	-	-454.937	-
Dividendos atribuíveis a interesses minoritários	-16.052	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-16.052
Compra e venda de acções próprias	-41.156	-	-	-	-1.778	-	-	-	-39.378	-41.156	-
Prémios em acções e exercício de stock options	1.801	-	-	-	469	-	-	-	1.332	1.801	-
Interesses minoritários resultantes IPO EDP Renováveis	1.128.649	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.128.649
Compra de acções próprias Energias do Brasil	-52.905	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-52.905
Aumento de capital / Alienações - Empresas NEO	7.015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.015
Variações nas outras reservas de consolidação	97	-	-	-	-473	-	-	-	-	-473	570
Saldos em 30 de Junho de 2008	8.520.569	3.656.538	501.992	443.838	1.598.987	30.967	39.155	170.226	-103.787	6.337.916	2.182.653
Rendimento integral:											
Resultado líquido do exercício	442.199	-	-	-	388.635	-	-	-	-	388.635	53.564
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	-68.485	-	-	-	-	-65.490	-	-	-	-65.490	-2.995
Variações na reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	6.662	-	-	-	-	-	4.883	-	-	4.883	1.779
Ganhos / (perdas) actuariais líquidas de imposto	-27.098	-	-	-	-23.330	-	-	-	-	-23.330	-3.768
Variações na diferença cambial de consolidação	-503.173	-	-	-	-	-	-	-263.566	-	-263.566	-239.607
Rendimento integral total do período	-149.895	-	-	-	365.305	-65.490	4.883	-263.566	-	41.132	-191.027
Dividendos atribuíveis a interesses minoritários	-26.581	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-26.581
Compra e venda de acções próprias	-29.938	-	-	-	-7.193	-	-	-	-22.745	-29.938	-
Interesses minoritários resultantes do IPO da EDP Renováveis	-401	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-401
Compra de acções próprias Energias do Brasil	-137.478	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-137.478
Permuta de Activos - Energias do Brasil	387.302	-	-	-	15.714	-	-	-	-	15.714	371.588
Variações de interesses minoritários resultantes de aquisições e aumentos de capital	-17.506	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-17.506
Variações nas outras reservas de consolidação	569	-	-	-	88	-	-	-	-	88	481
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	8.546.641	3.656.538	501.992	443.838	1.972.901	-34.523	44.038	-93.340	-126.532	6.364.912	2.181.729
Rendimento integral:											
Resultado líquido do exercício	540.163	-	-	-	479.444	-	-	-	-	479.444	60.719
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	52.442	-	-	-	-	54.998	-	-	-	54.998	-2.556
Variações na reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	61.572	-	-	-	-	-	61.572	-	-	61.572	-
Ganhos / (perdas) actuariais líquidas de imposto	-681	-	-	-	-1.485	-	-	-	-	-1.485	804
Variações na diferença cambial de consolidação	303.496	-	-	-	-	-	-	159.134	-	159.134	144.362
Rendimento integral total do período	956.992	-	-	-	477.959	54.998	61.572	159.134	-	753.663	203.329
Reforço de reserva legal	-	-	-	27.549	-27.549	-	-	-	-	-	-
Pagamento de dividendos	-507.153	-	-	-	-507.153	-	-	-	-	-507.153	-
Dividendos atribuíveis a interesses minoritários	-16.170	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-16.170
Compra e venda de acções próprias	-1.163	-	-	-	-749	-	-	-	-414	-1.163	-
Prémios em acções e exercício de stock options	2.062	-	-	-	100	-	-	-	1.962	2.062	-
Variações de interesses minoritários resultantes de aquisições / alienações e aumentos de capital	12.797	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.797
Variações nas outras reservas de consolidação	951	-	-	-	154	-	-	-	-	154	797
Saldos em 30 de Junho de 2009	8.994.957	3.656.538	501.992	471.387	1.915.663	20.475	105.610	65.794	-124.984	6.612.475	2.382.482

EDP - Energias de Portugal

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados e Individuais em 30 de Junho de 2009 e 2008

(Milhares de Euros)

	Grupo		Individual	
	Jun 2009	Jun 2008	Jun 2009	Jun 2008
Actividades Operacionais				
Recebimentos de clientes	5.890.432	6.180.547	867.298	940.755
Recebimentos por securitização dos ajustamentos tarifários	1.204.422	-	-	-
Pagamentos a fornecedores	-4.083.875	-4.773.707	-864.495	-1.023.882
Pagamentos ao pessoal	-360.303	-295.658	-20.423	-18.073
Pagamentos de rendas de concessão	-120.156	-115.364	-	-
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	-66.096	-3.149	59.052	86.658
Fluxo gerado pelas operações	2.464.424	992.669	41.432	-14.542
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	-54.892	-33.970	-39.288	3.629
Fluxo das Actividades Operacionais	2.409.532	958.699	2.144	-10.913
Operações em descontinuação	-	42.254		
Operações em continuação	2.409.532	916.445		
Actividades de Investimento				
Recebimentos:				
Activos financeiros	67.972	235.674	-	79.783
IPO EDP Renováveis	-	1.566.726	-	-
Activos fixos tangíveis e intangíveis	667	2.362	109	429
Subsídios ao investimento	75.001	67.000	-	5
Juros e proveitos similares	26.355	33.549	149.276	185.764
Dividendos	21.433	4.117	378.580	407.259
	191.428	1.909.428	527.965	673.240
Pagamentos:				
Activos financeiros	-63.861	-185.682	-124.478	-2.472
Activos fixos tangíveis e intangíveis	-1.972.587	-2.275.983	-10.942	-5.155
	-2.036.448	-2.461.665	-135.420	-7.627
Fluxo das Actividades de Investimento	-1.845.020	-552.237	392.545	665.613
Operações em descontinuação	-	-18.923		
Operações em continuação	-1.845.020	-533.314		
Actividades de Financiamento				
Recebimentos/(Pagamentos) de empréstimos obtidos e juros relacionados	1.363.633	801.348	1.419.521	147.599
Juros e custos similares	-328.216	-350.088	-207.984	-225.006
Aumentos de capital e prémios de emissão	8.318	-	-	-
Recebimentos/(Pagamentos) de instrumentos financeiros derivados	-10.972	-70.358	6.830	-8.462
Dividendos pagos	-507.153	-454.937	-507.153	-454.937
Venda / (aquisição) de acções próprias	721	-40.995	721	-40.995
Recebimentos antecipados de parceiros institucionais na activ. eólica nos EUA	39.289	168.066	-	-
Fluxo das Actividades de Financiamento	565.620	53.036	711.935	-581.801
Operações em descontinuação	-	697	-	-
Operações em continuação	565.620	52.339	711.935	-581.801
Variação de caixa e seus equivalentes	1.130.132	459.498	1.106.624	72.899
Efeito das diferenças de câmbio	24.375	-3.527	5	527
Variação de caixa por variações no perímetro de consolidação	3.261	4.540		
Caixa e seus equivalentes no início do período	713.525	864.711	182.880	119.609
Caixa e seus equivalentes no fim do período (*)	1.871.293	1.325.222	1.289.509	193.035
Operações em descontinuação	-	41.543	-	-
Caixa e seus equivalentes em continuação no fim do período	1.871.293	1.283.679	1.289.509	193.035

(*) Ver detalhe da composição da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" na Nota 28 às Demonstrações Financeiras

EDP - Energias de Portugal, S.A.

Demonstração dos Resultados Individual para os períodos de 6 meses findos em 30 de Junho de 2009 e 2008

	Notas	2009	2008
		(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Volume de negócios	6	793.144	1.124.021
Custos com aquisição de electricidade	6	-573.175	-881.070
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	6	-144.939	-192.403
		<u>75.030</u>	<u>50.548</u>
Outros proveitos / (custos) de exploração			
Outros proveitos de exploração	7	4.310	3.259
Fornecimentos e serviços externos	8	-47.536	-45.786
Custos com o pessoal	9	-9.526	-5.266
Custos com benefícios aos empregados	9	-90	-58
Outros custos de exploração	10	-14.861	-3.995
		<u>-67.703</u>	<u>-51.846</u>
		7.327	-1.298
Provisões do exercício	11	-3.632	-1.304
Amortizações do exercício	12	-3.285	-2.794
		410	-5.396
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	13	-10	15.164
Outros proveitos financeiros	14	1.249.198	983.189
Outros custos financeiros	14	-922.733	-614.022
Resultado antes de impostos		326.865	378.935
Impostos sobre lucros	15	-691	-10.187
Resultado líquido do período		<u>326.174</u>	<u>368.748</u>

LISBOA, 30 DE JULHO DE 2009

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

EDP - Energias de Portugal, S.A.

**Balço Individual em 30 de Junho de 2009
e 31 de Dezembro de 2008**

	Notas	2009	2008
		(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Activo			
Activos fixos tangíveis	16	114.942	107.038
Activos intangíveis	17	37	41
Investimentos financeiros em empresas filiais	19	9.576.580	9.506.408
Investimentos financeiros em empresas associadas	20	49.773	49.773
Activos financeiros disponíveis para venda	21	162.780	134.159
Activos por impostos diferidos	22	-	60.716
Devedores e outros activos	25	<u>5.673.119</u>	<u>5.911.157</u>
Total dos Activos Não Correntes		<u>15.577.231</u>	<u>15.769.292</u>
Inventários	23	11.863	27.744
Clientes	24	14.902	18.390
Devedores e outros activos	25	1.970.991	2.830.973
Impostos a receber	26	110.027	95.437
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	27	6.286	232
Caixa e equivalentes de caixa	28	<u>1.289.509</u>	<u>182.879</u>
Total dos Activos Correntes		<u>3.403.578</u>	<u>3.155.655</u>
Total do Activo		<u>18.980.809</u>	<u>18.924.947</u>
Capitais Próprios			
Capital	29	3.656.538	3.656.538
Ações próprias	30	-118.889	-120.437
Prémios de emissão de acções	29	501.992	501.992
Reservas e resultados acumulados	31	1.783.550	1.681.607
Resultado líquido do exercício		<u>326.174</u>	<u>550.978</u>
Total dos Capitais Próprios		<u>6.149.365</u>	<u>6.270.678</u>
Passivo			
Dívida financeira	34	3.012.687	2.859.631
Provisões para riscos e encargos	36	85.000	79.014
Conta de hidraulicidade	33	243.116	237.822
Passivos por impostos diferidos	22	38.829	-
Credores e outros passivos	37	<u>3.172.303</u>	<u>2.401.840</u>
Total dos Passivos Não Correntes		<u>6.551.935</u>	<u>5.578.307</u>
Dívida financeira	34	5.330.197	5.360.236
Credores e outros passivos	37	707.054	1.704.896
Impostos a pagar	38	<u>242.258</u>	<u>10.830</u>
Total dos Passivos Correntes		<u>6.279.509</u>	<u>7.075.962</u>
Total do Passivo		<u>12.831.444</u>	<u>12.654.269</u>
Total dos Capitais Próprios e Passivo		<u>18.980.809</u>	<u>18.924.947</u>

LISBOA, 30 DE JULHO DE 2009

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

EDP - Energias de Portugal

Demonstração dos Resultados Individual
para os períodos de 3 meses de 1 de Abril a 30 de Junho de 2009 e 2008

	2009	2008
	(Milhares de Euros)	(Milhares de Euros)
Volume de negócios	335.857	506.449
Custos com aquisição de electricidade	-209.773	-386.261
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	<u>-89.236</u>	<u>-94.789</u>
	<u>36.848</u>	<u>25.399</u>
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Outros proveitos de exploração	2.603	2.800
Fornecimentos e serviços externos	-28.898	-25.258
Custos com o pessoal	-6.284	-2.268
Custos com benefícios aos empregados	-48	-26
Outros custos de exploração	<u>-13.290</u>	<u>1.323</u>
	<u>-45.917</u>	<u>-23.429</u>
	-9.069	1.970
Provisões do exercício	-3.882	-6.930
Amortizações do exercício	<u>-1.650</u>	<u>-1.414</u>
	-14.601	-6.374
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	-10	-
Outros proveitos financeiros	661.633	616.089
Outros custos financeiros	<u>-323.256</u>	<u>-253.719</u>
Resultado antes de impostos	323.766	355.996
Impostos sobre lucros	<u>-10.861</u>	<u>-13.722</u>
Resultado líquido do período	<u><u>312.905</u></u>	<u><u>342.274</u></u>

LISBOA, 30 DE JULHO DE 2009

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

EDP - Energias de Portugal, S.A.

Mapa de Alterações aos Capitais Próprios em base Individual
em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008

(Milhares de Euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reserva legal	Reservas e resultados acumulados	Reserva de Justo Valor (cobertura FC)	Reserva de Justo Valor (AFDV)	Acções próprias
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	6.263.055	3.656.538	501.992	418.730	1.711.896	-9.721	49.361	-65.741
Rendimento integral:								
Resultado líquido do exercício	368.748	-	-	-	368.748	-	-	-
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	742	-	-	-	-	742	-	-
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	-25.896	-	-	-	-	-	-25.896	-
Rendimento integral total do período	343.594	-	-	-	368.748	742	-25.896	-
Reforço da reserva legal	-	-	-	25.108	-25.108	-	-	-
Pagamento de dividendos	-454.937	-	-	-	-454.937	-	-	-
Compra e venda de acções próprias	-41.156	-	-	-	-1.778	-	-	-39.378
Prémios em acções e exercício de stock options	1.801	-	-	-	469	-	-	1.332
Saldos em 30 de Junho de 2008	6.112.357	3.656.538	501.992	443.838	1.599.290	-8.979	23.465	-103.787
Rendimento integral:								
Resultado líquido do exercício	182.230	-	-	-	182.230	-	-	-
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	209	-	-	-	-	209	-	-
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	-275	-	-	-	-	-	-275	-
Rendimento integral total do período	182.164	-	-	-	182.230	209	-275	-
Compra e venda de acções próprias	-23.843	-	-	-	-7.193	-	-	-16.650
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	6.270.678	3.656.538	501.992	443.838	1.774.327	-8.770	23.190	-120.437
Rendimento integral:								
Resultado líquido do exercício	326.174	-	-	-	326.174	-	-	-
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	29.785	-	-	-	-	29.785	-	-
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	28.982	-	-	-	-	-	28.982	-
Rendimento integral total do período	384.941	-	-	-	326.174	29.785	28.982	-
Reforço da reserva legal	-	-	-	27.549	-27.549	-	-	-
Pagamento de dividendos	-507.153	-	-	-	-507.153	-	-	-
Compra e venda de acções próprias	-1.163	-	-	-	-749	-	-	-414
Prémios em acções e exercício de stock options	2.062	-	-	-	100	-	-	1.962
Saldos em 30 de Junho de 2009	6.149.365	3.656.538	501.992	471.387	1.565.150	21.015	52.172	-118.889

1. Actividade económica do Grupo EDP

A EDP - Energias de Portugal, S.A., (adiante designada por EDP, S.A.), foi constituída em 1976 na sequência da nacionalização e consequente fusão das principais empresas do sector eléctrico de Portugal Continental. A sua sede social é em Lisboa, na Praça Marquês de Pombal, 12, 6°. Em 1994, conforme definido pelos Decretos-Lei nº 7/91 e 131/94, constituiu-se o Grupo EDP (adiante designado por Grupo EDP ou Grupo) após a cisão da EDP, S.A., de que resultou um conjunto de empresas participadas deitadas directa ou indirectamente a 100% pela própria EDP, S.A.

As actividades do Grupo estão actualmente centradas nas áreas de produção, distribuição e comercialização de energia eléctrica e distribuição e comercialização de gás, mas abrangem também outras áreas complementares e relacionadas, como engenharia, ensaios laboratoriais, formação profissional e gestão do património imobiliário.

Em termos geográficos o Grupo EDP opera essencialmente nos mercados Ibérico (Portugal e Espanha) e Americano (Brasil e Estados Unidos da América), no sector da energia.

Durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009 não ocorreram alterações significativas na actividade económica do Grupo EDP.

2. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas da EDP - Energias de Portugal, S.A. agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações e a posição financeira de todas as suas subsidiárias (Grupo EDP ou Grupo) e a participação do Grupo nas associadas, para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009 e a posição financeira a 30 de Junho de 2009.

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais condensadas, (referidas como "demonstrações financeiras") foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo da EDP, S.A., no dia 30 de Julho de 2009 e são expressas em milhares de Euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras individuais da EDP, S.A. e consolidadas do Grupo EDP são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

Estas demonstrações financeiras intercalares consolidadas foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Relato Financeiro IAS 34 - "Relato Financeiro Intercalar". Estas demonstrações financeiras do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009 não incluem toda a informação exigida para as demonstrações financeiras anuais e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

Em 2009, o Grupo adoptou a IAS 1 (alterada) — Apresentação das demonstrações financeiras e a IFRS 8 — Segmentos Operacionais. Estas normas de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2009, tiveram impacto ao nível das divulgações não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios do Grupo. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Estas demonstrações apresentam também a demonstração de resultados do segundo trimestre de 2009 com os comparativos do segundo trimestre do ano anterior.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Activos não correntes detidos para venda e os grupos de activos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo e em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nos termos definidos pelo IFRS 3 - Concentração de actividades empresariais, ajustamentos ao justo valor resultantes de "Purchase price allocations", com impacto nos montantes de "goodwill" previamente registados, originam uma alocação na informação comparativa, reflectindo o efeito destes ajustamentos, com referência à data de realização da operação de concentração de actividades empresariais.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

b) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, agora apresentadas, reflectem os activos, passivos e resultados da EDP, S.A. e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo EDP), e os capitais próprios e resultados atribuíveis ao Grupo por via das participações financeiras em empresas associadas.

Empresas subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, de directa ou indirectamente, gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto presume-se que o Grupo não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada, contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem nas linhas respectivas, a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, proveitos e custos destas entidades, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse.

Contabilização, em base individual, das participações financeiras em subsidiárias e associadas

Em base individual, os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como activos não correntes detidos para venda, são reconhecidos ao custo de aquisição e são sujeitos a testes de imparidade periódicos, sempre que existam indícios que determinada participação financeira possa estar em imparidade.

Diferenças de consolidação e de reavaliação - "Goodwill"

Na sequência da transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), efectuada com referência a 1 de Janeiro de 2004 e conforme permitido pelo IFRS 1 — Adopção pela Primeira Vez das IFRS, o Grupo optou por manter o "goodwill" resultante de concentrações de actividades empresariais, ocorridas antes da data da transição, registado de acordo com as anteriores regras contabilísticas aplicadas pelo Grupo.

As concentrações de actividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

A partir da data de transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, a totalidade do "goodwill" positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O "goodwill" resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

Caso o "goodwill" seja negativo este é registado directamente em resultados do exercício em que a concentração de actividades ocorre.

O valor recuperável do "goodwill" das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Aquisição e diluição a Interesses Minoritários

Nas transacções com interesses minoritários, o Grupo aplica o "Parent Company Model" de uma forma consistente para as aquisições e alienações.

Nas aquisições, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses minoritários adquiridos são registadas por contrapartida de "goodwill". As aquisições de interesses minoritários, por via de contratos de opções de venda ("written put options") celebrados com esses interesses minoritários, originam o reconhecimento de uma responsabilidade pelo justo valor a pagar, por contrapartida de interesses minoritários na parte adquirida. Sempre que exista um diferencial entre os interesses minoritários adquiridos e o justo valor da responsabilidade, esse diferencial é registado por contrapartida de "goodwill". O justo valor é determinado com base no preço definido no contrato, que poderá ser fixo ou variável. No caso do preço ser variável, o valor da responsabilidade é actualizado por contrapartida de "goodwill" e o efeito financeiro do desconto ("unwinding") dessa responsabilidade registado por contrapartida de resultados.

Quando uma parte da participação numa subsidiária é alienada sem que haja perda de controlo, a diferença entre o valor de venda e o valor contabilístico dos capitais próprios atribuídos à proporção do capital a ser alienada pelo Grupo, acrescido do valor contabilístico do "goodwill" relativo a essa subsidiária, é reconhecido em resultados do exercício como um ganho ou uma perda decorrente da alienação. O efeito de diluição ocorre quando a percentagem de participação numa subsidiária diminui sem que o Grupo tenha alienado as suas partes de capital nessa subsidiária, por exemplo, no caso em que o Grupo não participa proporcionalmente no aumento de capital da subsidiária. Os ganhos ou perdas resultantes do efeito da diluição são contabilizados pelo Grupo em resultados do exercício.

O Grupo reconhece os ganhos e perdas decorrentes da diluição de uma participação financeira numa subsidiária na sequência de uma alienação ou aumento de capital em resultados do exercício.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam. Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro são registados pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas.

O "goodwill" gerado em moeda estrangeira na aquisição destes investimentos é reavaliado à taxa de câmbio em vigor à data de balanço, por contrapartida de reservas.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, ao câmbio aproximado com as taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão para Euros dos resultados do exercício, resultantes do diferencial entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados, de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

c) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

d) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura do fluxo de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização.

Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro, cambial e risco de preço resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura no âmbito de aplicação da IAS 39 são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- (i) À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- (iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;
- (v) Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do activo, passivo ou grupo de activos e passivos. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente até à maturidade.

Cobertura de fluxos de caixa

A parte efectiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício, no momento em que ocorre a inefectividade.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados em capitais próprios são reconhecidos por contrapartida do custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios na data mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados do exercício.

Cobertura de activos líquidos ("Net investment")

O modelo de cobertura de activos líquidos é aplicado, em base consolidada, em investimentos em subsidiárias realizados em moeda estrangeira. Este modelo permite que as variações cambiais reconhecidas em reservas cambiais de consolidação sejam compensadas pelas variações cambiais de empréstimos obtidos em moeda estrangeira para a aquisição dessas mesmas subsidiárias. A parte inefectiva da relação de cobertura é registada em resultados do exercício.

Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, realiza testes prospectivos e retroespectivos de modo a demonstrar a sua efectividade e mostrando que as alterações no justo valor do item coberto são compensadas por alterações no justo valor do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

e) Outros activos financeiros

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros ao justo valor através dos resultados adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, negociação e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados ("fair value option").

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, ou (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date"), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar os activos.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos nos resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas nos resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são igualmente reconhecidas em reservas, no caso de acções, e nos resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, bem como os dividendos recebidos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

Transferências entre categorias

O Grupo não procedeu à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data do balanço deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida nos resultados, é transferida para resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a instrumentos de capital, a reversão da imparidade é reconhecida em reservas de justo valor.

f) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

g) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais emitidas por entidades do Grupo são consideradas como instrumentos de capital se não contiverem uma obrigação de reembolso e os dividendos só forem pagos se e quando declarados pelo Grupo. As acções preferenciais emitidas por subsidiárias, classificadas como instrumento de capital e detidas por terceiros são registadas como interesses minoritários.

h) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para os IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o Grupo decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com os IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8 a 50
Equipamento básico:	
Produção Hidroeléctrica	32 a 65
Produção Termoeléctrica	25 a 40
Produção Renováveis	20
Distribuição de electricidade	10 a 40
Outro equipamento básico	5 a 10
Equipamento de transporte	4 a 25
Equipamento administrativo e utensílios	4 a 10
Outros activos fixos tangíveis	10 a 25

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos directamente atribuíveis

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas directamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos activos.

Activos fixos tangíveis afectos às concessões da EDP Distribuição e subsídios ao investimento

Nos termos do Decreto-Lei n.º 344-B/82, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não implica a alienação dos patrimónios dos Municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pelo Grupo. Em conformidade com o precedente, os imobilizados entregues pelos Municípios para efeitos da concessão são evidenciados como activos fixos tangíveis, em contrapartida de um passivo de médio e longo prazo registado na rubrica de Credores e outros passivos (Conta de Regularização do DL 344-B/82), Nota 37.

Os activos fixos tangíveis afectos às concessões estão registados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. A amortização destes activos é calculada na mesma base e com as mesmas taxas de amortização utilizadas para os activos fixos tangíveis propriedade do Grupo, utilizando o método das quotas constantes. O custo desta amortização (nota 12) é compensado na rubrica de amortizações, pela redução em igual montante, da responsabilidade para com os Municípios registada no passivo.

A manutenção e a reparação destes activos tangíveis é da responsabilidade do Grupo EDP durante o período de vigência do contrato de concessão. Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Os activos adquiridos através de subsídios ao investimento e relativos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão seguem o mesmo tratamento contabilístico.

i) Activos intangíveis

Os activos intangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos activos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de software efectuados pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos aos projectos, sendo amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do período em que são incorridos.

Direitos de concessão na distribuição de electricidade e gás

Os direitos de concessão na distribuição de electricidade no Brasil relativos aos investimentos na Bandeirante e Escelsa e os direitos de concessão relativos à distribuição de gás, nomeadamente da Portgás e Setgás, são registados como activos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes pelo período de vida útil da concessão, não excedendo os 30 anos.

Direitos de concessão na exploração do domínio público hídrico

Os direitos de concessão na exploração do domínio público hídrico são registados como activos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes pelo período de vida útil da concessão, o qual actualmente não ultrapassa os 45 anos. O Grupo EDP regista como direitos de concessão as compensações financeiras pagas pelo usufruto dos bens públicos, sempre que estes ocorrem e nas suas diferentes subsidiárias.

Propriedade industrial e outros direitos

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

j) Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos devedores sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Determinação se um Acordo contém uma Locação

Na sequência da emissão pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), da interpretação IFRIC 4 - Determinar se um Acordo contém uma Locação, aplicável com referência a 1 de Janeiro de 2006, os acordos existentes, que compreendem transacções que embora não assumam a forma de uma locação transmitem o direito de uso de um activo em retorno de um pagamento, sempre que em substância cumprem com os requisitos definidos pela referida interpretação foram registados como locações.

k) Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos com o objectivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas.

Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transacção que lhe sejam directamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

l) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

As licenças de CO2 detidas pelo Grupo com o objectivo de serem negociadas em mercado são registadas como inventário e são valorizadas ao preço de mercado no final de cada exercício por contrapartida de resultados.

m) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

n) Benefícios aos empregados

Pensões

Algumas empresas do Grupo EDP atribuem benefícios pós-reforma aos seus colaboradores sob a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente, planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada.

Planos de benefícios definidos

Em Portugal, o plano de benefícios definidos é financiado através de um Fundo de pensões fechado complementado por provisão específica. Neste fundo encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas e pré-reformas.

No Brasil, a Bandeirante dispõe de dois planos de benefícios definidos geridos pela fundação CESP, entidade fechada de previdência complementar, com patrimónios próprios e segregados dos patrimónios dos patrocinadores. A Escelsa dispõe de um plano de benefícios definidos que garante um complemento de pensões de reforma por idade, invalidez e sobrevivência. A Escelsa dispõe ainda de um plano especial complementar de pensões de reforma de ex-combatentes.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

De acordo com o IFRS 1, o Grupo optou, na data da transição de 1 de Janeiro de 2004, por reconhecer por contrapartida de reservas a totalidade das perdas actuariais diferidas existentes a essa data.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pelo IAS 19.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

O Grupo reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

Os activos do plano seguem as condições de reconhecimento previstas na IFRIC 14 - IAS 19 e os requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

Planos de contribuição definida

Em Portugal, Espanha e no Brasil, as empresas EDP Estudos e Consultoria, HC Energia, NEO e Bandeirante dispõem de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos sistemas de previdência social, do tipo contribuição definida, efectuando deste modo em cada ano uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada plano.

Outros benefícios

Planos de cuidados médicos e outros

Em Portugal e no Brasil (Escelsa) algumas empresas do Grupo EDP concedem benefícios relativos a cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos dos sistemas de segurança social. Estes planos de cuidados médicos são classificados como planos de benefícios definidos sendo as responsabilidades cobertas por provisões registadas no balanço do Grupo. A mensuração e o reconhecimento das responsabilidades com os planos de cuidados médicos são idênticos ao referido anteriormente para os planos de pensões de benefícios definidos.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias de algumas sociedades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração Executivo. As remunerações variáveis são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam.

o) Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento

O Grupo constitui provisões para desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis quando existe uma obrigação legal ou contratual de proceder ao desmantelamento e descomissionamento desses activos no final da vida útil dos activos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para os activos tangíveis afectos à produção de energia eólica e nuclear, para fazer face às responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original. Estas provisões são calculadas, com base no valor actual da totalidade da responsabilidade futura e são registadas por contrapartida de um aumento dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses activos.

Numa base anual, a provisão é sujeita a uma revisão, de acordo com a estimativa das responsabilidades com o desmantelamento e descomissionamento futuro. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

Os pressupostos usados no cálculo das provisões com o desmantelamento e descomissionamento futuro em 2009 permanecem inalterados em relação aos pressupostos utilizados em 31 de Dezembro de 2008 e divulgados na nota 2 o) das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2008.

p) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O réditto compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos e depois da eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

A facturação de vendas de electricidade é efectuada numa base mensal. As facturas mensais de electricidade são baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. Os proveitos respeitantes a energia a facturar, por consumos ocorridos e não lidos até à data de balanço, são registados por estimativa efectuada com base na média dos últimos consumos.

As diferenças entre os valores estimados e os reais são registadas nos períodos subsequentes.

q) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Os resultados financeiros incluem ainda as perdas por imparidade relativas aos activos financeiros disponíveis para venda.

r) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do "goodwill" não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 74 da IAS 12, o Grupo procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- (i) a sociedade em causa tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e
- (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou sobre diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

s) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro consolidado e individual atribuível aos accionistas da EDP,S.A. pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo e pela EDP, S.A. respectivamente.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida converfível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos converfíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

t) Programa de remuneração com acções

O programa de remuneração com opções sobre acções ("stock options") permite aos colaboradores do Grupo adquirir acções da EDP, S.A. O preço de exercício das opções é calculado com base no preço de mercado das acções na data de atribuição do benefício.

O justo valor das opções atribuídas, determinado na data de atribuição ("grant date"), é reconhecido nos resultados por contrapartida de capitais próprios, durante o período em que o colaborador adquire o direito de exercer ("vesting period"), tendo por base o seu valor de mercado calculado na data de atribuição.

Caso a opção venha a ser exercida, o Grupo efectuará a aquisição das acções no mercado para proceder à sua atribuição aos colaboradores.

u) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

v) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

w) Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

x) Desvios tarifários

Nas actividades sujeitas a regulação, o regulador estabelece através do mecanismo do ajustamento tarifário os critérios de alocação de determinados ganhos ou perdas verificadas num determinado ano às tarifas de anos futuros. Os desvios tarifários registados nas demonstrações financeiras da EDP correspondem à diferença entre os valores efectivamente facturados pelas empresas reguladas (baseados nas tarifas publicadas pela ERSE em Dezembro do ano anterior) e os proveitos permitidos calculados com base em valores reais. Os desvios tarifários são recuperados através das tarifas de electricidade aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

O Decreto-Lei 165/2008 de 21 de Agosto veio confirmar o direito incondicional por parte dos operadores regulados à recuperação dos desvios tarifários enquadrando-os num regime idêntico ao do défice tarifário. Consequentemente, o Grupo EDP registou nos resultados do período na rubrica de Vendas de electricidade, os efeitos decorrentes do reconhecimento dos desvios tarifários por contrapartida da rubrica de Outros devedores. De acordo com o referido Decreto-Lei, os ajustamentos tarifários apurados em cada ano que sejam devidos às entidades empresas reguladas, mantêm-se mesmo em caso de insolvência ou cessação superveniente da actividade que cada uma das entidades, devendo a ERSE adoptar as medidas necessárias para assegurar que o titular desses direitos continua a recuperar os montantes em dívida até ao seu integral pagamento. No âmbito deste Decreto-Lei podem ainda as empresas reguladas ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito de receber os desvios tarifários, através das tarifas de energia eléctrica.

y) Licenças de CO₂ e emissão de gases de estufa

O Grupo detém licenças de emissão de CO₂ para fazer face às emissões que resultam da sua actividade operacional e licenças que foram adquiridas para negociação. As licenças de CO₂ e de emissão de gases de estufa detidas para consumo próprio e atribuídas a título gratuito são reconhecidas como um activo incorpóreo no momento da atribuição, por contrapartida da rubrica de Proveitos Diferidos - Subsídios, sendo valorizadas com base na cotação do mercado na data de referência da sua atribuição. A utilização das licenças é baseada nas emissões de gases com efeito de estufa ocorridas no exercício, valorizadas com base na cotação do mercado Powernext na data de referência da sua atribuição, normalmente, no início do exercício.

A amortização dos subsídios é efectuada no exercício em que são atribuídos. Quando as emissões do ano excedem o montante de licenças de CO₂ atribuídas gratuitamente, é registada uma provisão pelo montante necessário para adquirir as licenças em falta na data de referência das demonstrações financeiras.

As licenças detidas pelo Grupo para negociação são registadas como existências ao custo de aquisição o qual é posteriormente ajustado para o respectivo justo valor, correspondente à cotação do mercado Powernext no último dia útil de cada mês. Os ganhos e perdas resultantes destes ajustamentos são reconhecidos nos resultados do exercício.

z) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem que uma série de tratamentos contabilísticos requerem que o Conselho de Administração Executivo efectue julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre qual o tratamento contabilístico mais adequado com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, custos e proveitos. Os custos e os proveitos reais podem diferir destas estimativas.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções, considerando para os títulos cotados que desvalorizações superiores a 20% são significativas. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Extinção dos Contratos de Aquisição de Energia

Em 2007, a EDP e a REN acordaram a antecipação do fim dos CAE, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2007. Com base na legislação em vigor, o montante relativo à Compensação do Equilíbrio Contratual (CMEC) inicial ascende a 833.467 milhares de Euros, sendo passível de securitização.

Face à legislação anterior relativa ao CMEC, a legislação actual, no essencial, considera um ajustamento no preço de referência de venda de electricidade em mercado utilizado para o cálculo da compensação inicial, devida pela cessação antecipada dos CAE.

O Conselho de Administração Executivo considera que este ajustamento se encontra em linha com as alterações ocorridas nos preços de mercado de electricidade de longo prazo. A nível económico o Conselho de Administração Executivo não antecipa que este ajustamento venha a alterar o efeito, para o Grupo EDP, da entrada em vigor dos CMEC em resultado da confirmação da extinção dos CAE.

Compensação do Equilíbrio Contratual - CMEC

Na sequência da extinção dos contratos de aquisição de energia (CAE) e de acordo com a legislação em vigor, foi determinada a atribuição, ao Grupo EDP de uma compensação de equilíbrio contratual (CMEC). O mecanismo de atribuição do CMEC compreende três tipos de compensações: a compensação inicial, a compensação decorrente do mecanismo da revisibilidade e uma compensação final.

A compensação inicial foi reconhecida no momento da cessação dos CAE, e constitui um activo a receber registado pelo seu valor actualizado líquido, tendo por contrapartida o registo de um proveito diferido. Em cada exercício a parcela da compensação inicial é reconhecida como um proveito operacional por contrapartida do proveito diferido inicial.

A compensação decorrente do mecanismo da revisibilidade corresponde à correcção face à realidade da estimativa da compensação inicial de cada exercício, sendo registada como um custo ou um proveito no exercício a que se refere.

A compensação final será calculada nos termos definidos pela legislação relativa à cessação dos CAE, após o término do período de revisibilidade (10 anos). Os juros resultantes da taxa de desconto utilizada são registados no período a que respeitam, com base na taxa implícita respectiva, por contrapartida de proveitos em cada período.

Compensação do Equilíbrio Contratual - Revisibilidade

O mecanismo de revisibilidade, consiste em acertar numa base anual e pelo período de 10 anos após a resolução dos CAE, os desvios, positivos ou negativos, verificados entre as estimativas efectuadas para o cálculo do CMEC inicial de um período e os valores reais efectivamente ocorridos no mercado nesse período. Este mecanismo dá origem a uma compensação decorrente do acerto de estimativa que se designa por CMEC Revisibilidade. Em cada período, o Grupo EDP efectua o cálculo do CMEC Revisibilidade considerando os preços de mercado verificados e as quantidades reais vendidas, utilizando os pressupostos definidos no modelo Valorágua, conforme definido na legislação em vigor. Consequentemente, a utilização de metodologias ou pressupostos diferentes dos do modelo utilizado, poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles que foram considerados.

Redefinição das vidas úteis dos activos afectos à produção

Em 2006 e na sequência da confirmação pelo Governo Português da extinção dos CAE, o Conselho de Administração Executivo procedeu à redefinição das vidas úteis dos activos afectos à produção eléctrica e consequentemente, à alteração da política de amortizações. A redefinição da vida útil das centrais térmicas e hídricas afectas aos CAE, teve por base uma análise dos equipamentos associados e as limitações impostas pela legislação, nomeadamente no que respeita à necessidade de realização de investimentos adicionais de carácter ambiental. Esta análise considerou pressupostos que requerem julgamentos e estimativas para a determinação das vidas úteis dos activos considerados.

Desvios tarifários

Os desvios tarifários representam a diferença entre os custos e os proveitos do Sistema Eléctrico Nacional (SEN), estimados no início de cada período para efeitos de cálculo da tarifa, e os custos e proveitos reais do Sistema Eléctrico apurados no final de cada período. Os desvios tarifários são recuperados através das tarifas de electricidade aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

Considerando os direitos atribuídos pela legislação actualmente em vigor que estabelece o direito incondicional por parte dos operadores regulados à recuperação dos desvios tarifários enquadrando-os num regime idêntico ao do défice tarifário, o Grupo EDP registou nos resultados do período na rubrica de Vendas de electricidade, os efeitos decorrentes do reconhecimento do desvio tarifário, por contrapartida da rubrica de Outros devedores. No âmbito da legislação em vigor as empresas reguladas podem ainda ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito a receber através das tarifas de energia eléctrica, os desvios tarifários. No primeiro semestre de 2009 o Grupo EDP procedeu à transmissão de forma plena e não condicionada dos desvios tarifários registados em 2008, nos termos da legislação em vigor.

Défice tarifário

Em Portugal, o Decreto-Lei 237-B/2006, de 19 de Dezembro de 2006, veio reconhecer o direito irrevogável à recuperação do défice tarifário relativo aos exercícios de 2006 e 2007, por parte dos operadores regulados, independentemente da forma da sua liquidação futura, mantendo-se este direito em caso de insolvência ou cessação de actividade. Adicionalmente, este Decreto-Lei consagrou a transmissibilidade a terceiros do direito ao recebimento do défice tarifário. No exercício de 2008 o Grupo EDP procedeu à transmissão de forma plena e não condicionada do défice tarifário registado em 2007.

Em Espanha, em Dezembro de 2006, foi publicado o Decreto Real 1634/2006, que estabelece a tarifa de electricidade para o período com início em 1 de Janeiro de 2007. Este Decreto Real definiu a forma de recuperação do défice de 2006, estabelecendo adicionalmente que, com carácter trimestral e a partir de 1 de Julho de 2007, o Governo, mediante Decreto Real, efectuará modificações às tarifas de venda de energia eléctrica a aplicar pelas empresas distribuidoras. A Ordem ITC/2794/2007, de 27 de Setembro, que revê as tarifas eléctricas a partir de 1 de Outubro de 2007 veio cumprir com o estabelecido no Decreto Real 1634/2006. Em 29 de Dezembro de 2007 foi publicada a Ordem ITC/3860/2007, de 28 de Dezembro, a qual reviu as tarifas eléctricas a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Foi publicado em 7 de Maio de 2009 o Real Decreto Ley 6/2009 que estabelece entre outras matérias, (i) a possibilidade de se proceder à securitização do défice tarifário espanhol suportado pelas empresas do sector eléctrico, recorrendo a aval do Estado; (ii) o calendário de eliminação do défice tarifário para que em 1 de Janeiro de 2013 as tarifas de acesso sejam suficientes para cobrir os custos das actividades reguladas, sem criação de défice tarifário ex-ante e, de forma a que esta eliminação seja gradual, os custos actualmente integrados na tarifa eléctrica passem a ser suportados pelo Orçamento de Estado Espanhol; (iii) a revogação, a partir de 1 de Julho de 2009, do Real Decreto Ley 11/2007, que estabelecia a obrigação de devolução dos proveitos adicionais gerados pela repercussão dos custos do CO2 nos preços de mercado, cuja vigência se estendia até 2012; (iv) a criação de um subsídio social que constitui numa tarifa reduzida para os consumidores de baixo rendimento e (v) a assunção pelas empresas eléctricas dos custos de gestão e tratamento de resíduos radioactivos das centrais nucleares e dos combustíveis gastos.

Com base na legislação referida o Conselho de Administração Executivo considera que se encontram reunidas as condições de reconhecimento dos défices tarifários como valores a receber, registados por contrapartida dos resultados do exercício.

Imparidade dos activos de longo prazo e Goodwill

Os activos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

O Grupo revê com uma periodicidade anual os pressupostos que estão na base do julgamento da existência ou não de imparidade no "goodwill" resultante das aquisições de participações em empresas subsidiárias. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macro - económicos e os pressupostos do negócio utilizado pela gestão. O "goodwill" em empresas associadas é testado sempre que existam circunstâncias que indiciem a existência de imparidade.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis, intangíveis e do "goodwill" pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do Grupo.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pelo Conselho de Administração Executivo da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Reconhecimentos de proveitos/rédito

Os proveitos das vendas de electricidade são reconhecidos quando as facturas mensais são emitidas, baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. Os proveitos relativos a energia a facturar, por consumos ocorridos e não lidos, até à data do balanço são registados com base em estimativas, que consideram factores como médias de consumo verificadas em períodos anteriores e as análises relativas ao balanço energético da actividade desenvolvida.

A utilização de diferentes estimativas e pressupostos poderá resultar num nível diferente de proveitos e, consequentemente, em diferentes impactos nos resultados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela EDP, S.A., e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da EDP, S.A. e das suas subsidiárias, de que não haverão correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento

O Conselho de Administração Executivo considera existirem obrigações contratuais relativamente ao desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis afectos à actividade de produção de energia eólica e nuclear. O Grupo constitui provisões para fazer face ao valor presente das despesas estimadas com a reposição dos locais e dos terrenos de implementação dos referidos activos. Para efeitos do cálculo das referidas provisões são efectuadas estimativas do valor presente da responsabilidade em resultado da existência das referidas obrigações.

O Conselho de Administração Executivo considera que com base no enquadramento regulatório e legal da actividade do Grupo, não existem obrigações contratuais ou construtivas que determinem a constituição de provisões para desmantelamento ou descomissionamento dos restantes centros electroprodutores pertencentes ao Grupo EDP.

A consideração de outros pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos, poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles que foram considerados.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

Gestão do risco financeiro

As actividades do Grupo EDP expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, taxas de câmbio e taxas de juro. A exposição do Grupo EDP a riscos financeiros reside essencialmente na sua carteira de dívida, resultando em riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio. A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada em consonância com a política de gestão de riscos do Grupo EDP. De forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira, são utilizados instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

A gestão de riscos financeiros da EDP, S.A., EDP Finance, B.V. e de outras entidades do Grupo EDP, é efectuada centralmente pela Direcção de Gestão Financeira da EDP, S.A., de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo. A Direcção de Gestão Financeira identifica, avalia e remete à aprovação do Conselho de Administração Executivo mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição. O Conselho de Administração Executivo tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. A gestão de risco financeiro das subsidiárias brasileiras é efectuada localmente com o acompanhamento da Direcção de Gestão Financeira da EDP, S.A.

Todas as operações realizadas com instrumentos financeiros derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração Executivo que define os parâmetros de cada operação e aprova os documentos formais descritivos dos objectivos das mesmas.

Ao nível das subsidiárias do Brasil, a responsabilidade de gestão dos riscos de mercado inerentes à variação das taxas de juro e das taxas de câmbio é do Gabinete de Gestão de Risco local, o qual efectua esta gestão de acordo com os princípios definidos pelo Grupo EDP para esta área geográfica.

Gestão do risco de taxa de câmbio

A Direcção de Gestão Financeira da EDP - Energias de Portugal, S.A., é responsável pela gestão da exposição ao risco cambial decorrente da contratação de dívida em moeda estrangeira, procurando mitigar o impacto da flutuação cambial nos encargos financeiros das empresas do Grupo EDP e, consequentemente, nos resultados consolidados, recorrendo à realização de operações com instrumentos financeiros derivados cambiais e/ou outras estruturas de cobertura.

O Grupo EDP opera internacionalmente encontrando-se exposto a risco cambial em várias moedas, nomeadamente: Dólar Americano (USD), Libra da Grã Bretanha (GBP), Ienes do Japão (JPY) e Real Brasileiro (BRL). Actualmente, a exposição ao risco de flutuação cambial USD/EUR resulta essencialmente da aquisição da Horizon em Julho de 2007 e dos investimentos efectuados em parques eólicos nos EUA desde então. Para financiar a aquisição e investimento subsequente desta subsidiária, a EDP contratou financiamentos em USD bem como instrumentos financeiros derivados cambiais, que permitem transformar a dívida emitida em USD, os quais permitem mitigar o risco cambial em USD associado aos activos líquidos da Horizon. As obrigações emitidas pela EDP Finance, B.V., em GBP, ao abrigo do programa "Medium Term Notes" foram desde a data da emissão cobertas no que respeita ao risco cambial e de taxa de juro. A restante dívida contraída pelo Grupo EDP, exceptuando a dívida contraída pelas subsidiárias Brasileiras, encontra-se integralmente denominada em Euros.

As subsidiárias brasileiras expostas à flutuação cambial USD/BRL, através de endividamento em USD, utilizam contratos de "swap" de moeda como instrumentos de cobertura deste risco. Adicionalmente, os investimentos do Grupo nas subsidiárias brasileiras, cujos activos líquidos são denominados em BRL e portanto expõem-no ao risco de conversão cambial, são acompanhados no que respeita à evolução do câmbio BRL/EUR. Dada a natureza de longo prazo definida para os investimentos nas subsidiárias brasileiras, o Grupo decidiu não utilizar instrumentos financeiros para cobertura do risco cambial associado ao valor dos investimentos líquidos nestas subsidiárias.

A política seguida pelo Grupo EDP consiste em contratar instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco cambial com características semelhantes às dos passivos cobertos. As operações são reavaliadas e acompanhadas durante a sua vida útil e, periodicamente, é avaliada a sua eficácia na prossecução do objectivo de controlo e cobertura do risco que lhe deu origem.

Análise de sensibilidade - Taxa de câmbio

As operações que se encontram contabilisticamente cobertas não são consideradas nesta análise. Deste modo, para as operações que resultam numa exposição ao risco cambial ("forwards" cambiais) pelo facto de se encontrarem registadas contabilisticamente numa carteira de negociação, uma alteração de 10% no câmbio do Euro face às seguintes moedas, com referência a 30 de Junho de 2009 e 2008, iria originar um acréscimo / (redução) nos resultados do Grupo EDP, nos seguintes montantes:

	Jun 2009		Jun 2008	
	Euro'000		Euro'000	
	+10%	-10%	+10%	-10%
USD	-21.406	26.162	-1.156	1.412
BRL	-	-	5.096	-6.228
PLN	7.316	-8.942	-	-
	<u>-14.090</u>	<u>17.220</u>	<u>3.940</u>	<u>-4.816</u>

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juro, se mantêm constantes.

Gestão do risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição dos "cashflows" da dívida às flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros derivados ("swaps") e estruturas de opções.

No contexto dos financiamentos a taxa variável, o Grupo EDP recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro para cobertura dos fluxos de caixa associados a pagamentos futuros de juros, que têm o efeito de converter os empréstimos de taxa de juro variável em empréstimos de taxa de juro fixa. As dívidas de longo prazo contraídas a taxas fixas são, sempre que se justifique, convertidas para taxas variáveis através de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, com o intuito de reduzir os encargos financeiros e de os ajustar às condições do mercado. A estas operações são, sempre que se considere adequado, adicionadas operações estruturadas de opções de modo a mitigar a exposição dos fluxos de caixa da dívida às flutuações das taxas de mercado.

As operações são realizadas na sua grande parte sobre passivos existentes na carteira de dívida do Grupo EDP e configuram, na sua maioria, coberturas perfeitas, resultando num elevado grau de correlação entre as variações de justo valor do instrumento de cobertura e as variações de justo valor do risco de taxa de juro e/ou cambial ou dos fluxos de caixa futuros.

O Grupo EDP detém uma carteira de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, cujos vencimentos variam entre 1 e 15 anos aproximadamente. A Direcção Financeira do Grupo efectua estimativas de sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros a variações nas taxas de juro.

Análise de sensibilidade - Taxas de juro (excluindo actividade no Brasil)

A gestão de risco de taxa de juro associado às actividades desenvolvidas no Grupo, com excepção do Brasil, é efectuada centralmente ao nível da Direcção Financeira do Grupo EDP, sendo contratados instrumentos financeiros derivados ("swaps" e estruturas opções) de forma a mitigar este risco. Tendo por base a carteira de dívida contratada pelo Grupo, com excepção do Brasil e os respectivos instrumentos financeiros derivados utilizados para cobertura do risco de taxa de juro associado, uma alteração de 100 pontos base na taxa de juro com referência a 30 de Junho de 2009 e 2008, iria originar um acréscimo / (redução) no capital próprio e nos resultados do Grupo EDP nos seguintes montantes:

	Jun 2009			
	Resultado Euro'000		Capitais Próprios Euro'000	
	100 pb acréscimo	100 pb redução	100 pb acréscimo	100 pb redução
Efeito "cash flow":				
Dívida coberta	-24.777	24.777	-	-
Dívida não coberta	-61.031	61.031	-	-
Efeito justo valor:				
Derivados cobertura de fluxos de caixa	-	-	20.903	-23.062
Derivados de negociação (óptica contabilística)	17.881	-22.418	-	-
	<u>-67.927</u>	<u>63.390</u>	<u>20.903</u>	<u>-23.062</u>
	Jun 2008			
	Resultado Euro'000		Capitais Próprios Euro'000	
	100 pb acréscimo	100 pb redução	100 pb acréscimo	100 pb redução
Efeito "cash flow":				
Dívida coberta	-20.674	20.674	-	-
Dívida não coberta	-63.895	63.895	-	-
Efeito justo valor:				
Derivados cobertura de fluxos de caixa	-	-	10.576	-11.165
Derivados de negociação (óptica contabilística)	-85	119	-	-
	<u>-84.654</u>	<u>84.688</u>	<u>10.576</u>	<u>-11.165</u>

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, se mantêm constantes.

Gestão do risco de crédito de contraparte nas operações de financiamento e derivados sobre a taxa de juro e de câmbio

A política do Grupo EDP, em termos de risco de contraparte das operações financeiras, rege-se pela análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e exposição a cada contraparte, evitando-se concentrações significativas de risco de crédito. As contrapartes dos instrumentos financeiros derivados são instituições de crédito de elevada notação de crédito, não se atribuindo um risco significativo de incumprimento da contraparte e não sendo exigidas garantias ou outros colaterais neste tipo de operações.

O Grupo EDP tem procedido à documentação das operações financeiras realizadas de acordo com os "standards" internacionais. Neste sentido, a generalidade das operações com instrumentos financeiros derivados são contratadas ao abrigo do "ISDA Master Agreements", flexibilizando a transferência dos instrumentos em mercado.

No que respeita às dívidas de terceiros, resultantes da actividade corrente do Grupo EDP, o risco de crédito resulta essencialmente da obrigatoriedade legal da continuidade de fornecimento de electricidade de baixa tensão com atrasos usuais no pagamento. O elevado número de clientes e a sua diversidade em termos de sector de actividade, assim como o grande volume de clientes residenciais, são factores que mitigam o risco de concentração de crédito em contrapartes.

Gestão do risco de liquidez

O Grupo EDP efectua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme, junto de instituições financeiras nacionais e internacionais, que permitem acesso imediato a fundos. Estas linhas são utilizadas em complemento a programas de emissão de papel comercial nacional e internacional, que permitem diversificar as fontes de financiamento de curto prazo do Grupo EDP (ver nota 34).

Gestão dos riscos nos mercados de energia

No âmbito da sua actuação no mercado Ibérico de electricidade não regulado, a EDP compra combustíveis para transformação em energia eléctrica e vende electricidade resultante do despacho dos centros produtores tanto em mercados organizados (OMEL e OMIP) como a terceiros. O Grupo encontra-se exposto aos riscos do mercado de energia, nomeadamente no que se refere à actividade desenvolvida no sector não regulado. Para um conjunto de centros produtores de electricidade que, apesar de operarem em mercado, têm o seu regime de remuneração regulado pela legislação dos CMEC, a variabilidade da margem de exploração é determinada, essencialmente, pela diferença entre os preços realizados em mercado e os índices de referência definidos nestes contratos.

Em resultado desta actividade de gestão de energia, existe uma carteira de operações relativas a energia eléctrica, emissões de CO₂ e combustíveis (carvão, fuel e gás). A gestão desta carteira é efectuada com recurso à contratação de operações, financeiras e físicas, nos mercados energéticos a prazo. Estas operações têm como objectivo, reduzir a volatilidade do impacto económico proveniente das posições geridas e, acessoriamente, aproveitar oportunidades de arbitragem ou "positioning" dentro dos limites de negociação aprovados pelo Conselho de Administração Executivo. Os instrumentos financeiros negociados, incluem swaps (electricidade, Brent e carvão), opções e a contratação de operações a prazo para a fixação de preços ("forwards").

A actividade de gestão de energia está sujeita a um conjunto de variáveis que são identificadas e classificadas em função das suas características de incerteza (ou risco) comuns. Destes riscos, destacam-se os relacionados com a evolução dos preços dos mercados (electricidade e combustíveis) e com a variabilidade dos volumes de produção hídrica (risco de preço e volume), assim como o risco de crédito das contrapartes.

A monitorização dos riscos, tanto de preço e volume como de crédito, passa pela sua quantificação em medidas associadas a posições em risco passíveis de serem ajustadas através de operações de mercado. Esta quantificação é realizada por modelos específicos que valorizam as posições de forma a avaliar a perda máxima que se pode incorrer, num prazo delimitado, com uma dada probabilidade e num determinado horizonte de tempo.

A gestão dos riscos é realizada de acordo com as estratégias definidas pelo Conselho de Administração Executivo, que são objecto de revisão periódica em função da evolução da actividade e que têm como finalidade alterar o perfil das posições de forma a adequá-las aos objectivos de gestão estabelecidos.

O acompanhamento dos riscos, é efectuado através de um conjunto alargado de acções que envolvem a monitorização diária dos diferentes indicadores de risco, das operações caracterizadas nos sistemas e dos limites prudenciais atribuídos por área de gestão e componentes de risco, e também de exercícios regulares de "backtesting" e da validação complementar dos modelos e dos pressupostos utilizados. Este acompanhamento permite, não só assegurar a efectividade da implementação das estratégias seguidas, como também proporcionar elementos que possibilitam a tomada de iniciativas para, caso seja necessário, proceder à sua correcção.

Como principal indicador para medir os riscos de preço e volume utiliza-se a margem em risco (P@R), que estima o impacto da variação dos diferentes factores de risco (preço da electricidade e hidráulidade) na margem do próximo ano, correspondendo o P@R à diferença entre a margem esperada e um cenário pessimista com uma probabilidade de ocorrência de 5% (intervalo de confiança de 95%), tendo em conta um horizonte temporal de 1 ano. De referir que se consideram tanto os volumes certos como os que apesar de incertos, são expectáveis, designadamente, a produção das centrais e os correspondentes consumos de combustíveis. Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 a distribuição do P@R por factor de risco era analisada da seguinte forma:

Factor de risco:	Distribuição do P@R por factor de risco	
	Jun 2009	Dez 2008
	Euro'000	Euro'000
Negociação	1.000	4.000
Combustível	41.000	106.000
CO2	11.000	5.000
Electricidade	27.000	32.000
Hidraulicidade	15.000	17.000
Efeito de Diversificação	-62.000	-133.000
Total	33.000	31.000

Relativamente ao risco de crédito, a quantificação da exposição considera o montante e tipo de transacção (p. ex. swap ou compra a prazo), a notação de risco da contraparte que depende da probabilidade de incumprimento, e o valor esperado do crédito a recuperar, que varia em função das garantias recebidas ou da existência de acordos de "netting". A 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a exposição do Grupo EDP por notação de risco de crédito é analisada como se segue:

	2009	2008
Notação de risco de crédito (S&P):		
AAA a AA-	16,30%	21,40%
A+ a A-	81,00%	70,40%
BBB+ a BBB-	0,40%	0,40%
BB+ a B-	0,30%	0,90%
Sem "rating" atribuído	2,00%	6,90%
Total	100%	100%

Brasil - Gestão do risco de taxa de juro e taxa de câmbio

A principal ferramenta de monitorização e controlo do risco de mercado, nas subsidiárias do Brasil, é o Value at Risk (VaR).

O VaR é a perda máxima expectável no portfolio de operações, num período de tempo específico, resultante de um movimento de mercado adverso que tem um determinado intervalo de confiança. O modelo de VaR utilizado é baseado num intervalo de confiança de 95% e assume um período de tempo de 10 dias para liquidação das posições, sendo baseado essencialmente em dados históricos. Tendo em consideração os dados de mercado dos últimos 2 anos e observações de relações entre diferentes preços e mercados, o modelo gera um conjunto de cenários para movimentos nos preços de mercado.

O sumário do VaR na actividade das subsidiárias no Brasil com referência a 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 é o seguinte:

	VaR	
	2009 Euro'000	2008 Euro'000
Risco de taxa de câmbio	76	3.051
Risco da taxa de juro	25.043	9.450
Covariação	-53	-2.697
Total	25.066	9.804

A metodologia VaR, utilizada no Brasil, considera um conjunto de análises ("stress tests") com o objectivo de monitorizar o impacto financeiro em diferentes cenários de mercado.

5. Perímetro de consolidação

Durante o período de seis meses findo em 30 Junho de 2009, ocorreram as seguintes alterações no perímetro de consolidação do Grupo EDP:

Empresas adquiridas:

- A Nuevas Energías de Occidente, S.L. adquiriu 100% do capital social das empresas Mardelle, SARL e Vallée du Moulin, SARL e 49% do capital social da Quinze Mines, SARL;
- A Neo Catalonia, S.L. adquiriu 100% do capital social das empresas Parc Eólic Coll de la Garganta, SL e Bon Vent de L'Ebre, SL;
- O Grupo EDP adquiriu 100% do capital social da CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica, Lda. ("CENAEEL") através das suas subsidiárias EDP Renováveis e Enernova Brasil que adquiriram 55% e 45% do capital social, respectivamente.

Empresas alienadas e liquidadas:

- A Genesa alienou a sua participação de 50% na Ibersol E. Solar Ibérica, S.A. (ver nota 13);
- A Hidrocantábrico Explotación de Centrales alienou a sua participação de 100% na Ambitec Laboratorio Medioambiental, S.A. (ver nota 13);
- A EDP Imobiliária procedeu em Maio de 2009 à dissolução e liquidação da U-Call - Atendimento a Clientes e Telemarketing, S.A.;
- A EDP Valor, S.A. em Abril de 2009 procedeu à dissolução e liquidação da MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A.;
- A EDP Energias do Brasil procedeu à venda da ESC 90 - Telecomunicações, Ltda., empresa que em 31 de Dezembro de 2008 se encontrava classificada com um activo devido para venda.
- Durante o primeiro semestre de 2009 a Empresa Editorial Electrotecnica EDEL, Lda. foi dissolvida e liquidada.

Empresas constituídas:

- Empresa Hidroeléctrica do Guadiana, S.A.;
- Parc Eólic Serra Voltorera, SL;
- Desarrollos Eólicos de Teruel, S.L.;
- Eólica Garcimuñoz, S.L.;
- Serra Voltorera, S.L.;
- CIDE HC Energía, S.A.;
- HC Energía Ultimo Recurso, S.A.;
- FISIGEN - Empresa de Cogeração, S.A.;
- Horizon Wind Energy Northwest IV LLC*;
- Horizon Wyoming Transmission LLC*;
- Meadow Lake Windfarm III LLC*;
- Meadow Lake Windfarm IV LLC*;
- Black Prairie Wind Farm II LLC*;
- Black Prairie Wind Farm III LLC*;
- Tudela Cogeneración;
- Evrecy Participações, Lda;
- InovGrid, A.C.E.;
- Agrupación Eólica Francia, S.L.;
- SP Renovado, S.A.
- EDP - Asia Soluções Energéticas, Lda., detendo o Grupo EDP 60% do respectivo capital social.

* O Grupo EDP detém, através da EDP Renováveis e da sua subsidiária Horizon, um conjunto de subsidiárias legalmente constituídas nos Estados Unidos sem capital social e que à data de 30 de Junho de 2009 não têm quaisquer activos ou passivos nem qualquer actividade operacional.

Em 17 de Março de 2009 foi constituída legalmente a Empresa Hidroeléctrica do Guadiana, S.A., por cisão de parte dos activos da EDP Gestão da Produção, S.A. Esta empresa irá concentrar os activos e passivos inerentes às concessões hidroeléctricas de Alqueva/Pedrogão.

Em Junho de 2009 a EDP Inovação procedeu, em conjunto com outras entidades, à constituição da empresa SP Renovado, S.A., que irá proceder à aquisição da Qimonda Solar GmbH. A percentagem do capital devido pela EDP Inovação nesta sociedade é de 13%.

No decorrer do primeiro semestre a EDP Investimentos, Lda., empresa sediada em Macau, constituiu em parceria com a Join Dynamic Limited a empresa EDP - Asia Soluções Energéticas, Lda., detendo o Grupo EDP 60% do respectivo capital social.

A 17 de Março de 2009, o Grupo EDP através da sua subsidiária EDP Renováveis Brasil acordou a compra de 100% do capital social da Elebrás Projectos, Ltda. A conclusão desta operação estava dependente de autorizações contratuais e administrativas, desta forma esta empresa não foi considerada para o perímetro de consolidação em 30 de Junho de 2009. A operação foi concluída em Julho de 2009.

Outras alterações:

- Redução da participação no capital social da Central Termica Ciclo Combinado Soto 4 de 100% para 75% por diluição, decorrente de um aumento de capital não subscrito integralmente pela Electrica Ribera del Ebro (ver nota 13).
- A EDP Gestão da Produção, S.A. adquiriu os restantes 40% do capital social da O&M Serviços - Operação e Manutenção Industrial, S.A.

6. Volume de negócios

A análise do **Volume de negócios**, por sector de actividade, é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000
Vendas por sector de actividade:				
Electricidade	5.257.980	6.041.417	709.596	1.099.679
Gás	516.036	590.264	-	-
Vapor e cinzas	5.849	4.680	-	-
Outros	27.094	20.930	24.357	-
	<u>5.806.959</u>	<u>6.657.291</u>	<u>733.953</u>	<u>1.099.679</u>
Prestação de serviços por actividade:				
Associados a vendas de electricidade	28.417	15.900	29.195	4.426
Gás	19.563	14.789	-	-
Contrato de disponibilidade energética	872	1.652	-	-
Consultadoria e serviços de gestão	3.298	2.555	26.524	19.916
Outros	30.665	28.023	3.472	-
	<u>82.815</u>	<u>62.919</u>	<u>59.191</u>	<u>24.342</u>
	<u>5.889.774</u>	<u>6.720.210</u>	<u>793.144</u>	<u>1.124.021</u>
Total de Volume de negócios:				
Electricidade	5.286.397	6.057.318	738.791	1.104.105
Gás	535.599	605.053	-	-
Vapor e cinzas	5.849	4.680	-	-
Consultadoria e serviços	3.298	2.555	26.524	19.916
Contrato de disponibilidade energética	872	1.652	-	-
Outros	57.759	48.952	27.829	-
	<u>5.889.774</u>	<u>6.720.210</u>	<u>793.144</u>	<u>1.124.021</u>

Em 2009, a rubrica "Electricidade" em Portugal inclui em base consolidada o montante líquido de 11.662 milhares de Euros (em Junho de 2008: 478.895 milhares de Euros) relativos à recuperação de desvios tarifários, conforme referido na política contabilística 2.x).

Adicionalmente, a rubrica de "Electricidade", inclui em base consolidada o montante de 225.715 milhares de Euros (156.899 milhares de Euros em 30 de Junho de 2008) relativo às compensações de equilíbrio contratual (CMEC) resultantes da extinção dos contratos de aquisição de energia (CAE). Este montante inclui 26.409 milhares de Euros (71.015 milhares de Euros em 30 de Junho de 2008) relativos ao CMEC inicial do período e 199.306 milhares de Euros resultantes do mecanismo de revisibilidade, conforme estabelecido pela legislação em vigor em Portugal.

O **Volume de negócios**, por mercados geográficos, para o **Grupo**, é analisado como segue:

	Jun 2009				
	Portugal	Espanha e out. países europeus	Brasil	EUA	Grupo
Electricidade	3.468.438	961.451	749.701	106.807	5.286.397
Gás	62.902	472.697	-	-	535.599
Vapor e cinzas	5.849	-	-	-	5.849
Consultadoria e Serviços	2.962	336	-	-	3.298
Contrato de disponibilidade energética	872	-	-	-	872
Outros	24.419	16.460	13.625	3.255	57.759
	<u>3.565.442</u>	<u>1.450.944</u>	<u>763.326</u>	<u>110.062</u>	<u>5.889.774</u>
	Jun 2008				
	Portugal	Espanha e out. países europeus	Brasil	EUA	Grupo
Electricidade	4.224.470	834.165	934.238	64.445	6.057.318
Gás	63.499	541.554	-	-	605.053
Vapor e cinzas	4.680	-	-	-	4.680
Consultadoria e Serviços	2.555	-	-	-	2.555
Contrato de disponibilidade energética	1.652	-	-	-	1.652
Outros	23.013	21.026	4.913	-	48.952
	<u>4.319.869</u>	<u>1.396.745</u>	<u>939.151</u>	<u>64.445</u>	<u>6.720.210</u>

As rubricas de **Custos com aquisição de electricidade** e **Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis** são analisadas como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000
Custos com aquisição de electricidade	2.512.813	3.257.326	573.175	881.070
Custos com aquisição de gás	346.316	385.679	-	-
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis:				
Combustíveis, vapor e cinzas	265.689	199.449	-	-
Gás	248.487	379.991	113.339	192.403
Custo das mercadorias	71.506	215.614	-	-
Licenças de emissão de CO ₂				
Consumos	144.363	167.099	31.600	-
Subsídios	-115.656	-139.810	-	-
Outros custos	74.635	58.945	-	-
Trabalhos para a própria empresa	-112.185	-249.098	-	-
	<u>576.839</u>	<u>632.190</u>	<u>144.939</u>	<u>192.403</u>
	<u>3.435.968</u>	<u>4.275.195</u>	<u>718.114</u>	<u>1.073.473</u>

7. Outros proveitos de exploração

A rubrica de **Outros proveitos de exploração** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000
Proveitos suplementares	12.960	10.200	319	2
Subsídios à exploração	574	539	-	-
Ganhos em imobilizações	996	12.278	51	199
Redução de ajustamentos:				
- Cobranças duvidosas	7.409	5.500	-	20
- Devedores e outros activos	1.169	506	-	312
Trabalhos para a própria empresa	1.115	4.056	-	-
Valores em excesso de participações de clientes	1.462	4.455	-	-
Prémios de Seguros - Energia RE	8.498	3.624	-	-
Proveitos relativos a investidores institucionais - Horizon	46.616	30.926	-	-
Licenças de CO ₂ (RDL 06/2006) - Grupo HC	-	13.024	-	-
Amortização do justo valor dos contratos de venda de energia - Horizon	9.244	8.777	-	-
Indemnização por indisponibilidade das turbinas - Horizon	6.414	2.474	-	-
Outros proveitos de exploração	17.373	15.270	3.940	2.726
	<u>113.830</u>	<u>111.629</u>	<u>4.310</u>	<u>3.259</u>

A rubrica proveitos relativos a investidores institucionais — Horizon, corresponde a retornos sobre os parques eólicos derivados de benefícios fiscais à produção (PTC) e às amortizações fiscais, relativamente aos projectos Vento I e Vento II.

O montante registado na rubrica Licenças de CO₂ (RDL 06/2006) — Grupo HC em 2008 inclui o proveito reconhecido resultante da interpretação efectuada pelas autoridades regulatórias de Espanha sobre a forma da aplicação do Real Decreto Lei 06/2006 à actividade da HC Energia.

8. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de **Fornecimentos e serviços externos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000
Subcontratos	2.041	4.980	-	-
Fornecimentos e serviços :				
Água, electricidade e combustíveis	6.017	6.779	1.159	352
Utensílios e material de escritório	3.890	3.072	171	111
Rendas e alugueres	45.491	48.075	5.025	4.516
Comunicações	19.596	17.131	926	679
Seguros	15.943	16.280	262	279
Transportes, deslocações e estadias	11.925	11.648	618	959
Comissões e honorários	1.653	1.729	53	63
Conservação e reparação	110.402	96.610	1.114	2.268
Publicidade e propaganda	11.773	12.474	2.459	5.117
Vigilância e Segurança	4.904	4.913	219	267
Trabalhos especializados:				
- Actividade Comercial	42.672	43.457	-	-
- Serviços de Informática	15.691	20.964	571	548
- Serviços Jurídicos	7.336	6.076	1.434	484
- Serviços de Consultoria	13.978	18.410	1.980	6.080
- Outros Serviços	22.653	24.380	9.574	7.285
Cedência de Pessoal	-	-	18.077	13.504
Outros fornecimentos e serviços	17.498	18.248	3.894	3.274
	353.463	355.226	47.536	45.786

9. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados

A rubrica de **Custos com o pessoal** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000
Remuneração dos órgãos sociais	7.453	7.220	2.862	2.833
Remuneração dos colaboradores	229.222	235.559	199	36
Encargos sobre remunerações	53.554	57.484	136	146
Custos com indemnizações	1.331	1.129	-	-
Prémios de desempenho	41.962	36.301	5.453	1.539
Outros custos	12.528	16.617	876	712
Trabalhos para a própria empresa	-62.211	-52.811	-	-
	283.839	301.499	9.526	5.266

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000
Custos com plano de pensões	35.096	34.438	36	38
Custos com plano médico e outros benefícios	25.018	24.553	54	20
Custos com racionalização de recursos humanos	5.208	-	-	-
Outros	708	-1.126	-	-
	66.030	57.865	90	58

Os custos com planos de pensões incluem 28.426 milhares de Euros (20.030 milhares de Euros em 30 de Junho de 2008) relativos a planos de benefícios definidos (ver nota 35) e 6.670 milhares de Euros (14.408 milhares de Euros em 30 de Junho de 2008) relativos a planos de contribuição definida. Os custos com planos médicos e outros benefícios incluem 24.920 milhares de Euros relativos a planos de benefícios definidos (ver nota 35).

Os custos com racionalização de recursos humanos decorrem do projecto de reestruturação da estrutura hierárquica da EDP Brasil, que modificou a estrutura de cinco níveis de hierarquia para três, representando um custo total de 5.208 milhares de Euros. Este plano de reestruturação abrangeu cerca de 46 trabalhadores.

10. Outros custos de exploração

A rubrica de **Outros custos de exploração** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000
Rendas de concessões pagas às autarquias	120.488	113.867	-	-
Rendas de centros electroprodutores	3.832	3.692	-	-
Impostos directos	7.760	3.963	127	219
Impostos indirectos	28.185	24.576	176	551
Imparidade para créditos de cobrança duvidosa	21.868	41.134	152	8
Imparidade para devedores e outros activos	1.892	1.827	35	323
Dívidas incobráveis	10.133	6.863	-	16
Perdas em imobilizações	2.281	1.206	57	43
Custos de funcionamento da regulação	1.969	2.547	-	-
Devolução de Licenças de CO ₂ (Real Decreto-Ley 11/07)	20.072	30.815	-	-
Indemnizações de exploração	238	295	-	-
Donativos	7.029	4.256	6.131	1.841
Outros custos e perdas operacionais	28.014	22.478	8.183	994
	253.761	257.519	14.861	3.995

A rubrica Rendas de concessão pagas às autarquias corresponde às rendas pagas pela EDP Distribuição às autarquias no âmbito dos contratos de concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão.

A rubrica Devolução de licenças de CO₂ (RDL 11/07) refere-se ao montante das licenças que o Grupo espera ter de devolver ao Estado Espanhol, como resultado da aplicação do Real Decreto-Ley 11/2007, que determina que o custo relativo à emissão de licenças de CO₂ atribuídas gratuitamente pelo Estado Espanhol será deduzido ao défice tarifário do sector em 2008.

11. Provisões do exercício

A rubrica de **Provisões do exercício** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000
Dotação de provisões para riscos e encargos	19.353	20.175	4.007	1.590
Redução de provisões	-602	-2.687	-375	-286
	18.751	17.488	3.632	1.304

12. Amortizações do exercício

A rubrica de **Amortizações** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000
Amortização de activos fixos tangíveis:				
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	128	215	-	-
Edifícios e outras construções	8.252	7.059	235	255
Equipamento básico:				
Produção Hidroeléctrica	69.366	67.539	4	4
Produção Termoeléctrica	134.688	106.084	-	-
Produção Renováveis	139.948	90.444	-	-
Distribuição de Electricidade	214.591	232.398	-	-
Distribuição de Gás	19.526	19.374	-	-
Outro equipamento básico	890	1.316	7	7
Equipamento de transporte	4.788	4.748	331	307
Equipamento administrativo e utensílios	24.673	19.216	1.997	1.501
Outros activos tangíveis	1.218	1.661	707	712
	618.068	550.054	3.281	2.786
Amortização de activos fixos intangíveis:				
Amortização de propriedade industrial e outros direitos	6.631	16.983	4	8
Amortização de direitos de concessão e imparidades	41.639	81.065	-	-
	48.270	98.048	4	8
	666.338	648.102	3.285	2.794
Compensação de amortizações:				
Activos fixos tangíveis comparticipados	-53.878	-54.402	-	-
	612.460	593.700	3.285	2.794

A rubrica de Amortização dos direitos de concessão e imparidades inclui em Junho de 2008 a amortização acelerada / imparidade dos direitos de concessão da Enersul no Brasil, no montante de 49.579 milhares de Euros. Esta amortização acelerada representa a perda de valor dos activos afectos à Enersul (imparidade) decorrente das alterações regulatórias ocorridas em 2008.

Os activos fixos tangíveis compartilhados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes activos fixos tangíveis do Grupo, sendo o respectivo custo compensado pela amortização das participações (registadas em Credores e outros passivos) efectuada na mesma base e às mesmas taxas dos respectivos activos fixos tangíveis compartilhados.

13. Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros

A rubrica de **Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros**, para o **Grupo**, é analisada como segue:

	Jun 2009		Jun 2008	
	Alienação %	Valor Euro'000	Alienação %	Valor Euro'000
Activos financeiros disponíveis para venda:				
Banco Comercial Português, S.A.	-	-	0,01%	274
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	-	-	1,5%	16.969
Sonaeocom, S.A.	0,076%	307	-	-
Activos detidos para venda:				
Edinfor - Sistema Informáticos, S.A.	-	-	40,0%	4.819
ESC90 - Telecomunicações, Lda.	48,51%	14.661	-	-
Investimentos financeiros em filiais e empresas associadas:				
Ambitec Laboratorio Medioambiental, S.A.	100,0%	-150	-	-
Central Térmica Ciclo Combinado Soto 4	25,0%	12.899	-	-
EDP Renováveis, S.A.	-	-	22,5%	405.375
Ibersol E. Solar Ibérica, S.A.	50,0%	268	-	-
Marquesado del Solar, S.A.	-	-	50,0%	2.378
Portugen - Energia, S.A.	-	-	26,7%	-1.424
Turbogás Produtora Energética, S.A.	-	-	40,0%	50.822
Outros	-	-101	-	2.307
		<u>27.884</u>		<u>481.520</u>

A rubrica de **Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros**, em base **Individual**, é analisada como segue:

	Jun 2009		Jun 2008	
	Alienação %	Valor Euro'000	Alienação %	Valor Euro'000
Activos financeiros disponíveis para venda:				
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	-	-	1,5%	15.100
Pirites Alentejanas, S.A.	-	-10	-	-
Activos detidos para venda:				
Edinfor - Sistema Informáticos, S.A.	-	-	40,0%	64
		<u>-10</u>		<u>15.164</u>

* Percentagem minoritária, total de 322 acções alienadas.

Em Janeiro de 2009 foi realizado um aumento do capital social da Central Térmica Ciclo Combinado Soto 4 ("CTCC Grupo 4"), o qual foi subscrito pela EDP através da sua subsidiária Electrica de la Ribera del Ebro, S.A. (único anterior accionista) e ainda por um novo accionista, a Sonatrach, que pagou um prémio de emissão de aproximadamente 16.204 milhares de Euros. Após a operação de aumento de capital, a Sonatrach passou a deter uma participação de 25% sobre a CTCC Grupo 4, tendo a EDP reduzido a sua percentagem (por diluição) de 100% para 75%. Em contrapartida, a EDP beneficiou do reforço dos capitais próprios de CTCC Soto 4 como resultado do prémio de emissão pago pelos accionistas minoritários. Esta operação gerou, para o Grupo EDP, uma mais-valia no montante de 12.899 milhares de Euros, que foi reconhecida nos resultados do exercício conforme política contabilística descrita no parágrafo 2b).

Em 30 de Junho de 2009 foi concluída a operação de alienação da totalidade das quotas da ESC 90 Telecomunicações Ltda. ("ESC 90") representativas de 48,51% do seu capital social à Net Serviços de Comunicação S.A. conforme previsto no Contrato Particular de Compra e Venda de Quotas Sociais celebrado em Agosto de 2008 (ver nota 39), tendo gerado uma mais-valia contabilística de 14.661 milhares de Euros (3.105 milhares de Euros líquidos do efeito dos interesses minoritários).

Em 4 de Junho de 2008, foi concretizado um aumento de capital na EDP Renováveis através da subscrição pública (IPO) de 196.024.306 acções com valor nominal de 5 Euros. O Grupo EDP não participou neste aumento de capital tendo, em consequência, diluído a sua participação social na EDP Renováveis de 100% para 77,53%. O aumento de capital da EDP Renováveis ascendeu a 1.566.726 milhares de Euros, dos quais 980.122 milhares de Euros correspondem ao aumento do capital social e 586.605 milhares de Euros correspondem ao prémio de emissão. Como resultado desta operação, o Grupo EDP reduziu a sua percentagem de participação nos capitais próprios da EDP Renováveis o que permitiu a dispersão do capital em bolsa e consequente entrada de Interesses Minoritários. O efeito de diluição referido, é equiparável a uma alienação parcial de um investimento numa subsidiária, mantendo a entidade o controlo após esta alienação parcial, nos termos da utilização do "Parent Company Model", conforme política contabilística 2 b), ou seja é equivalente a uma alienação de um investimento a Interesses Minoritários.

O ganho do referido efeito de diluição resultante desta operação, foi determinado comparando o contributo da EDP Renováveis para o Grupo EDP antes e após o IPO, o Grupo preparou demonstrações financeiras consolidadas da EDP Renováveis com referência a 31 de Maio de 2008, data de referência da última consolidação antes do IPO. Os valores dos capitais próprios da EDP Renováveis antes e após IPO analisam-se como segue:

<u>Situação Líquida (referência a 31 de Maio de 2008)</u>	<u>Pre IPO Euro'000</u>	<u>Aumento Capital Euro'000</u>	<u>Pos IPO Euro'000</u>
Capital Social	3.381.419	980.122	4.361.541
Prémios de emissão (líquido de custos com a operação)	-	552.035	552.035
Reservas e resultados acumulados	67.109	-	67.109
Resultado líquido	40.453	-	40.453
Total capital próprio	3.488.981	1.532.157	5.021.138

O ganho apurado no montante de 405.375 milhares de Euros, corresponde assim à diferença entre os capitais próprios Pre IPO (detidos a 100% pelo Grupo EDP) e os capitais próprios detidos Pos IPO (detidos a 77,53% pelo Grupo EDP), conforme apresentado no quadro seguinte:

	<u>Pre IPO Euro'000 (A)</u>	<u>Pos IPO Euro'000 (B)</u>	<u>Cálculo do ganho Euro'000 (A - B)</u>
Contributo EDP Renováveis	3.488.981	5.021.138	
% de consolidação	100,00%	77,53%	
	<u>3.488.981</u>	<u>3.892.888</u>	<u>403.907</u>
Outros ajustamentos de consolidação			1.468
Ganho consolidado			<u>405.375</u>

Em 6 de Maio de 2008, a EDP Gestão da Produção, S.A. procedeu à alienação à International Power Portugal Holdings SGPS, S.A. das suas participações de 40% e 26,7% no capital social da Turbogás Produtora Energética, S.A. (Turbogás) e Portugen - Energia, S.A. (Portugen), respectivamente. Esta transacção foi efectuada com base num preço de 140.000 milhares de Euros, tendo gerado uma mais valia global em base consolidada de 50.822 milhares de Euros na Turbogás e uma menos valia de 1.424 milhares de Euros na Portugen.

14. Outros proveitos e custos financeiros

A rubrica de **Outros proveitos e custos financeiros** é analisada como segue:

	<u>Grupo</u>		<u>Individual</u>	
	<u>Jun 2009 Euro'000</u>	<u>Jun 2008 Euro'000</u>	<u>Jun 2009 Euro'000</u>	<u>Jun 2008 Euro'000</u>
Outros proveitos financeiros				
Juros obtidos de aplicações financeiras	22.387	19.434	178.502	192.635
Instrumentos financeiros derivados:				
Juros	92.309	62.936	97.647	54.015
Justo valor	235.555	94.566	421.760	165.650
Outros juros obtidos	43.381	28.640	2.781	-
Rendimentos de participações de capital	7.609	4.117	334.580	407.259
Diferenças de câmbio favoráveis	34.662	39.780	213.602	162.756
CMEC	41.210	41.673	-	-
Outros ganhos financeiros	11.475	12.025	326	874
	<u>488.588</u>	<u>303.171</u>	<u>1.249.198</u>	<u>983.189</u>
Outros custos financeiros				
Juros de empréstimos	337.602	333.900	206.608	258.379
Juros de empréstimos obtidos capitalizados	-46.002	-37.155	-	-
Instrumentos financeiros derivados:				
Juros	72.017	60.494	85.000	46.755
Justo valor	232.460	148.374	417.689	254.608
Outros juros suportados	5.550	7.370	7.552	6.976
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda	29.274	148.397	-	-
Serviços bancários	6.737	7.023	1.984	4.007
Diferenças de câmbio desfavoráveis	27.010	34.384	201.941	41.318
CMEC	12.848	15.971	-	-
"Unwinding"	59.083	59.659	-	-
Outras perdas financeiras	39.234	36.192	1.959	1.979
	<u>775.813</u>	<u>814.609</u>	<u>922.733</u>	<u>614.022</u>
Resultados financeiros	<u>-287.225</u>	<u>-511.438</u>	<u>326.465</u>	<u>369.167</u>

No período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2009 a rubrica Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda, em base consolidada, no montante de 29.274 milhares de Euros refere-se à imparidade registada no investimento financeiro detido no BCP, como resultado da desvalorização na cotação deste título ocorrida durante o primeiro trimestre de 2009. No segundo trimestre de 2009 ocorreu uma valorização na cotação deste investimento, a qual foi registada por contrapartida de reservas de justo valor (ver nota 21), conforme previsto nas políticas contabilísticas do Grupo.

A rubrica de "Outros proveitos financeiros - CMEC" inclui 30.412 milhares de Euros relativos aos juros do CMEC inicial, incluídos na anuidade de 2009 e 10.798 milhares de euros relativos à componente financeira da revisibilidade correspondentes ao exercício de 2009. A rubrica "Outros custos financeiros - CMEC" inclui o valor de 12.848 milhares de euros relativos aos encargos de actualização do CMEC inicial registados por contrapartida de Proveitos Diferidos (ver nota 37).

Os custos referentes ao "Unwinding" referem-se essencialmente a (i) actualização financeira da provisão para desmantelamento referente a parques eólicos, (ii) actualização financeira referente à "put option" da Genesa e Desa (ver nota 37), (iii) actualização financeira da "put option" da Naturgas (ver nota 37), (iv) ao retorno financeiro implícito dos investidores institucionais em parques eólicos nos EUA (ver nota 37) e (v) aos encargos financeiros associados ao desconto da dívida das concessões do Alqueva, da Investco e Enerpeixe (ver nota 37).

15. Impostos sobre os lucros

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Em Portugal e em Espanha esse período é de 4 anos e no Brasil é de 5 anos, sendo o último ano considerado como definitivamente liquidado pela administração fiscal o ano de 2003. Nos Estados Unidos da América, de forma genérica, o "Statute of Limitation" para o IRS poder emitir uma liquidação adicional de imposto de uma entidade é de 3 anos, a contar da data de submissão da declaração anual de rendimentos do contribuinte.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros fiscais em anos seguintes (6 anos em Portugal, 15 anos em Espanha, 20 anos nos Estados Unidos da América e sem prazo no Brasil, mas com limite de 30% do lucro tributável do exercício). As empresas do Grupo EDP são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal dos respectivos países.

A análise da **Provisão para impostos sobre lucros** é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000
Imposto corrente	-166.948	-93.240	151.824	-3.712
Imposto diferido	-26.589	-90.815	-152.515	-6.475
	<u>-193.537</u>	<u>-184.055</u>	<u>-691</u>	<u>-10.187</u>

A taxa efectiva de imposto do Grupo EDP e da EDP, S.A. é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000
Resultado antes de impostos	733.700	962.407	326.865	378.935
Imposto do exercício	-193.537	-184.055	-691	-10.187
Taxa efectiva de imposto	26,38%	19,12%	0,21%	2,69%

A variação na taxa efectiva de imposto do Grupo EDP em 7,3 pp em relação a 30 de Junho de 2008 decorre essencialmente do facto do ganho do IPO da EDP Renováveis (Oferta Pública Inicial) em 2008 não ter sido objectivo de tributação e pelo facto de em 30 de Junho de 2009 as imparidades relativas aos activos financeiros disponíveis para venda terem sido significativamente inferiores aos montantes registados em 30 de Junho de 2008.

16. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Valor bruto:				
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	223.420	223.420	-	-
Terrenos e recursos naturais	182.314	166.902	46.502	46.502
Edifícios e outras construções	656.952	602.694	25.646	25.648
Equipamento básico:				
Produção Hidroelétrica	7.850.817	7.746.315	254	254
Produção Termoelectrica	6.600.733	6.554.723	-	-
Produção Renováveis	5.782.414	5.223.555	-	-
Distribuição de electricidade	14.669.097	14.174.680	-	-
Distribuição de gás	1.146.154	1.134.429	-	-
Outro equipamento básico	37.849	38.696	148	148
Equipamento de transporte	82.568	78.078	3.434	3.262
Equipamento administrativo e utensílios	540.068	521.145	85.999	85.001
Outros activos fixos tangíveis	75.857	92.456	14.246	14.246
Activos fixos tangíveis em curso	4.353.896	3.673.839	36.325	26.834
	<u>42.202.139</u>	<u>40.230.932</u>	<u>212.554</u>	<u>201.895</u>

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais
para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009

Amortizações acumuladas e imparidade:

Amortizações do exercício	-618.068	-1.152.614	-3.281	-5.790
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-19.269.929	-17.938.102	-94.331	-89.067
Perdas por imparidade do exercício	-	-2.658	-	-
Perdas por imparidade de exercícios anteriores	-14.654	-11.996	-	-
	<u>-19.902.651</u>	<u>-19.105.370</u>	<u>-97.612</u>	<u>-94.857</u>
Valor líquido contabilístico	22.299.488	21.125.562	114.942	107.038

Os activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82 correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão transferidos das Autarquias Locais em regime de concessão. Estes patrimónios, embora explorados pelo Grupo, continuam propriedade das Autarquias, relevando contabilisticamente os seguintes valores:

	Grupo	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	223.420	223.420
Amortizações acumuladas	<u>-222.754</u>	<u>-222.626</u>
Valor líquido	<u>666</u>	<u>794</u>

Os movimentos na rubrica de **Activos fixos tangíveis** durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009, **para o Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 30 Junho Euro'000
Valor bruto:							
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	223.420	-	-	-	-	-	223.420
Terrenos e recursos naturais	166.902	1.723	-92	916	12.872	-7	182.314
Edifícios e outras construções	602.694	71	-613	716	54.033	51	656.952
Equipamento básico	34.872.398	43.408	-22.301	757.995	426.104	9.460	36.087.064
Equipamento de transporte	78.078	3.912	-5.097	1.957	3.672	46	82.568
Equipamento administrativo e utensílios	521.145	2.592	-63	13.410	3.082	-98	540.068
Outros activos fixos tangíveis	92.456	292	-19.473	901	-39	1.720	75.857
Activos fixos tangíveis em curso	<u>3.673.839</u>	<u>1.418.362</u>	<u>-6.493</u>	<u>-775.895</u>	<u>34.798</u>	<u>9.285</u>	<u>4.353.896</u>
	<u>40.230.932</u>	<u>1.470.360</u>	<u>-54.132</u>	<u>-</u>	<u>534.522</u>	<u>20.457</u>	<u>42.202.139</u>

Amortizações acumuladas e imparidades:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Imparidade do exercício Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 30 Junho Euro'000
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	222.626	128	-	-	-	-	222.754
Edifícios e outras construções	218.742	8.252	-	-269	14.386	49	241.160
Equipamento básico	18.168.798	579.009	-	-16.590	184.907	373	18.916.497
Equipamento de transporte	54.747	4.788	-	-4.609	3.076	9	58.011
Equipamento administrativo e utensílios	387.134	24.673	-	-40	2.973	-1.855	412.885
Outros activos fixos tangíveis	<u>53.323</u>	<u>1.218</u>	<u>-</u>	<u>-6.144</u>	<u>-21</u>	<u>2.968</u>	<u>51.344</u>
	<u>19.105.370</u>	<u>618.068</u>	<u>-</u>	<u>-27.652</u>	<u>205.321</u>	<u>1.544</u>	<u>19.902.651</u>

A rubrica de Variações de Perímetro / Regularizações inclui entre outros o efeito resultante da aquisição da eólica CENAEEL, empresa brasileira integrada no perímetro de consolidação do Grupo EDP Renováveis, e de outras empresas do Grupo NEO, nomeadamente Mardelle, Quinze Mines, Vallée du Moulin e Bon Vent de L'Ebre, num total de 22.845 milhares de euros.

O movimento ocorrido na rubrica Diferenças cambiais no período decorre essencialmente da apreciação do Real Brasileiro (BRL) face ao Euro no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009 e da depreciação do Dólar Americano (USD) face ao Euro.

Os movimentos na rubrica de **Activos fixos tangíveis** durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008, **para o Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 30 Junho Euro'000
Valor bruto:							
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	223.420	-	-	-	-	-	223.420
Terrenos e recursos naturais	132.009	572	-2.714	193	1.482	-1.597	129.945
Edifícios e outras construções	785.132	463	-8.346	2.863	-1.565	-284.923	493.624
Equipamento básico	31.718.545	72.153	-16.121	1.277.541	21.865	-242.714	32.831.269
Equipamento de transporte	87.960	2.011	-5.047	2.461	791	-6.973	81.203
Equipamento administrativo	492.160	3.511	-99	4.412	644	-3.365	497.263
Outros activos fixos tangíveis	157.633	387	-23.125	472	-491	-66.259	68.617
Activos fixos tangíveis em curso	3.724.484	1.268.472	-7.093	-1.290.109	-65.122	-249.346	3.381.286
	<u>37.321.343</u>	<u>1.347.569</u>	<u>-62.545</u>	<u>-2.167</u>	<u>-42.396</u>	<u>-855.177</u>	<u>37.706.627</u>

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Imparidade do exercício Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações de Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 30 Junho Euro'000
Amortizações acumuladas e							
Activos fixos tangíveis ao abrigo do regime do DL 344-B/82	222.202	215	-	-	-	-	222.417
Edifícios e outras construções	222.878	7.059	-	-3.628	2.601	-30.531	198.379
Equipamento básico	17.741.752	517.155	-	-7.460	38.457	-434.990	17.854.914
Equipamento de transporte	63.931	4.748	-	-4.736	700	-5.807	58.836
Equipamento administrativo	357.433	19.216	-	-88	676	-5.725	371.512
Outros activos fixos tangíveis	43.670	1.661	-	-1.296	-9	-2.935	41.091
	<u>18.651.866</u>	<u>550.054</u>	<u>-</u>	<u>-17.208</u>	<u>42.425</u>	<u>-479.988</u>	<u>18.747.149</u>

O montante apresentado nas Variações de Perímetro/Regularizações inclui o efeito da descontinuação da actividade da Enersul - Empresa Energética de Mato Grosso do Sul, S.A.

Os movimentos da rubrica de **Activos fixos tangíveis** durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009, em **base individual**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 30 Junho Euro'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	46.502	-	-	-	-	46.502
Edifícios e outras construções	25.648	-	-2	-	-	25.646
Equipamento básico	402	-	-	-	-	402
Equipamento de transporte	3.262	811	-639	-	-	3.434
Equipamento administrativo e utensílios	85.001	82	-	916	-	85.999
Outros activos fixos tangíveis	14.246	-	-	-	-	14.246
Activos fixos tangíveis em curso	26.834	10.407	-	-916	-	36.325
	<u>201.895</u>	<u>11.300</u>	<u>-641</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>212.554</u>
Amortizações acumuladas e imparidades:						
Edifícios e outras construções	17.647	235	-1	-	-	17.881
Equipamento básico	99	11	-	-	-	110
Equipamento de transporte	1.469	331	-525	-	-	1.275
Equipamento administrativo e utensílios	68.354	1.997	-	-	-	70.351
Outros activos fixos tangíveis	7.288	707	-	-	-	7.995
	<u>94.857</u>	<u>3.281</u>	<u>-526</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>97.612</u>

Os movimentos da rubrica de **Activos fixos tangíveis** durante período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008, **em base Individual**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 30 Junho Euro'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	46.727	-	-225	-	-	46.502
Edifícios e outras construções	25.665	-	-	-	-	25.665
Equipamento básico	402	-	-	-	-	402
Equipamento de transporte	3.224	388	-462	-	-	3.150
Equipamento administrativo e utensílios	75.969	112	-	1.978	-	78.059
Outros activos fixos tangíveis	14.246	-	-	-	-	14.246
Activos fixos tangíveis em curso	6.084	2.299	-	-1.978	-	6.405
	<u>172.317</u>	<u>2.799</u>	<u>-687</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>174.429</u>

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Alienações / Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 30 Junho Euro'000
Amortizações acumuladas:						
Edifícios e outras construções	17.155	255	-1	-	-	17.409
Equipamento básico	76	11	-	-	-	87
Equipamento de transporte	1.626	307	-317	-	-	1.616
Equipamento administrativo e utensílios	65.143	1.501	-	-	-	66.644
Outros activos fixos tangíveis	5.867	712	-	-	-	6.579
	<u>89.867</u>	<u>2.786</u>	<u>-318</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>92.335</u>

17. Activos Intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Valor bruto:				
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	143.739	145.427	100	100
Direitos de concessão	2.560.800	2.485.387	-	-
Licenças de CO ₂	273.354	385.096	-	-
Activos intangíveis em curso	326.465	75.880	-	-
	<u>3.304.358</u>	<u>3.091.790</u>	<u>100</u>	<u>100</u>
Amortizações acumuladas e imparidade:				
Amortizações do exercício de direitos de concessão e de utilização	-41.639	-129.069	-	-
Amortizações do exercício de propriedade industrial e outros intangíveis	-6.631	-21.517	-4	-15
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-438.401	-280.829	-59	-44
	<u>-486.671</u>	<u>-431.415</u>	<u>-63</u>	<u>-59</u>
Valor Líquido	<u>2.817.687</u>	<u>2.660.375</u>	<u>37</u>	<u>41</u>

Os movimentos da rubrica de **Activos Intangíveis** durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009, **para o Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 30 Junho Euro'000	
Valor bruto:								
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	145.427	234	-6.495	-	14.760	-10.187	143.739	
Direitos de concessão								
Direitos de concessão - Brasil	1.094.750	-	-	-	69.646	-525	1.163.871	
Direitos de concessão - Gás	152.232	-	-	-	-	-13.878	138.354	
Direitos de exploração								
Alqueva/Pedrogão	377.460	20.169	-	-	-	-	397.629	
Extensão do domínio público hídrico	759.000	-	-	-	-	-	759.000	
Direitos de concessão - mini-hídricas	91.118	-	-	-	-	-	91.118	
Outros direitos de concessão	10.827	1	-	-	-	-	10.828	
Licenças de CO ₂	385.096	229.132	-366.791	25.917	-	-	273.354	
Activos intangíveis em curso	75.880	243.729	-	-	3.811	3.045	326.465	
	<u>3.091.790</u>	<u>493.265</u>	<u>-373.286</u>	<u>25.917</u>	<u>88.217</u>	<u>-21.545</u>	<u>3.304.358</u>	
	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Amortização acelerada / Imparidade Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 30 Junho Euro'000
Amortizações acumuladas e imparidades:								
Propriedade industrial e outros direitos	64.959	6.631	-	-6.677	-	8.694	113	73.720
Direitos de concessão	366.456	41.639	-	-	-	6.748	-1.892	412.951
	<u>431.415</u>	<u>48.270</u>	<u>-</u>	<u>-6.677</u>	<u>-</u>	<u>15.442</u>	<u>-1.779</u>	<u>486.671</u>

Os aumentos verificados na rubrica "Activos intangíveis em curso" incluem os montantes pagos referentes à concessão da utilização do domínio público hídrico para a produção de energia hidroelétrica e para a concepção, construção, exploração e conservação no rio Ocreza e Tâmega, por um período de 65 anos a partir da entrada em exploração do aproveitamento hidroelétrico de Alvito e Fridão no montante de 231.700 milhares de Euros.

Na rubrica "Licenças de CO₂", na coluna de "Aquisições" encontram-se registados, à data de 30 de Junho de 2009, 229.132 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 385.096 milhares de Euros) referentes a licenças de emissão de CO₂ atribuídas gratuitamente às centrais do Grupo EDP em actividade em Portugal e Espanha. O mercado de licenças de emissões de CO₂ encontra-se regulado pelo Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) em Portugal e pelo "Plano Nacional de Assignación de Derechos de Emisión de Gases de Efecto Invernadero" (PNADE) em Espanha, cobrindo o período 2008 - 2012. As "Alienações / diminuições" decorrem das entregas de licenças de CO₂ consumidas durante o ano 2008 e entregues às autoridades reguladoras no montante de 366.791 milhares de euros. O montante registado "Transferências" corresponde a licenças de CO₂ transferidas de "Inventários" para "Activos Intangíveis", no montante de 25.917 milhares de Euros, como resultado da alocação de licenças detidas inicialmente para negociação ao Grupo Hidrocarbónico no âmbito da cobertura de necessidades de licenças face aos consumos de CO₂ verificados ("own use").

O aumento nos direitos de concessão de Alqueva/Pedrogão respeitam aos investimentos nos reforços de potência efectuados nestas centrais.

De acordo com o estabelecido pela IFRS 3 - Concentração de actividades empresariais, os ajustamentos que resultaram do "Purchase price allocation" realizado em 2009 para o goodwill registado para o subgrupo Rodão Power em 2008, originou a reclassificação da informação financeira comparativa na rubrica de Outros direitos de concessão, no montante de 10.827 milhares de Euros, reflectindo o efeito como se o "purchase price allocation" tivesse sido realizado na data da aquisição desta subsidiária.

Os movimentos da rubrica de **Activos Intangíveis** durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008, **para o Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 30 Junho Euro'000
Valor bruto:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros intangíveis	141.644	611	-195	24.416	2.651	-15.274	153.853
Licenças de CO ₂	86.855	334.213	-71.650	-	-	-	349.418
Activos intangíveis em curso	40.249	66.788	-949	-22.249	470	-10.171	74.138
Direitos de concessão							
Direitos de concessão - Brasil	996.992	-	-	-	5.454	-80.194	922.252
Direitos de concessão - Gás	152.232	-	-	-	-	-	152.232
Direitos de exploração							
Alqueva/Pedrogão	393.136	-	-	-	-	-	393.136
Outros Direitos de Concessão	-	10.827	-	-	-	-	10.827
Extensão do domínio público hídrico	759.000	-	-	-	-	-	759.000
	<u>2.570.108</u>	<u>412.439</u>	<u>-72.794</u>	<u>2.167</u>	<u>8.575</u>	<u>-105.639</u>	<u>2.814.856</u>

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Amortização acelerada/ imparidade Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Diferenças Cambiais Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 30 Junho Euro'000
Amortizações acumuladas :							
Propriedade industrial e outros direitos	68.104	16.983	-	-	1.808	-9.901	76.994
Direitos de concessão	328.863	31.486	49.579	-	562	-78.435	332.055
	<u>396.967</u>	<u>48.469</u>	<u>49.579</u>	<u>-</u>	<u>2.370</u>	<u>-88.336</u>	<u>409.049</u>

A coluna Amortização acelerada/imparidade corresponde à amortização acelerada dos direitos de concessão da Enersul, no montante de 49.579 milhares de Euros resultante da perda por imparidade verificada (ver nota 12) em resultado de alterações regulatórias.

O montante apresentado nas Variações de Perímetro/Regularizações inclui o efeito da descontinuação da actividade da Enersul - Empresa Energética de Mato Grosso do Sul, S.A.

18. Goodwill

No Grupo, a rubrica de "goodwill", resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida das empresas à data da aquisição, é analisada como segue:

	Grupo	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Actividade Eléctrica:		
Grupo Hidroantábrico	967.017	960.277
Grupo Neo Energia	809.710	801.899
Grupo Horizon	561.225	569.777
Grupo Brasil	60.460	57.978
Grupo EDP Renováveis Brasil	5.910	-
Outros (Grupo Portugal)	34.183	34.135
	<u>2.438.505</u>	<u>2.424.066</u>
Actividade de Distribuição de Gás:		
Grupo Naturgás	757.591	757.591
	<u>3.196.096</u>	<u>3.181.657</u>

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais
para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009, a movimentação ocorrida no "goodwill" foi a seguinte:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aumentos Euro'000	Reduções Euro'000	Imparidade Euro'000	Varição cambial Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 30 Junho Euro'000
Actividade Eléctrica							
Grupo Hidroantábrico	960.277	6.740	-	-	-	-	967.017
Grupo Neo Energia	801.899	7.811	-	-	-	-	809.710
Grupo Horizon	569.777	-	-	-	-8.552	-	561.225
Grupo Brasil	57.978	-	-	-	2.482	-	60.460
Grupo EDP Renováveis Brasil	-	5.415	-	-	495	-	5.910
Outros (Grupo Portugal)	34.135	48	-	-	-	-	34.183
	<u>2.424.066</u>	<u>20.014</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-5.575</u>	<u>-</u>	<u>2.438.505</u>
Actividade de Distribuição de Gás							
Grupo Naturgás	757.591	-	-	-	-	-	757.591
	<u>757.591</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>757.591</u>
	<u>3.181.657</u>	<u>20.014</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-5.575</u>	<u>-</u>	<u>3.196.096</u>

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008, a movimentação ocorrida no "goodwill" foi a seguinte:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aumentos Euro'000	Reduções Euro'000	Imparidade Euro'000	Varição cambial Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 30 Junho Euro'000
Actividade Eléctrica							
Grupo Hidroantábrico	1.002.660	1.004	-28.510	-	-	-	975.154
Grupo Neo Energia	660.912	78.980	-2.020	-	-	-3.964	733.908
Grupo Horizon	539.353	-	-	-	-34.843	-	504.510
Grupo Brasil	64.511	-	-	-17.371	-	-	47.140
Outros (Grupo Portugal)	523	10.728	-	-	-	-	11.251
	<u>2.267.959</u>	<u>90.712</u>	<u>-30.530</u>	<u>-17.371</u>	<u>-34.843</u>	<u>-3.964</u>	<u>2.271.963</u>
Actividade de Distribuição de Gás							
Grupo Naturgás	736.824	1.092	-	-	-	-	737.916
	<u>736.824</u>	<u>1.092</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>737.916</u>
	<u>3.004.783</u>	<u>91.804</u>	<u>-30.530</u>	<u>-17.371</u>	<u>-34.843</u>	<u>-3.964</u>	<u>3.009.879</u>

Grupo Hidroantábrico

No decurso do primeiro semestre de 2009 verificou-se um acréscimo do "goodwill" afecto ao Grupo Hidroantábrico no montante de 6.740 milhares de Euros em resultado da reavaliação da responsabilidade relativa à aquisição antecipada de interesses minoritários à Cajastur por via da existência de uma "written put option" detida por esta entidade sobre 3% do capital da HC Energia nos termos da utilização do "Parent Company Model", conforme política contabilística 2b).

Grupo Neo Energia

O detalhe do "goodwill" detido no Grupo Neo Energia, com referência a 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, apresenta-se como segue:

	Grupo Neo Energia	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Subgrupo Genesa	441.356	441.356
Subgrupo Ceasa	146.469	146.469
Subgrupo Relax Winds	25.424	25.424
Subgrupo Neo Galia	57.518	57.428
Subgrupo Romania	64.551	64.461
Subgrupo Neo Catalunya	28.830	21.199
Subgrupo Enernova	42.299	42.299
Outros	3.263	3.263
	<u>809.710</u>	<u>801.899</u>

A variação ocorrida no valor de "goodwill" do Subgrupo Neo Galia durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009 resulta da aquisição das empresas Valleé du Molin (44 milhares de Euros), Mardelle (23 milhares de Euros) e Quinze Mines (22 milhares de Euros).

A variação ocorrida no valor de "goodwill" do Subgrupo Romania durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009 resulta do aumento dos custos de aquisição da sociedade Renovatio no montante de 90 milhares de Euros.

A variação ocorrida no "goodwill" do Subgrupo Neo Catalunya durante o período findo em 30 de Junho de 2009 resulta essencialmente da aquisição de 100% do capital social da Bon Vent de L'Ébre (7.631 milhares de Euros).

O apuramento provisório do "goodwill" gerado na aquisição da Bon Vent de L'Ébre é analisado da seguinte forma:

	Bon Vent de L'Ébre
Custo de aquisição	
Valor pago	7.686
Total do custo de aquisição	7.686
Valor previsional dos activos líquidos adquiridos	55
Goodwill (diferença entre o valor dos activos líquidos adquiridos e o custo de aquisição)	7.631

Grupo Horizon

A variação ocorrida no "goodwill" do Grupo Horizon durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009 resulta de perdas cambiais no montante de 8.552 milhares de Euros resultantes da depreciação do Dólar Americano.

Grupo Brasil

A variação ocorrida no "goodwill" do Grupo Brasil durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009 no montante de 2.482 milhares de Euros resulta da actualização cambial do Real Brasileiro, o qual mostrou uma apreciação no período.

Grupo EDP Renováveis Brasil

A variação ocorrida no "goodwill" do Grupo EDP Renováveis Brasil durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009 no montante de 5.910 milhares de Euros, resulta do "goodwill" gerado na aquisição de 100% do capital social da CENAEEL (5.415 milhares de Euros) e do ganho cambial (495 milhares de Euros) gerado entre a data da aquisição e 30 de Junho de 2009.

O apuramento provisório do "goodwill" gerado na aquisição da CENAEEL é analisado da seguinte forma:

	CENAEEL Euro'000
Custo de aquisição	
Valor pago	12.887
Total do custo de aquisição	12.887
Valor previsional dos activos líquidos adquiridos	7.472
Goodwill (diferença entre o valor dos activos líquidos adquiridos e o custo de aquisição)	5.415

O contrato de aquisição da CENAEEL inclui uma cláusula de ajustamento ao preço de aquisição (preço contingente) baseada no número de horas de produção dos parques eólicos. Em 30 de Junho de 2009, não foi considerado no custo de aquisição da CENAEEL qualquer montante relativo ao preço contingente na medida em que o Grupo EDP prevê, com base na informação disponível até à data, que o volume de horas de produção dos parques eólicos não ultrapassará os limites a partir dos quais o contrato de aquisição define o pagamento de custos adicionais.

Outros (Grupo Portugal)

A variação ocorrida no semestre no montante de 48 milhares de Euros resulta da aquisição pela EDP Gestão de Produção de Energia, S.A. dos restantes 40% do capital social da O&M Serviços - Operação e Manutenção Industrial, S.A.

No decurso do primeiro semestre de 2008 o Grupo EDP adquiriu a Ródão Power, tendo registado com referência à data de aquisição um montante de "goodwill" de 10.827 milhares de Euros. Durante o primeiro semestre de 2009, na sequência da alocação final dos justos valores atribuíveis aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos, foi determinado um ajustamento no montante do "goodwill" inicialmente registado, originando a sua alocação por contrapartida do justo valor dos activos adquiridos. Nos termos definidos pelo IFRS 3, no período de 12 meses subsequente a uma operação de concentração de actividades empresariais, a entidade adquirente pode efectuar ajustamentos ao justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos, sendo tais ajustamentos reflectidos com referência à data de realização da operação. Consequentemente, o valor do goodwill determinado provisoriamente em 2008, os justos valores dos direitos de concessão da Ródão Power no montante de 10.827 milhares de euros, determinados no âmbito do PPA e as respectivas amortizações, foram reflectidos com referência à data da transacção.

Análise da imparidade do Goodwill

O Grupo EDP efectuou análises com referência a 30 de Junho de 2009 com vista a aferir sobre a existência de factos ou circunstâncias que revelem eventuais indícios de imparidade no goodwill gerado na aquisição das suas subsidiárias, não tendo sido identificada qualquer situação.

19. Investimentos financeiros em empresas filiais (contas individuais)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Custo aquisição (histórico)	10.810.550	10.740.378
Efeito de equivalência patrimonial (transição IFRS)	-1.165.796	-1.165.796
Partes de capital em empresas filiais	9.644.754	9.574.582
Perdas por imparidade em partes de capital em empresas filiais	-68.174	-68.174
	<u>9.576.580</u>	<u>9.506.408</u>

A variação na rubrica de Investimentos financeiros em empresas filiais (70.172 milhares de Euros) resulta da concessão de prestações acessórias às subsidiárias EDP Imobiliária, S.A. e EDP Inovação, S.A. (70.000 milhares de Euros e 172 milhares de Euros respectivamente).

20. Investimentos financeiros em empresas associadas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Empresas associadas:				
Investimentos financeiros em associadas	175.070	172.891	49.909	49.910
Ajustamentos em investimentos financeiros em associadas	-137	-137	-136	-137
Valor líquido	<u>174.933</u>	<u>172.754</u>	<u>49.773</u>	<u>49.773</u>

21. Activos financeiros disponíveis para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Ampla Energia e Serviços, S.A.	91.305	68.939	91.305	68.939
Ampla Investimentos e Serviços, S.A.	10.713	9.073	10.713	9.073
Banco Comercial Português, S.A.	109.359	122.707	-	-
EDA - Eléctrica dos Açores, S.A.	6.006	6.006	-	-
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	56.911	52.332	56.911	52.332
Sociedade Eólica de Andalucía, S.A.	10.854	10.854	-	-
Sonaecon, S.A.	50.730	28.946	-	-
Tagusparque, S.A.	2.062	1.097	-	-
Tejo Energia, S.A.	18.200	18.200	-	-
Outras	36.827	32.733	3.851	3.815
	<u>392.967</u>	<u>350.887</u>	<u>162.780</u>	<u>134.159</u>

O investimento no Banco Comercial Português durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009 apresenta uma desvalorização de 13.348 milhares de Euros, resultante de uma perda por imparidade no montante de 29.274 milhares de Euros registada nos resultados no primeiro trimestre de 2009 e de uma valorização no montante de 15.926 milhares de Euros, registada em reservas no segundo trimestre de 2009, conforme política contabilística 2 e) (ver nota 31).

Durante o primeiro semestre de 2009, os investimentos financeiros detidos na REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. e Ampla Energia e Serviços, S.A., valorizaram em 4.579 milhares de Euros e 22.366 milhares de Euros, respectivamente, como consequência da evolução positiva da cotação de mercado destes títulos, tendo esta valorização sido registada por contrapartida de reservas de justo valor (ver nota 31).

Durante o mesmo período verificou-se igualmente uma evolução positiva na cotação de mercado da participação financeira detida na Sonaecon em bolsa (22.059 milhares de Euros) a qual registada por contrapartida de reservas de justo valor (ver nota 31). Adicionalmente, em Maio de 2009 foram alienadas em Bolsa 277.256 acções da Sonaecon, S.A registadas por 275 milhares de Euros, cujo valor de venda ascendeu a 582 milhares de Euros (ver nota 13).

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações desde a data da sua aquisição registadas por contrapartida das respectivas reservas de justo valor (ver nota 31). Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a reserva de justo valor é analisada como segue:

	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Ampla Investimentos e Serviços, S.A.	5.138	3.498
Ampla Energia e Serviços, S.A.	22.366	-
Banco Comercial Português, S.A.	15.926	-
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	-885	-885
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	31.091	26.512
Sociedade Eólica de Andalucía, S.A.	5.968	5.968
Sonaeacom, S.A.	22.059	-
Tejo Energia, S.A.	11.845	11.845
Outras	992	26
	<u>114.500</u>	<u>46.964</u>

22. Impostos diferidos activos e passivos

O Grupo EDP regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Activos por impostos diferidos Euro'000	Passivos por impostos diferidos Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	539.878	-655.947
Desvio tarifário do período	104.297	191.380
Provisões	9.960	-
Imposto diferido sobre CMEC's no período	-	-43.129
Utilização de créditos fiscais	-140.606	-
Investimentos financeiros e investimentos disponíveis para venda	3.591	-1.074
Justo valor de instrumentos financeiros derivados	-21.526	-1.987
Alocação de justos valores a activos e passivos adquiridos	-	-25.801
Variações cambiais e outros	41.757	-18.529
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	147.486	-147.486
Saldo em 30 de Junho 2009	<u>684.837</u>	<u>-702.573</u>

A EDP, S.A. regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Activos por impostos diferidos Euro'000	Passivos por impostos diferidos Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	60.716	-
Utilização de créditos fiscais	-62.306	-
Provisões	-9.682	-
Investimentos financeiros e investimentos disponíveis para venda	2.526	789
Justo valor de instrumentos financeiros derivados	-20.050	-10.297
Outras variações	-133	-392
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	28.929	-28.929
Saldo em 30 de Junho 2009	<u>-</u>	<u>-38.829</u>

As principais variações ocorridas nos impostos diferidos activos e passivos, em base consolidada, durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008 são analisadas como segue:

	Activos por impostos diferidos Euro'000	Passivos por impostos diferidos Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	687.265	-617.555
Venda do défice tarifário da EDP Serviço Universal, S.A.	-	47.234
Desvio tarifário do período	-	-126.907
Imposto diferido sobre CMEC's no período	-	-39.869
Crédito fiscal por investimento em imobilizado (Grupo Hidrocontábrico)	40.448	-
Justo valor dos investimentos disponíveis para venda	27.593	4.203
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	-102.738	102.738
Energia - Operações em descontinuação (ver nota 38)	-81.411	64.309
Outros	29.659	-19.508
Saldo em 30 de Junho de 2008	600.816	-585.355

As principais variações ocorridas nos impostos diferidos activos e passivos, para a EDP, S.A., durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2008 são analisadas como segue:

	Activos por impostos diferidos Euro'000	Passivos por impostos diferidos Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	-	-53.254
Provisões	-4.352	
Investimentos financeiros e investimentos disponíveis para venda	2.583	1.965
Justo valor de instrumentos financeiros derivados	-2.882	168
Outras variações	379	-369
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	4.272	-4.272
Saldo em 30 de Junho 2008	-	-55.762

23. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Mercadorias	26.199	40.470	-	-
Adiantamentos por conta de compras	5.838	4.061	-	-
Produtos acabados e intermédios	7.882	12.075	-	-
Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos	10.508	10.506	-	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo:				
Carvão	87.804	64.443	-	-
Fuel	48.099	41.153	-	-
Combustível nuclear	13.712	12.845	-	-
Materiais diversos e outros				
Licenças de CO2	11.863	27.744	11.863	27.744
Outros	46.294	63.503	-	-
	258.199	276.800	11.863	27.744

Em 5 de Março de 2009 a EDP — Serviço Universal, S.A. acordou ceder, de forma plena e sem recurso, à Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. ("Tagus") os direitos ao recebimento da totalidade dos ajustamentos positivos às tarifas eléctricas respeitantes aos custos com a aquisição de energia eléctrica incorridos no ano de 2007 e estimados incorrer no ano de 2008, acrescidos dos respectivos encargos financeiros. Os referidos ajustamentos ascendem a 1.225.376 milhares de Euros incluindo juros até 28 de Fevereiro de 2009. Com a venda daqueles direitos, o Grupo EDP realizou um encaixe financeiro de 1.204.422 milhares de Euros, montante este já líquido das comissões pagas no âmbito da montagem da operação e despesas associadas.

As rubricas de Valores a receber por encargos de tarifa - Espanha de curto e médio/longo prazos referem-se ao valor a receber do Estado Espanhol relativo ao défice tarifário do sistema eléctrico espanhol acumulado em 30 de Junho 2009.

O valor a receber no âmbito do CMEC no médio/longo prazo no montante de 775.022 milhares de Euros e no curto prazo no montante de 20.365 milhares de Euros corresponde ao valor inicialmente atribuído à EDP Produção (CMEC-Base, 833.467 milhares de Euros), deduzido das anuidades dos anos de 2007, 2008 e 2009). O montante remanescente de 522.074 milhares de Euros na rubrica de valores a receber no âmbito do CMEC de curto prazo diz respeito a proveitos operacionais relacionados com o cálculo da revisibilidade, deduzido do valor facturado no corrente exercício no montante de 40.225 milhares de Euros.

O movimento do período na rubrica Valores a receber por desvios tarifários - Portugal (Corrente e Não corrente) é analisada como segue:

	Corrente Euro'000	Não corrente Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	10.444	1.435.033
Recebimento através da tarifa de energia eléctrica	-5.508	-
Titularização dos desvios não regulares de 2007 e 2008	-	-1.225.376
Constituição do desvio de 2008	-	34.150
Desvio tarifário do período	-	379.845
Encargos financeiros	3.541	13.318
Transferência da parcela de não corrente para corrente (Jun 2009 a Jun 2010)	126.931	-126.931
Saldo em 30 de Junho 2009	135.408	510.039

No que respeita ao primeiro semestre de 2008, verificou-se apenas um movimento em Devedores e outros activos - Não correntes que ascende a 478.895 milhares de Euros e que respeita à constituição do desvio tarifário desse período.

26. Impostos a receber

A rubrica de **Impostos a receber** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Estado e outros entes públicos:				
- Imposto sobre o rendimento	151.501	111.459	59.059	33.901
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	293.978	347.997	50.968	54.220
- Imposto circulação de mercadorias e prest. serviços (Brasil)	21.039	17.899	-	-
- Contribuições sociais de natureza tributária (Brasil)	31.446	21.643	-	-
- Outras tributações	31.746	45.742	-	7.316
	529.710	544.740	110.027	95.437

27. Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A rubrica de Activos financeiros ao justo valor através dos resultados é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Títulos de rendimento fixo:				
Unidades de participação em fundos cotadas	32.716	32.369	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo cotados	54.141	47.221	6.054	-
	86.857	79.590	6.054	-
Títulos de rendimento variável:				
Unidades de participação em fundos cotadas	3.528	3.405	-	-
Acções	232	232	232	232
	3.760	3.637	232	232
	90.617	83.227	6.286	232

28. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de **Caixa e equivalentes de caixa** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Numerário:				
- Caixa	231	93	6	-
Depósitos bancários:				
- Depósitos à ordem	488.767	457.741	32.004	113.379
- Depósitos a prazo	400	49.133	-	-
- Outros depósitos	20.065	-	-	-
	<u>509.232</u>	<u>506.874</u>	<u>32.004</u>	<u>113.379</u>
Outras aplicações de tesouraria:				
- Em bancos (Euro)	1.284.887	122.720	1.257.499	69.500
- Em bancos (Outras moedas)	76.943	83.900	-	-
	<u>1.361.830</u>	<u>206.620</u>	<u>1.257.499</u>	<u>69.500</u>
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	<u>1.871.293</u>	<u>713.587</u>	<u>1.289.509</u>	<u>182.879</u>
Equivalentes de caixa (passivo):	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa líquido	<u>1.871.293</u>	<u>713.587</u>	<u>1.289.509</u>	<u>182.879</u>

A rubrica outras aplicações de tesouraria inclui aplicações financeiras de muito curto prazo prontamente convertíveis em caixa.

29. Capital e Prémios de emissão de acções

A EDP, S.A., é uma Sociedade Anónima em cujo capital o Estado e outros entes públicos detêm uma participação minoritária. A sociedade que inicialmente foi constituída como uma empresa pública, iniciou em 1997 o seu processo de privatização, tendo sido concretizadas as segunda e terceira fases de privatização em 1998, a quarta fase em 2000, uma quinta fase de privatização consubstanciada num aumento de capital em 2004, e a sexta fase em 2005. Em Dezembro de 2007, foram emitidas, pelo Estado, obrigações susceptíveis de permuta por acções representativas do capital social da EDP, S.A., no âmbito da sétima fase de privatização. O Estado detém actualmente, directa e indirectamente, cerca de 26% do capital social da EDP, S.A.

O capital social de 3.656.537.715 Euros, representado por 3.656.537.715 acções ordinárias de valor nominal de 1 Euro cada, encontra-se integralmente realizado.

As rubricas de capital social e prémios de emissão são analisadas como segue:

	Grupo e Individual	
	Capital Social Euro'000	Prémios Emissão Euro'000
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	3.656.538	501.992
Movimentos do ano	-	-
Saldo em 30 de Junho 2009	<u>3.656.538</u>	<u>501.992</u>

Os resultados por acção (EPS) atribuíveis aos accionistas da EDP são analisados como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009	Jun 2008	Jun 2009	Jun 2008
Resultado líquido (em Euros)	479.443.624	702.963.137	326.174.338	368.748.040
Resultado líquido das operações em continuação (em Euros)	479.443.624	703.918.944		
Nº médio de acções durante o ano	3.620.991.688	3.637.113.742	3.622.504.688	3.637.113.742
Nº médio de acções diluídas durante o ano	3.622.056.629	3.638.570.965	3.623.569.629	3.638.570.965
Resultado por acção básico (em Euros)	0,13	0,19		
Resultado por acção diluído (em Euros)	0,13	0,19		
Resultado por acção das operações em continuação básico (em Euros)	0,13	0,19		
Resultado por acção das operações em continuação diluído (em Euros)	0,13	0,19		

O Grupo EDP calcula o seu resultado básico e diluído por acção usando a média ponderada das acções em circulação durante o período de relato, líquidas do movimento de acções próprias ocorrido no exercício.

O número médio de acções é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009	Jun 2008	Jun 2009	Jun 2008
Acções emitidas no início do período	3.656.537.715	3.656.537.715	3.656.537.715	3.656.537.715
Efeito de emissão de acções durante o período	-	-	-	-
Número médio de acções realizadas	3.656.537.715	3.656.537.715	3.656.537.715	3.656.537.715
Efeito de acções próprias	-35.546.027	-19.423.973	-34.033.027	-19.423.973
Nº médio de acções durante o período/ano	3.620.991.688	3.637.113.742	3.622.504.688	3.637.113.742
Efeito de "stock options"	1.064.941	1.457.223	1.064.941	1.457.223
Nº médio de acções diluídas durante o ano	3.622.056.629	3.638.570.965	3.623.569.629	3.638.570.965

30. Acções próprias

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009	Dez 2008	Jun 2009	Dez 2008
Valor contabilístico das acções da EDP, S.A. (milhares de Euros)	124.984	126.532	118.889	120.437
Número de acções	35.443.360	35.703.591	33.930.360	34.190.591
Cotação das acções da EDP, S.A. (em Euros)	2,793	2,695	2,793	2,695
Valor de mercado das acções da EDP, S.A. (milhares de Euros)	98.993	96.221	94.767	92.144
Operações realizadas no primeiro semestre de 2009:	EDP, SA	Energia RE		
Volume adquirido (número de acções)	1.346.981	-		
Volume vendido (número de acções)	-1.607.212	-		
Posição final (número de acções)	33.930.360	1.513.000		
Cotação Máxima (em Euros)	2,90	-		
Cotação Mínima (em Euros)	2,21	-		
Cotação Média (em Euros)	2,76	-		

As acções próprias detidas pela EDP, S.A. encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos da Sociedade e pelo Código das Sociedades Comerciais. Estas acções encontram-se contabilizadas ao custo de aquisição.

31. Reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Reserva legal	471.387	443.838	471.387	443.838
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	19.505	-54.653	29.260	-11.295
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	970	20.130	-8.245	2.525
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	114.500	46.964	54.235	25.649
Efeito fiscal da reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	-8.890	-2.926	-2.063	-2.459
Diferença cambial de consolidação	65.794	-93.340	-	-
Reserva para acções próprias	118.889	120.437	118.889	120.437
Outras reservas e resultados acumulados	1.317.330	760.866	1.120.087	1.102.912
	2.099.485	1.241.316	1.783.550	1.681.607

Reserva legal

Em conformidade com o Art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da EDP, S.A., a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)

Esta reserva inclui a variação de justo valor dos instrumentos de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é considerada efectiva.

Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)

As variações acumuladas de justo valor existentes à data de balanço referentes a activos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade encontram-se registadas em reservas de justo valor. O movimento do período ocorrido nesta rubrica relativo aos activos financeiros disponíveis para venda no Grupo, é analisado como segue:

	Grupo	
	Variações Positivas Euro'000	Variações Negativas Euro'000
Saldo em 31 Dezembro de 2007	329.161	-193.873
Variações de justo valor	-	-223.377
Perda por imparidade transferida para resultados	-	148.397
Transferência para resultados do exercício por alienação do activo	-16.969	-
Saldo em 30 Junho de 2008	312.192	-268.853
Variações de justo valor	10.373	-147.729
Perda por imparidade transferida para resultados	-	140.981
Saldo em 31 Dezembro de 2008	322.565	-275.601
Variações de justo valor	67.843	-29.274
Perda por imparidade transferida para resultados	-	29.274
Transferência para resultados do exercício por alienação do activo	-307	-
Saldo em 30 de Junho 2009	390.101	-275.601

A variação de justo valor negativa no período findo em 30 de Junho de 2009, no montante de 29.274 milhares de Euros resulta da imparidade registada no Millenniumbcp.

A variação positiva da reserva de justo valor no período findo em 30 de Junho de 2009, no montante de 67.536 milhares de Euros, inclui os montantes de 22.059 milhares de Euros, de 22.366 milhares de Euros, de 15.926 milhares de Euros, e 4.579 milhares de Euros relativos às valorizações registadas nos investimentos financeiros disponíveis para venda detidos na Sonaecom, na Ampla Energia e Serviços, no Millenniumbcp e na REN, respectivamente (ver nota 21).

Diferença cambial de consolidação

Na rubrica **Diferença cambial de consolidação** está relevado o montante resultante da variação em moeda nacional dos capitais próprios das empresas filiais e associadas expressos em moeda estrangeira decorrente de alteração do câmbio respectivo. As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são analisadas como segue:

Moeda		Taxas em Jun 2009		Taxas em Dez 2008	
		Câmbio Fecho	Câmbio Médio	Câmbio Fecho	Câmbio Médio
Dolar	USD	1,413	1,327	1,392	1,477
Real Brasileiro	BRL	2,747	2,937	3,244	2,652
Pataca Macau	MOP	11,283	10,596	11,109	11,841
Quetzal	GTQ	11,495	10,680	10,779	11,153
Zloty	PLN	4,452	4,531	4,154	3,486
Lei	RON	4,207	4,247	4,023	3,762

Dividendos

No dia 15 de Abril de 2009, foi aprovada em Assembleia Geral de Accionistas, a distribuição de dividendos aos accionistas sobre o resultado líquido do exercício de 2008 no montante de 511.915 milhares de Euros sendo o respectivo valor por acção de 0,14 Euros (incluindo o dividendo às acções próprias). Atendendo à data desta deliberação, o respectivo registo contabilístico foi efectuado no segundo trimestre do exercício de 2009.

32. Interesses minoritários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Interesses minoritários de resultados	60.719	120.476
Interesses minoritários de capital e de reservas	2.321.763	2.061.253
	<u>2.382.482</u>	<u>2.181.729</u>

O detalhe por empresa da rubrica de **Interesses minoritários** é analisado como segue:

	Grupo	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Grupo EDP Renováveis	1.266.950	1.245.112
Grupo Energias do Brasil	1.059.023	885.674
Grupo Hidroantábrico	33.146	28.518
Outros interesses minoritários	23.363	22.425
	<u>2.382.482</u>	<u>2.181.729</u>

Durante o primeiro semestre de 2009 o Grupo EDP gerou resultados atribuíveis aos interesses minoritários no montante de 60.719 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 120.476 milhares de Euros).

O movimento registado nos interesses minoritários do Grupo EDP Renováveis refere-se, essencialmente, aos resultados atribuíveis a minoritários no montante de 13.956 milhares de Euros e a variações resultantes de aumentos de capital atribuíveis a minoritários no montante de 9.055 milhares de Euros.

O movimento registado nos interesses minoritários do Grupo Energias do Brasil inclui, essencialmente, o montante de 44.417 milhares de Euros de resultados atribuíveis a minoritários, 144.666 milhares de Euros resultante da diferença de conversão cambial positiva e uma diminuição de 15.412 milhares de Euros relativa a dividendos distribuídos.

O movimento registado nos interesses minoritários do Grupo Hidroantábrico inclui, essencialmente, o montante de 1.328 milhares de Euros de resultados atribuíveis a minoritários e um aumento de 3.833 milhares de Euros relativo à entrada da Sonatrach no capital da Central Térmica de Ciclo Combinado Grupo 4, que passou a deter uma participação de 25% no capital desta sociedade.

A rubrica "Outros interesses minoritários" inclui o montante de 21.186 milhares de Euros referente às subsidiárias do subgrupo Gás Portugal (31 de Dezembro de 2008: 20.001 milhares de Euros).

33. Conta de hidraulicidade

Os movimentos da **Conta de hidraulicidade** são analisados como segue:

	Grupo e Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000
Saldo no início do período	237.822	227.686
Recebimentos / (Pagamentos) do exercício	-	-
Encargos financeiros	5.294	5.036
Saldo no fim do período	<u>243.116</u>	<u>232.722</u>

34. Dívida financeira

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Empréstimos de curto prazo - Corrente				
Empréstimos bancários:				
- EDP, S.A.	44.007	92.568	44.007	92.568
- EDP Finance B.V.	-	730.000	-	-
- Grupo EDP Energias do Brasil	286.864	256.639	-	-
- Grupo HC Energia	31.986	8.517	-	-
- Grupo Renováveis	93.219	75.950	-	-
- Produção - Portugal	7.777	7.390	-	-
- Outros	31.990	32.977	-	-
	<u>495.843</u>	<u>1.204.041</u>	<u>44.007</u>	<u>92.568</u>
Empréstimos por obrigações - Não convertíveis:				
- EDP, S.A.	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
- EDP Finance B.V.	522.455	22.455	-	-
- Grupo EDP Energias do Brasil	73.789	62.784	-	-
	<u>1.596.244</u>	<u>1.085.239</u>	<u>1.000.000</u>	<u>1.000.000</u>
Papel comercial:				
- EDP, S.A.	765.000	939.300	4.227.500	4.227.700
- Grupo EDP Energias do Brasil	83.731	-	-	-
- Grupo HC Energia	471.677	433.082	-	-
	<u>1.320.408</u>	<u>1.372.382</u>	<u>4.227.500</u>	<u>4.227.700</u>
Outros empréstimos:				
- Grupo EDP Energias do Brasil	4.507	3.669	-	-
- Grupo Renováveis	2.982	3.277	-	-
- Produção - Portugal	1.451	1.208	-	-
	<u>8.940</u>	<u>8.154</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Juros a pagar	<u>148.428</u>	<u>142.198</u>	<u>58.690</u>	<u>39.968</u>
	<u>3.569.863</u>	<u>3.812.014</u>	<u>5.330.197</u>	<u>5.360.236</u>
Empréstimos de médio/longo prazo - Não corrente				
Empréstimos bancários:				
- EDP, S.A.	1.822.650	1.672.201	1.822.650	1.672.201
- EDP Finance B.V.	2.175.000	2.175.000	-	-
- Grupo EDP Energias do Brasil	407.958	364.425	-	-
- Grupo HC Energia	5.816	7.076	-	-
- Grupo Renováveis	421.919	451.062	-	-
- Produção - Portugal	180.273	174.911	-	-
- Outros	72.671	78.449	-	-
	<u>5.086.287</u>	<u>4.923.124</u>	<u>1.822.650</u>	<u>1.672.201</u>
Empréstimos por obrigações - Não convertíveis:				
- EDP, S.A.	1.172.402	1.189.594	1.166.178	1.189.594
- EDP Finance B.V.	6.150.218	4.596.332	-	-
- Grupo EDP Energias do Brasil	176.922	202.651	-	-
	<u>7.499.542</u>	<u>5.988.577</u>	<u>1.166.178</u>	<u>1.189.594</u>
Outros empréstimos:				
- Acções preferenciais da Investco	17.013	13.993	-	-
- Grupo EDP Energias do Brasil	36.892	31.382	-	-
- Grupo Renováveis	26.986	27.834	-	-
- Produção - Portugal	6.082	6.728	-	-
	<u>86.973</u>	<u>79.937</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>12.672.802</u>	<u>10.991.638</u>	<u>2.988.828</u>	<u>2.861.795</u>
Outras responsabilidades:				
- Justo valor do risco coberto da dívida emitida	-62.564	-117.327	23.859	-2.164
	<u>-62.564</u>	<u>-117.327</u>	<u>23.859</u>	<u>-2.164</u>
	<u>12.610.238</u>	<u>10.874.311</u>	<u>3.012.687</u>	<u>2.859.631</u>
	<u>16.180.101</u>	<u>14.686.325</u>	<u>8.342.884</u>	<u>8.219.867</u>

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais
para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009

O Grupo detém, ao nível da EDP S.A., facilidades de crédito de curto prazo no montante de 232.386 milhares de Euros indexados à taxa Euribor do período de utilização e acordado com condições de margem previamente definidas, dos quais 187.410 milhares de Euros têm compromisso de tomada firme; bem como programas de Papel Comercial no valor de 650.000 milhares de Euros com garantia de colocação, completamente disponíveis. Quanto a facilidades de crédito de médio prazo, a EDP S.A. dispõe de uma Revolving Credit Facility (RCF) no valor de 1.600.000 milhares de Euros com compromisso de tomada firme que se encontrava totalmente disponível. Para a gestão de liquidez das necessidades em USD do Grupo, a EDP S.A. dispõe adicionalmente de uma RCF no valor de 1.500.000 milhares de USD com compromisso de tomada firme, estando a 30 de Junho de 2009 utilizada na sua totalidade. Adicionalmente, o Grupo EDP, através da sua subsidiária Hidroantárctica, dispõe de facilidades de crédito de curto prazo no montante de 170.000 milhares de Euros com compromisso de tomada firme, dos quais 139.511 milhares de Euros estão disponíveis.

O Grupo tem financiamentos contratados em regime de "project finance", cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhor de acções, de contas bancárias e de activos associados aos respectivos projectos. A 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, estes financiamentos totalizavam, respectivamente 724.798 milhares de Euros e 742.191 milhares de Euros (montantes já incluídos na dívida consolidada do Grupo).

O detalhe das emissões de **Empréstimos obrigacionistas**, à data de 30 de Junho de 2009, é analisado como segue:

Emitente/Emissor	Data Emissão	Taxa Juro	Tipo de Cobertura	Condições/ Reembolso	Grupo Euro'000	Individual Euro'000
Emissões EDP S.A.						
EDP, S.A.	Mar-03	Euribor 6 meses + 0,5%	n.a.	Mar-13	150.000	150.000
EDP, S.A. (ii)	Mai-08	Taxa variável (iv)	n.a.	Mai-18	300.000	300.000
					<u>450.000</u>	<u>450.000</u>
Emissões ao abrigo do Programa 'Euro Medium Term Notes'						
EDP, S.A.	Out-99	Taxa fixa EUR 6,40%	Fair Value	Out-09	1.000.000	1.000.000
EDP, S.A.	Mar-01	Taxa fixa EUR 5,875%	Fair Value	Mar-11	747.352	747.352
EDP Finance B.V. (i)	Nov-01	Zero Coupon (iv)	n.a.	Nov-09	22.455	-
EDP Finance B.V.	Ago-02	Taxa fixa GBP 6,625%	Fair Value	Ago-17	320.000	-
EDP Finance B.V.	Dez-02	Taxa fixa EUR (iv)	n.a.	Dez-22	93.357	-
EDP Finance B.V.	Jun-05	Taxa fixa EUR 3,75%	n.a.	Jun-15	500.000	-
EDP Finance B.V. (i)	Jun-05	Taxa fixa EUR 4,125%	n.a.	Jun-20	300.000	-
EDP Finance B.V.	Jun-06	Euribor 3 meses + 0,15%	n.a.	Jun-10	500.000	-
EDP Finance B.V.	Jun-06	Taxa fixa EUR 4,25%	n.a.	Jun-12	500.000	-
EDP Finance B.V.	Jun-06	Taxa fixa EUR 4,625%	n.a.	Jun-16	500.000	-
EDP Finance B.V.	Nov-07	Taxa fixa USD 5,375 %	Net Investment	Nov-12	707.514	-
EDP Finance B.V.	Nov-07	Taxa fixa USD 6,00 %	Net Investment	Fev-18	707.514	-
EDP Finance B.V.	Nov-08	Taxa fixa GBP 8,625%	Fair Value	Jan-24	410.314	-
EDP Finance B.V.	Nov-08	Zero Coupon (iv)	n.a.	Nov-23	54.892	-
EDP Finance B.V. (iii)	Fev-09	Taxa fixa EUR 5,5%	Fair Value	Fev-14	1.000.000	-
EDP Finance B.V. (i)	Jun-09	Taxa fixa JPY (iv)	n.a.	Jun-19	73.795	-
EDP Finance B.V.	Jun-09	Taxa fixa EUR 4,75%	n.a.	Set-16	1.000.000	-
					<u>8.437.193</u>	<u>1.747.352</u>
Emissões Grupo EDP Energias do Brasil no Mercado Doméstico Brasileiro						
Investco	Nov-01	IGPM + 10,5%	n.a.	Nov-11	34.952	-
Bandeirante	Abr-06	104,4% do CDI	n.a.	Mar-11	60.674	-
Escelsa	Jun-06	104,4% do CDI	n.a.	Jun-11	64.072	-
Escelsa	Jul-07	105,0% do CDI	n.a.	Jul-14	91.012	-
					<u>250.710</u>	-
					<u>9.137.903</u>	<u>2.197.352</u>
Descontos associados à emissão de obrigações					<u>-42.117</u>	<u>-31.174</u>
					<u>9.095.786</u>	<u>2.166.178</u>

(i) Estas emissões da EDP Finance B.V. têm associados "swaps" de divisa e/ou de taxa de juro.

(ii) Fixa em cada ano, varia ao longo da vida do empréstimo.

(iii) Este financiamento tem associado "swaps" de taxa de juro e divisa.

(iv) Estas emissões correspondem a colocações privadas.

A análise da rubrica de **Empréstimos**, por maturidade, é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Empréstimos bancários e "overdrafts":				
Até 1 ano	554.008	1.305.729	45.879	94.890
De 1 ano a 5 anos	3.032.258	2.834.286	129.100	104.934
A mais de 5 anos	2.054.029	2.088.838	1.693.550	1.567.267
	<u>5.640.295</u>	<u>6.228.853</u>	<u>1.868.529</u>	<u>1.767.091</u>
Empréstimos obrigacionistas:				
Até 1 ano	1.684.676	1.124.905	1.055.650	1.037.543
De 1 ano a 5 anos	3.244.893	2.792.859	905.681	887.430
A mais de 5 anos	4.192.085	3.078.391	284.356	300.000
	<u>9.121.654</u>	<u>6.996.155</u>	<u>2.245.687</u>	<u>2.224.973</u>
Papel comercial:				
Até 1 ano	1.321.576	1.372.382	4.228.668	4.227.803
	<u>1.321.576</u>	<u>1.372.382</u>	<u>4.228.668</u>	<u>4.227.803</u>
Outros empréstimos:				
Até 1 ano	9.603	8.998	-	-
De 1 ano a 5 anos	50.686	26.936	-	-
A mais de 5 anos	36.287	53.001	-	-
	<u>96.576</u>	<u>88.935</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>16.180.101</u>	<u>14.686.325</u>	<u>8.342.884</u>	<u>8.219.867</u>

O justo valor da dívida do Grupo EDP é analisado como segue:

	Jun 2009		Dez 2008	
	Valor de Balanço Euro'000	Valor de Mercado Euro'000	Valor de Balanço Euro'000	Valor de Mercado Euro'000
Empréstimos de curto prazo - Corrente	3.569.863	3.437.698	3.812.014	3.824.018
Empréstimos de médio / longo prazo - Não Corrente	12.610.238	13.022.386	10.874.311	10.676.963
	<u>16.180.101</u>	<u>16.460.084</u>	<u>14.686.325</u>	<u>14.500.981</u>

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2 f), os riscos dos passivos financeiros que se encontram cobertos por instrumentos financeiros e cujo reconhecimento cumpre com os requisitos definidos pela IAS 39, no âmbito da adopção da contabilidade de cobertura são registadas ao seu justo valor. No entanto, os restantes passivos financeiros são registados ao custo amortizado.

À data de 30 de Junho de 2009, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos, são analisados como segue:

	2009	2010	2011	2012	2013	Anos seguintes	Total
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Dívida de médio e longo prazo	-	97.201	1.234.250	1.465.458	2.419.314	7.394.015	12.610.238
Dívida de curto prazo	2.785.573	784.290	-	-	-	-	3.569.863
	<u>2.785.573</u>	<u>881.491</u>	<u>1.234.250</u>	<u>1.465.458</u>	<u>2.419.314</u>	<u>7.394.015</u>	<u>16.180.101</u>

O valor das garantias encontra-se desagregado na nota 41.

35. Benefícios aos empregados

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Provisões para responsabilidades e benefícios sociais	1.040.149	1.082.905	-	-
Provisões para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios	758.637	750.982	-	-
	<u>1.798.786</u>	<u>1.833.887</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A rubrica de "Provisões para responsabilidades e benefícios sociais" inclui, em 30 de Junho de 2009, os valores de 935.496 milhares de Euros relativos a planos de benefícios definidos com pensões de reforma (31 de Dezembro de 2008: 973.563 milhares de Euros), o valor de 90.294 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 93.990 milhares de Euros) relativos a planos de racionalização de recursos humanos e obrigações similares a pensões do Grupo HC Energia e 14.359 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 15.352 milhares de Euros), relativos aos encargos estimados com a prestação de serviços por terceiros no âmbito do plano de racionalização de recursos humanos.

O movimento global da **Provisão para responsabilidades e benefícios sociais** durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009 é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000
Saldo no início do período	1.082.905	935.593	-	-
Dotação do período	31.064	22.893	-	-
Pré-reformas ("curtailments")	-	-	-	-
(Ganhos) / Perdas actuariais	2.927	111.303	-	-
Utilizações de provisões	-74.261	-75.004	-	-
Saída de perímetro - Enersul	-	18.261	-	-
Transferências, reclassificações e variação cambial	-2.486	2.476	-	-
Saldo no fim do período	1.040.149	1.015.522	-	-

A dotação do período inclui 28.426 milhares de Euros relativos aos custos com planos de benefícios definidos e 2.638 milhares de Euros relativos a custos com programas de racionalização de recursos humanos e obrigações similares a pensões do Grupo HC.

Os componentes do custo líquido consolidado reconhecido no exercício com este plano são os seguintes:

	Jun 2009			Jun 2008		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Custo do período						
Custo dos serviços correntes	5.858	233	6.091	6.272	414	6.686
Custo dos juros	52.552	10.253	62.805	50.201	13.294	63.495
Retorno dos activos dos Fundos	-30.542	-9.484	-40.026	-35.356	-14.281	-49.637
Contribuições dos trabalhadores	-	-444	-444	-	-514	-514
Custo líquido do período	27.868	558	28.426	21.117	-1.087	20.030

O movimento da **Provisão para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Jun 2008 Euro'000
Saldo no início do período	750.982	779.784	-	-
Dotação do período	24.920	24.553	-	-
(Ganhos) / Perdas actuariais	-3.724	-3.271	-	-
Utilizações de provisões	-16.497	-16.766	-	-
Transferências, reclassificações e variação cambial	2.956	874	-	-
Saldo no fim do período	758.637	785.174	-	-

Os componentes do custo líquido consolidado reconhecido no exercício com este plano são os seguintes:

	Jun 2009			Jun 2008		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
Custo do período						
Custo dos serviços correntes	3.311	79	3.390	3.611	157	3.768
Custo dos juros	20.571	959	21.530	19.497	1.288	20.785
Custo líquido do período	23.882	1.038	24.920	23.108	1.445	24.553

Os pressupostos utilizados em 30 de Junho de 2009 no cálculo das responsabilidades inerentes aos planos de pensões e cuidados médicos para o Grupo EDP, mantêm-se inalterados face aos utilizados em 31 de Dezembro de 2008. A determinação das responsabilidades em 30 de Junho de 2009 teve por base a actualização do estudo actuarial do ano anterior.

36. Provisões para riscos e encargos

A rubrica de **Provisões para riscos e encargos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências	135.198	116.528	-	-
Provisão para garantias a clientes no âmbito da actividade corrente	10.799	14.993	-	-
Provisão para outros riscos e encargos	199.927	192.198	85.000	79.014
	345.924	323.719	85.000	79.014

A variação na provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências resulta essencialmente de diferenças cambiais, por se tratarem maioritariamente de provisões em empresas subsidiárias no estrangeiro.

O Grupo EDP foi objecto de uma proposta de correcção ao lucro tributável da EDP Internacional SGPS, relativa ao ano de 2005, no valor de 591 milhões de euros, relativamente ao tratamento fiscal conferido a uma menos valia apurada em resultado da liquidação duma filial sua, cujo principal activo consistia em partes de capital em filiais operacionais no Brasil, nomeadamente na Escelsa e na Enersul.

Tendo por base a análise que efectuou e os pareceres técnicos que entretanto recolheu, incluindo a obtenção por parte das autoridades fiscais de um parecer vinculativo favorável quanto à natureza da operação em apreço no ano em que ocorreu a liquidação, o Grupo EDP considera como remoto o risco associado a este tema. No âmbito desta análise, a menos-valia apurada é fiscalmente dedutível em sede de IRC, ao abrigo do artigo 75º, nº 2 do Código do IRC na redacção em vigor à data.

Todavia, caso esta proposta de correcção se venha a concretizar, o Grupo EDP accionará todos os meios legais ao seu alcance para defender os seus interesses e dos seus accionistas, estando convicto de que lhe assiste toda a razão legal e fiscal.

37. Credores e outros passivos

A rubrica de **Credores e outros passivos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Credores de curto prazo - Corrente:				
Fornecedores	758.593	956.745	83.933	125.068
Fornecedores de imobilizado	382.587	649.475	161	522
Outras empresas do Grupo - associadas	25.488	13.837	-	-
Adiantamentos de clientes	36.980	29.905	43	43
Outros credores				
- Colaboradores	33.807	64.286	3.282	3.496
- Fornecimento de outros bens e serviços	1.670	685	14.918	138.847
- Rendas de concessão	13.272	11.857	-	-
- Valor a pagar à entidade reguladora do Brasil	13.014	11.591	-	-
- Valor a investir em pesquisa e desenvolvimento (Brasil)	11.700	13.734	-	-
- Títulos de Dívida Pública (obrigações do Tesouro) por liquidar	-	48.206	-	-
- Valores a pagar por transacções de energia eléctrica no MIBEL	50.884	119.714	50.884	119.714
Créditos a empresas relacionadas	-	-	-	113.830
Valores a pagar da actividade regulada	32.260	27.127	-	-
Programa eficiência energética - Brasil	18.886	10.757	-	-
Férias, subsídios férias e outros encargos	83.867	90.382	674	652
Instrumentos financeiros derivados	120.887	178.473	140.778	239.948
Subsídios e participações investimento imobilizado	171.338	105.418	-	-
Custos especializados relacionados com a actividade de gestão de energia	17.947	107.885	84.021	107.885
Custos especializados relacionados com a compra de energia (IPRE)	75.277	97.128	-	-
Custos especializados relacionados com paragens de manutenção	2.230	659	-	-
Especialização de proveitos - comercialização de energia	38.156	39.251	-	-
Acréscimos de custos relacionados com a revisibilidade do CMEC	94.903	84.155	-	-
Acréscimos de custos relacionados com parcela fixa da tarifa de uso de redes	17.418	6.212	-	-
Acréscimos de custos relacionados com a compra de combustíveis	9.360	-	-	-
Licenças de Emissão de CO ₂	399.860	496.425	-	-
Acréscimos de Custos - Subcontratos (Horizon)	49.014	68.821	-	-
Proveitos diferidos	30.264	35.508	-	-
Proveitos diferidos - CMEC	135.955	131.136	-	-
Futuros OMIP	388	-	10.514	13.154
Valores a pagar por desvios tarifários - Portugal	167.437	300.073	-	-
Valores a pagar por desvios tarifários - Espanha	49.780	-	-	-
Ajustamento tarifário a pagar à REN	46.451	78.584	-	-
Prestações Acessórias por realizar à EDP Imobiliária	-	-	-	48.206
Conta Corrente Passiva com Agentes de Cobranças	505	11.940	-	-
Credores - empresas do Grupo (EDP Finance BV)	-	-	257.034	768.931
Outros credores e operações diversas	455.912	363.131	60.812	24.600
	3.346.090	4.153.100	707.054	1.704.896

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Credores de médio/longo prazo - Não corrente:				
Conta de Regularização - (Reg. DL 344-B/82)	666	794	-	-
Participações do Estado p/Aprov. Fins Múltiplos	10.893	10.893	10.893	10.893
Cauções recebidas de clientes e outros devedores	38.333	38.415	3	4
Créditos a empresas associadas	113.843	64.619	-	-
Fornecedores de imobilizado	22.690	5.076	1.737	1.333
Subsídios e participações investimento imobilizado	1.705.981	1.736.514	-	-
Responsabilidades com opções sobre interesses minoritários	-	787.245	-	-
Valores a pagar por desvios tarifários - Portugal	538.073	-	-	-
Proveitos diferidos	56.907	56.789	-	-
Contratos de venda de energia - Horizon	107.185	119.655	-	-
Proveitos diferidos - CMEC	442.849	467.209	-	-
Passivos com investidores institucionais em parceria societária nos parques eólicos nos EUA's	1.097.814	1.096.668	-	-
Valores a pagar por concessões	247.060	228.944	-	-
Instrumentos financeiros derivados	102.322	125.965	-	-
Credores - empresas do Grupo (EDP Finance BV)	-	-	3.158.687	2.388.201
Valores a pagar para a aquisição do Grupo Relax Wind	12.746	24.133	-	-
Valores a pagar para a aquisição da Greenwind	252	7.114	-	-
Sucess fees a pagar para a aquisição do Grupo Relax Wind	18.570	16.445	-	-
Sucess fees a pagar para a aquisição do Grupo Renovatio	39.781	63.000	-	-
Sucess fees a pagar para a aquisição da Greenwind	5.700	5.700	-	-
Outros credores e operações diversas	23.760	27.509	983	1.409
	5.372.670	4.867.083	3.172.303	2.401.840

As rubricas "Proveitos Diferidos - CMEC" corrente e não corrente incluem o montante de 578.804 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2008: 598.345 milhares de Euros) referentes ao valor inicial do CMEC (833.467 milhares de Euros) deduzidos das amortizações do CMEC inicial dos exercícios de 2007 e 2008 e do primeiro semestre de 2009 (ver nota 6), de proveitos financeiros de ganhos associados ao cálculo da revisibilidade (10.798 milhares de Euros em 2009) e acrescido da rubrica de custos financeiros (12.848 milhares de Euros em 2009) conforme referido na nota 14. O montante remanescente de 94.903 milhares de Euros respeita a outros acréscimos de custos relacionados com o cálculo da revisibilidade.

O movimento do período na rubrica Valores a pagar por desvios tarifários - Portugal (Corrente e Não corrente) é analisada como segue:

	Corrente Euro'000	Não corrente Euro'000
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	300.073	-
Pagamento através da tarifa de energia eléctrica	-157.997	-
Constituição do desvio de 2008	-	34.150
Desvio tarifário do período	-	520.672
Encargos financeiros	8.286	326
Transferência da parcela de médio/longo prazo para curto prazo (Jun 2009 -Jun 2010)	17.075	-17.075
Saldo em 30 de Junho de 2009	167.437	538.073

No período entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2008, não ocorreu qualquer movimento na rubrica Valores a pagar por desvios tarifários - Portugal.

38. Impostos a pagar

A rubrica de **Impostos a pagar** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Estado e outros entes públicos:				
- Imposto sobre o rendimento	416.885	160.615	237.991	10.533
- Retenções na fonte	37.209	44.923	4.248	278
- Contribuições para a Segurança Social	8.339	8.358	19	19
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	23.169	37.305	-	-
- Imposto circulação de mercadorias e prest. serviços (Brasil)	43.405	33.126	-	-
- Contribuições sociais de natureza tributária (Brasil)	28.179	22.333	-	-
- Outras tributações	85.123	81.802	-	-
	642.309	388.462	242.258	10.830

39. Activos e Passivos detidos para venda

Os critérios para classificação dos activos e passivos detidos para venda e operações em descontinuação, bem como a sua forma de apresentação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP, encontram-se descritos na política contabilística, alínea 2 u).

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Activos detidos para venda				
Terrenos detidos para venda futura - Horizon	970	985	-	-
Investimento detido na Denerge - EDP Brasil	8.653	11.562	-	-
Investimento detido na Esc 90 - EDP Brasil	-	18.281	-	-
	<u>9.623</u>	<u>30.828</u>	-	-
Passivos detidos para venda				
Responsabilidades sobre a Esc 90 (empresa associada)	-	-15.841	-	-
	<u>9.623</u>	<u>14.987</u>	-	-

O Grupo EDP detém uma participação de 3,16% na Denerge - Desenvolvimento Energético S.A., que resultou da operação de permuta de activos ocorrida em 2008, com o Grupo Rede. O Grupo EDP detém uma opção para a troca deste activo (ver nota 41) que pretende exercer no decurso do próximo exercício. A variação do período diz respeito ao efeito combinado da actualização para 30 de Junho de 2009 do justo valor do investimento e do efeito cambial.

Em 30 de Junho de 2009 foi concluída pela EDP Brasil a operação de alienação da totalidade das quotas da ESC 90 Telecomunicações Ltda. ("ESC 90") representativas de 48,51% do seu capital social à Net Serviços de Comunicação S.A. conforme previsto no Contrato Particular de Compra e Venda de Quotas Sociais celebrado em Agosto de 2008. A concretização da operação estava condicionada à obtenção de aprovação prévia da Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL, a qual foi concedida sem quaisquer ressalvas no dia 8 de Junho de 2009. Esta operação gerou uma mais valia em base consolidada no montante de 14.661 milhares de Euros (ver nota 13).

40. Instrumentos financeiros derivados

Nos termos definidos pelo IAS 39, o Grupo classifica os instrumentos financeiros derivados como sendo de cobertura de justo valor de um activo ou passivo reconhecido ("Fair value hedge") e de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa de passivos reconhecidos e transacções futuras altamente prováveis ("Cashflow hedge").

O justo valor da carteira de derivados em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Carteira de derivados de negociação	-28.776	2.445	84.027	46.567
Cobertura de justo valor ("Fair value hedge")	28.876	-31.596	142.901	147.097
Cobertura de fluxos de caixa ("Cash-flow hedge")	19.155	-14.420	34.218	-
Cobertura de investimentos líquidos ("Net Investment hedge")	75.613	-	-	-
	<u>94.868</u>	<u>-43.571</u>	<u>261.146</u>	<u>193.664</u>

41. Compromissos

Os compromissos assumidos pelo Grupo EDP que não figuram no balanço, em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, referentes a garantias financeiras e reais prestadas, são analisados como segue:

Tipo	Grupo		Individual	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Garantias de carácter financeiro				
EDP, S.A.	406.985	407.256	406.985	407.256
Grupo Hidrocontábrico	36.914	65.027	-	-
Grupo Brasil	51.322	40.569	-	-
Grupo EDP Renováveis	9.525	9.574	-	-
Outras	3.721	3.729	-	-
	<u>508.467</u>	<u>526.155</u>	<u>406.985</u>	<u>407.256</u>
Garantias de carácter operacional				
EDP, S.A.	957.566	1.042.960	957.566	1.042.960
Grupo Hidrocontábrico	339.533	301.454	-	-
Grupo Brasil	72.753	66.333	-	-
Grupo EDP Renováveis	1.127.505	1.309.010	-	-
Outras (Portugal)	13.550	9.110	-	-
	<u>2.510.907</u>	<u>2.728.867</u>	<u>957.566</u>	<u>1.042.960</u>
Total	<u>3.019.374</u>	<u>3.255.022</u>	<u>1.364.551</u>	<u>1.450.216</u>
Garantias reais	12.359	6.313	-	-

Das garantias de carácter financeiro contratadas em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, 466.164 milhares de euros e 466.916 milhares de euros, respectivamente, estão relacionadas com financiamentos contratados por empresas do Grupo e já incluídos na sua dívida consolidada. Destas, destacam-se as garantias respeitantes a financiamentos contratados no Brasil para a construção de centrais hidroeléctricas, as quais totalizam 368.493 milhares de euros em Junho de 2009, tendo associadas contra-garantias recebidas pela EDP de parceiros nestes projectos, no valor de 134.965 milhares de euros.

No âmbito da sua actividade corrente de produção e distribuição de energia, é exigido à EDP e suas subsidiárias a apresentação de garantias bancárias ou corporativas, de natureza operacional. Do montante global de garantias operacionais existentes em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, respectivamente, 453.768 milhares de euros e 454.651 milhares de euros dizem respeito a garantias prestadas aos operadores de mercado, necessárias para que a EDP e suas subsidiárias possam participar nos mercados de energia.

Adicionalmente, o Grupo tem financiamentos contratados em regime de "project finance", cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhor de acções, de contas bancárias e de activos associados aos respectivos projectos. A 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, estes financiamentos totalizavam, respectivamente 724.798 milhares de euros e 742.190 milhares de euros (montantes já incluídos na dívida consolidada do Grupo).

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazo, as rendas vinculadas de locações financeiras e os outros passivos de longo prazo (que figuram no Balanço) e as restantes obrigações de compra e as rendas vincendas de locações operacionais (que não figuram no Balanço), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

Jun 2009					
Capital em dívida por período					
Total	Menos	Entre	Entre	Mais	
Euro'000	de 1	1 e 3	3 e 5	de 5	
	ano	anos	anos	anos	
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Dívidas financeiras de curto e longo prazo (inclui juros vincendos)	19.727.183	4.074.190	2.837.601	5.075.509	7.739.883
Rendas vincendas de locações financeiras	7.112	1.643	4.278	1.191	-
Responsabilidades com locações operacionais	647.723	36.277	76.696	65.701	469.049
Obrigações de compra	39.314.840	4.954.172	5.857.064	4.701.279	23.802.325
Outros passivos de longo prazo	2.710.345	245.173	492.705	481.997	1.490.470
	62.407.203	9.311.455	9.268.344	10.325.677	33.501.727
Dez 2008					
Capital em dívida por período					
Total	Menos	Entre	Entre	Mais	
Euro'000	de 1	1 e 3	3 e 5	de 5	
	ano	anos	anos	anos	
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Dívidas financeiras de curto e longo prazo (inclui juros vincendos)	18.381.211	4.522.169	2.891.980	4.503.073	6.463.989
Rendas vincendas de locações financeiras	6.517	2.979	3.033	505	-
Responsabilidades com locações operacionais	493.111	35.193	60.424	54.888	342.606
Obrigações de compra	32.506.448	4.201.423	5.670.470	4.700.128	17.934.427
Outros passivos de longo prazo	2.428.415	238.707	479.685	468.079	1.241.944
	53.815.702	9.000.471	9.105.592	9.726.673	25.982.966

Em 30 de Junho de 2009, as responsabilidades/direitos relacionadas com opções de compra e venda de participações sociais do Grupo EDP são:

- Opção de venda da Cajastur à EDP de 3,13% do capital da HC Energia;
- Opção de venda por parte da Ente Vasco de la Energia à HC de 30,4% da participação na Naturgás, pelo maior dos seguintes montantes:
 - preço inicial de compra actualizado para a data de exercício da "put option", considerando os resultados distribuídos até à data;
 - justo valor do activo, determinado com base num processo de avaliação por bancos de investimento;
- Opção de venda da Caja Madrid à Neo, relativa a 20% da sua participada Genesa. Esta opção é exercível no período compreendido entre Janeiro de 2010 e Janeiro 2011, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação efectuado por bancos de investimento;
- A EDP detém uma opção de venda à Mercado Electrónico e esta uma opção de compra à EDP de 34% da participação na Central E, S.A. O preço destas operações será definido com base na facturação dos últimos 12 meses e o período de exercício das opções inicia-se em Junho de 2010, estendendo-se até Junho de 2015;
- A EDP detém, através da sua subsidiária NEO, uma "call option" sobre a participação detida pela Cajastur na "Quinze Mines" (51% do total do capital). A Cajastur detém uma "put option" equivalente sobre a EDP. Esta opção é exercível no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2012 e 1 de Janeiro de 2013 inclusivé, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação efectuado por bancos de investimento;
- A EDP detém, através da sua subsidiária NEO, uma opção de compra sobre os 49% de capital social detidos pela Copcisa na Neo Catalonia;
- A EDP detém, através da sua subsidiária NEO, uma opção de compra sobre o capital social detidos pelo Renovatio Group Limited nas empresas Renovatio e Cernadova;
- A EDP detém, através da sua subsidiária Veinco Energia Limpia, S.L., uma opção de compra sobre 8,5% do capital social da Apineli - Aplicaciones Industriales de Energias Limpias, S.L. detidos pela empresa Jorge, S.L.. O preço de exercício é de 900 milhares de Euros e pode ser exercida quando a Jorge, S.L. obtiver as licenças para ampliar os parques eólicos Dehesa de Coscojar e El Águila, até 30 dias após a notificação da condição suspensiva, com uma data limite de 18 de Abril de 2014;

- O Grupo EDP, através da sua subsidiária EDP - Energias do Brasil, adquiriu uma participação de 3,16% na Denerge no âmbito da operação de permuta de participações, realizada em Agosto de 2008 com o Grupo Rede. O contrato de aquisição desta participação inclui uma cláusula de opção, válida por 2 anos, que permite a troca das acções da Denerge por acções do Grupo Rede, a subscrever no âmbito de uma possível oferta pública de subscrição ou por uma participação equivalente em acções preferenciais da Rede Energia S.A. ao preço unitário de 5,68 Reais.

42. Planos de remuneração com acções

O Grupo EDP implementou um programa de "stock options", nos termos aprovados pela Assembleia Geral, aplicável a Quadros e Administradores, com vista a incentivar a criação de valor.

O movimento dos planos de "stock options" é analisado como segue:

	Movimentos nas opções	Preço médio do período ponderado
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	1.610.333	2,21
Opções exercidas	492.848	
Opções atribuídas	-	
Saldo em 30 de Junho 2008	1.117.485	2,21
Opções exercidas	-	
Opções atribuídas	-	
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	1.117.485	2,21
Opções exercidas	105.088	
Opções atribuídas	-	
Saldo em 30 de Junho 2009	1.012.397	2,21

Em 2009 o Grupo EDP distribuiu, no decorrer do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009, um conjunto de acções próprias a colaboradores (722.130 acções adquiridas ao preço médio de 2,835 Euros), cujo montante total ascende a 2.047 milhares de Euros. Foram ainda distribuídas 3.807 acções, no montante de 14 milhares de Euros relativos a um prémio do ano anterior.

No decurso do primeiro semestre de 2009, o Grupo não aprovou qualquer plano de remunerações com base em acções.

43. Partes relacionadas

Principais accionistas e acções detidas pelos membros de Órgãos Sociais

Com referência a 30 de Junho de 2009, a estrutura accionista da EDP, S.A. é analisada como segue:

	N.º Acções	% Capital	% Voto
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	749.323.856	20,49%	20,69%
Iberdrola - Participações, SGPS, S.A.	347.371.083	9,50%	5,00%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	191.468.320	5,24%	5,00%
Caja de Ahorros de Asturias	183.257.513	5,01%	5,00%
José de Mello - SGPS, S.A.	176.345.969	4,82%	4,87%
Grupo Banco Comercial Português e Fundo de Pensões Grupo BCP	123.079.835	3,36%	3,40%
Banco Espírito Santo, S.A.	111.586.342	3,05%	3,08%
Picket Asset Management	104.396.422	2,86%	2,88%
Sonatrach	81.713.076	2,23%	2,26%
International Petroleum Investment Company (IPIC)	73.130.755	2,00%	2,02%
EDP (Acções próprias)	35.443.360	0,97%	-
Restantes Accionistas	1.479.421.184	40,47%	-
	3.656.537.715	100,0%	

O número de acções detidas pelos membros de Órgãos Sociais no período findo em 30 de Junho de 2009 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 são como segue:

	Jun 2009	Dez 2008
	N.º Acções	N.º Acções
Mesa da Assembleia Geral		
Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena	1.445	1.445
Maria Teresa Isabel Pereira	14.641	9.257
	16.086	10.702
Conselho Geral e de Supervisão		
Alberto João Coraceiro de Castro	4.578	4.578
António Francisco Barroso de Sousa Gomes *	-	4.135
Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira	40.000	40.000
Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado	260	260
Eduardo Almeida Catroga	1.375	1.375
Ricardo José Minotti da Cruz Filipe	6.622	-
Viafi Martins Moreira *	-	27.082
Vitor Fernando da Conceição Gonçalves	3.465	3.465
	56.300	80.895
Conselho de Administração Executivo		
António Luís Guerra Nunes Mexia	1.000	1.000
António Fernando Melo Martins da Costa	13.299	13.299
António Manuel Barreto Pita de Abreu	34.549	34.549
João Manuel Manso Neto	1.268	1.268
Jorge Manuel Pragana da Cruz Morais	12.497	12.497
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	45.000	40.000
	107.613	102.613

* Não pertencem ao Conselho Geral e de Supervisão em 30 de Junho de 2009.

Saldos e transacções com empresas do Grupo e Associadas

Os **créditos** detidos sobre empresas do Grupo e associadas a 30 de Junho de 2009, **em base individual** e anulados na consolidação, são analisados como segue:

	Mov. Financeiros	Empréstimos	Outros Créditos	Total
	Intra-Grupo	Concedidos	Detidos	Total
	Eur'000	Eur'000	Eur'000	Eur'000
Empresas				
Balwerk	-	280.000	5.299	285.299
EDP Produção Bioeléctrica	-	13.045	141	13.186
EDP Produção	383.290	3.116.127	208.759	3.708.176
EDP Distribuição	-	1.228.125	87.956	1.316.081
EDP Comercial	45.852	-	17.682	63.534
EDP Finance	-	-	40.896	40.896
EDP Gas Com	12.714	-	3.418	16.132
EDP Imobiliária e Participações	13.674	273.572	742	287.988
EDP Inovação	-	1.156	380	1.536
EDP Soluções Comerciais	65.450	-	24.483	89.933
EDP Powerline	4.366	-	-	4.366
EDP Renováveis	-	1.252.087	46.402	1.298.489
EDP Serviço Universal	-	-	143.199	143.199
EDP Gás	4.339	27.400	1.462	33.201
EDP Valor	-	-	13.936	13.936
Electrica Ribera del Ebro	-	-	7.425	7.425
Enernova	1	-	1.817	1.818
Hidroeléctrica do Alqueva	18.012	-	-	18.012
Hidroeléctrica del Cantábrico	83	-	36.507	36.590
Internel	486	651	87	1.224
Labelec	305	-	1.573	1.878
NEO	-	-	1.527	1.527
EDP Investimentos	-	17.000	482	17.482
Outras	-	-	6.111	6.111
	548.572	6.209.163	650.284	7.408.019

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais
para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009

Os **créditos** devidos sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2008, **em base Individual** e anulados na consolidação, são analisados como segue:

	Mov. Financeiros	Empréstimos	Outros Créditos	Total
	Intra-Grupo Eur'000	Concedidos Eur'000	Devidos Eur'000	
Empresas				
Balwerk	5.454	280.000	1.580	287.034
EDP Brasil	-	-	7.504	7.504
EDP Comercial	-	-	6.283	6.283
EDP Distribuição	1.030.212	1.406.215	43.034	2.479.461
EDP Finance	-	-	655.931	655.931
EDP Gás	19.207	13.150	1.060	33.417
EDP Imobiliária e Participações	5.045	343.591	4.079	352.715
EDP Inovação	-	813	383	1.196
EDP Internacional	-	661	103	764
EDP Powerline	4.201	-	97	4.298
EDP Produção	7.911	3.171.324	111.463	3.290.698
EDP Produção Bioelétrica	-	21.370	470	21.840
EDP Renováveis	-	862.817	74.646	937.463
EDP Serviço Universal	-	-	92.721	92.721
EDP Serviner	-	-	147	147
EDP Soluções Comerciais	-	3.250	19.085	22.335
EDP Valor	-	1.750	5.019	6.769
Electrica Ribera del Ebro	-	-	10.659	10.659
Enernova	-	-	1.276	1.276
Hidroelétrica del Cantábrico	675	-	79.491	80.166
Labelec	-	1.500	522	2.022
NEO	-	-	2.434	2.434
EDP Investimentos	-	17.000	3	17.003
OPTEP	-	-	571	571
Sávida	-	-	234	234
Outras	-	-	5.136	5.136
	<u>1.072.705</u>	<u>6.123.441</u>	<u>1.123.931</u>	<u>8.320.077</u>

Os **débitos** devidos sobre empresas do Grupo e associadas a 30 de Junho de 2009, **em base Individual** e anulados na consolidação, são analisados como segue:

	Mov. Financeiros	Empréstimos	Outros Débitos	Total
	Intra-Grupo Eur'000	Obtidos Eur'000	Devidos Eur'000	
Empresas				
Balwerk	7.107	-	-	7.107
EDP Produção	-	-	140.220	140.220
EDP Distribuição	48.023	-	15.693	63.716
EDP Comercial	-	-	4.848	4.848
EDP Estudos e Consultoria	955	-	6.674	7.629
EDP Finance	-	3.320.238	53.747	3.373.985
EDP Imobiliária e Participações	-	-	5.538	5.538
EDP Inovação	2.319	-	1.800	4.119
EDP Investimento	-	-	3.134	3.134
EDP Renováveis	-	49.728	6.507	56.235
EDP Serviner	1.212	-	-	1.212
EDP Valor	28.536	-	1.203	29.739
Electrica Ribera del Ebro	-	-	30.705	30.705
ENERGIN	-	-	875	875
Hidrocentrábrico Energia	-	-	826	826
HDC Gestão de Energia	-	7.003	-	7.003
Hidroelétrica do Alqueva	-	-	1.778	1.778
Hidroelétrica del Cantábrico	-	586	926	1.512
NEO	-	-	1.323	1.323
EDP Gás II SGPS	62.147	-	187	62.334
EDP Investimentos	1.952	-	-	1.952
ONI Multimédia	-	-	1.577	1.577
Sávida	8.878	-	2	8.880
Soporgen	-	-	891	891
Outras	255	-	782	1.037
	<u>161.384</u>	<u>3.377.555</u>	<u>279.236</u>	<u>3.818.175</u>

Os **débitos** detidos sobre empresas do Grupo e associadas a 31 de Dezembro de 2008, **em base Individual** e anulados na consolidação, são analisados como segue:

Empresas	Mov. Financeiros	Empréstimos	Outros Débitos	Total
	Intra-Grupo	Obtidos	Defidos	
	Eur'000	Eur'000	Eur'000	Eur'000
Edalpro	197	-	-	197
EDP Comercial	1.497	-	2.076	3.573
EDP Distribuição	-	-	42.868	42.868
EDP Estudos e Consultoria	1.416	-	4.639	6.055
EDP Finance	-	-	3.131.528	3.131.528
EDP Gás.Com	-	-	2.258	2.258
EDP Imobiliária e Participações	-	-	48.346	48.346
EDP Inovação	1.238	-	3.871	5.109
EDP Produção	-	-	275.332	275.332
EDP Renováveis	-	-	24.352	24.352
EDP Serviner	1.443	-	55	1.498
EDP Soluções Comerciais	1.497	-	4.404	5.901
EDP Valor	29.492	-	7.078	36.570
Electrica Ribera del Ebro	-	-	848	848
Hidrocontábrico Energia	-	-	2.166	2.166
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	-	937	937
EDP Internacional	462	-	-	462
Labelec	3.680	-	1.001	4.681
NEO	-	-	6.684	6.684
EDPGás II SGPS (NQF Energia)	62.147	-	4	62.151
EDP Investimentos	1.949	-	-	1.949
Sávida	6.775	-	353	7.128
Soporgen	-	-	1.542	1.542
Outras	-	-	4.719	4.719
	111.793	-	3.565.061	3.676.854

As transacções em rubricas de **custos** sobre empresas do Grupo e associadas a 30 de Junho de 2009, **em base Individual** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

Empresas	Juros de Mov.	Juros de	Outros	Total
	Financeiros	Empréstimos	Custos	
	Intra-Grupo	Obtidos	Eur'000	Eur'000
	Eur'000	Eur'000		
EDP Produção	32	-	547.586	547.618
EDP Brasil	-	-	1.293	1.293
EDP Distribuição	1.304	-	4.380	5.684
EDP Estudos e Consultoria	17	-	10.808	10.825
EDP Finance	-	85.102	43.769	128.871
EDP Inovação	18	-	1.470	1.488
EDP Soluções Comerciais	646	-	189	835
EDP Renováveis	-	163	39.850	40.013
EDP Valor	164	-	2.801	2.965
Electrica Ribera del Ebro	-	-	36.489	36.489
Hidrocontábrico Energia	-	-	6.561	6.561
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	-	15.227	15.227
NEO	-	-	11.876	11.876
Outras	77	70	1.223	1.370
	2.258	85.335	723.522	811.115

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais
para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009

As transacções em rubricas de **custos** sobre empresas do Grupo e associadas a 30 de Junho de 2008, **em base Individual** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Eur'000	Juros de Empréstimos Obtidos Eur'000	Outros Custos Eur'000	Total Eur'000
Empresas:				
EDP Comercial	-	-	11.596	11.596
EDP Distribuição	-	-	6.869	6.869
EDP Estudos e Consultoria	-	-	6.831	6.831
EDP Finance BV	-	84.575	-	84.575
EDP Gás	-	-	74	74
EDP Inovação	-	-	726	726
EDP Produção	-	-	493.953	493.953
EDP Renováveis	-	-	129.953	129.953
EDP Serviço Universal	-	-	833	833
Eléctrica Ribera del Ebro	-	-	15.395	15.395
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	-	50.511	50.511
Hidrocantábrico Energia S.A.U.	-	-	14.525	14.525
Outras	-	-	1.638	1.638
	-	84.575	732.904	817.479

As transacções em rubricas de **provetos** sobre empresas do Grupo e associadas a 30 de Junho 2009, **em base Individual** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Eur'000	Juros de Empréstimos Concedidos Eur'000	Outros Provetos Eur'000	Total Eur'000
Empresas				
Balwerk	54	4.786	69	4.909
EDP Produção	1.232	90.788	93.326	185.346
EDP Distribuição	6.041	35.967	19.809	61.817
EDP Comercial	246	-	26.126	26.372
EDP Finance	-	38	13.945	13.983
EDP Imobiliária e Participações	70	8.048	289	8.407
EDP Soluções Comerciais	1.091	-	15.411	16.502
EDP Renováveis	-	24.188	2.332	26.520
EDP Serviço Universal	-	-	10.236	10.236
EDP Gás	121	378	1.009	1.508
EDP Valor	-	-	4.536	4.536
Electrica Ribera del Ebro	-	-	14.890	14.890
Hidrocantábrico Distribuição Eléctrica S.A.U.	-	-	1.000	1.000
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	17	41.611	41.628
NEO	-	-	5.241	5.241
Outras	46	910	3.631	4.587
	8.901	165.120	253.461	427.482

As transacções em rubricas de **provetos** sobre empresas do Grupo e associadas a 30 de Junho de 2008, **em base Individual** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Eur'000	Juros de Empréstimos Concedidos Eur'000	Outros Provetos Eur'000	Total Eur'000
Empresas:				
Balwerk	16	7.126	4.122	11.264
EDP Brasil	-	-	8.412	8.412
EDP Comercial	479	-	493	972
EDP Distribuição	10.082	41.020	37.617	88.719
EDP Finance BV	-	4.278	748	5.026
EDP Imobiliária e Participações	162	9.892	1.112	11.166
EDP Gás	319	543	10.737	11.599
EDP Produção	4.579	65.249	415.950	485.778
EDP Serviço Universal	2.295	-	32.349	34.644
EDP Soluções Comerciais	577	-	25.839	26.416
EDP Valor	13	-	7.120	7.133
Enernova	7	1.258	-	1.265
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	-	1.673	1.673
Hidrocantábrico Distribuição Eléctrica	-	-	6.338	6.338
Horizon Wind Energy	-	3.200	-	3.200
NEO	-	37.819	3.520	41.339
EDP Renováveis	-	1.331	1.020	2.351
Labelec	-	-	1.263	1.263
Outras	125	474	6.428	7.027
	<u>18.654</u>	<u>172.190</u>	<u>564.741</u>	<u>755.585</u>

Os **activos** e **passivos** com empresas relacionadas a 30 de Junho 2009, **em base consolidada** e anulados na consolidação, são analisados como segue:

	Activos Euro'000	Passivos Euro'000	Valor Líquido Euro'000
Empresas Associadas	42.386	1.939	40.447
Empresas conjuntamente controladas	<u>22.828</u>	<u>9.958</u>	<u>12.870</u>
	<u>65.214</u>	<u>11.897</u>	<u>53.317</u>

Os **activos** e **passivos** com empresas relacionadas a 31 de Dezembro de 2008, **em base consolidada** e anulados na consolidação, são analisados como segue:

	Activos Euro'000	Passivos Euro'000	Valor Líquido Euro'000
Empresas Associadas	28.394	1.905	26.489
Empresas conjuntamente controladas	<u>25.786</u>	<u>2.503</u>	<u>23.283</u>
	<u>54.180</u>	<u>4.408</u>	<u>49.772</u>

As **transacções** com empresas relacionadas a 30 de Junho de 2009, **em base consolidada** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

	Provetos Operacionais Euro'000	Provetos Financeiros Euro'000	Custos Operacionais Euro'000	Custos Financeiros Euro'000
Empresas Associadas	5.555	845	-820	-11
Empresas conjuntamente controladas	<u>989</u>	<u>1.059</u>	<u>-6.331</u>	<u>-369</u>
	<u>6.544</u>	<u>1.904</u>	<u>-7.151</u>	<u>-380</u>

As **transacções** com empresas relacionadas a 30 de Junho de 2008, **em base consolidada** e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

	Provetos Operacionais Euro'000	Provetos Financeiros Euro'000	Custos Operacionais Euro'000	Custos Financeiros Euro'000
Empresas Associadas	5.720	180	-663	-517
Empresas conjuntamente controladas	<u>658</u>	<u>398</u>	<u>-2.777</u>	<u>-8.612</u>
	<u>6.378</u>	<u>578</u>	<u>-3.440</u>	<u>-9.129</u>

44. Justo valor de activos e passivos financeiros

	Grupo Jun 2009			Grupo Dez 2008		
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença
Activos financeiros						
Activos financeiros disponíveis para venda	392.967	392.967	-	350.887	350.887	-
Clientes	1.652.455	1.652.455	-	1.758.657	1.758.657	-
Instrumentos financeiros derivados	318.077	318.077	-	260.867	260.867	-
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	90.617	90.617	-	83.227	83.227	-
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	1.871.293	1.871.293	-	713.587	713.587	-
	<u>4.325.409</u>	<u>4.325.409</u>	<u>-</u>	<u>3.167.225</u>	<u>3.167.225</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros						
Empréstimos	16.180.101	16.460.084	279.983	14.686.325	14.500.981	-185.344
Fornecedores	1.141.180	1.141.180	-	1.606.220	1.606.220	-
Instrumentos financeiros derivados	223.209	223.209	-	304.438	304.438	-
	<u>17.544.490</u>	<u>17.824.473</u>	<u>279.983</u>	<u>16.596.983</u>	<u>16.411.639</u>	<u>-185.344</u>

Atendendo à estrutura de activos e passivos financeiros do Grupo EDP registados ao custo amortizado, os quais são essencialmente de natureza de curto prazo, foi desprezado o efeito de variações de justo valor face ao valor contabilístico. No que respeita aos empréstimos do Grupo EDP foi apurado o seu justo valor tendo em consideração as actuais condições de mercado, relativamente à taxa de juro. Os restantes activos e passivos financeiros já se encontram registados ao justo valor.

O valor de mercado dos empréstimos de médio/longo prazo é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas de juro de mercado em vigor à data de balanço adicionadas da melhor estimativa, à mesma data, das condições de mercado aplicáveis à dívida do Grupo, tendo por referência o seu prazo médio. No que respeita à dívida de curto prazo corrente, o valor de mercado não difere substancialmente do valor de balanço.

45. Eventos relevantes ou subsequentes

Aquisição da Elebrás Projectos, Ltda.

A EDP Renováveis Brasil S.A. ("EDPR Brasil") assinou em 17 de Março de 2009 um contrato com a empresa alemã de desenvolvimento de projectos eólicos innoVent GmbH ("innoVent"), para a aquisição do capital total da sua subsidiária Elebrás projectos Ltda. ("Elebrás"). A Elebrás possui diversos projectos eólicos em localizações privilegiadas no estado do Rio Grande do Sul, totalizando 532 MW: 70 MW no Proífa e 462 MW em diferentes estágios de desenvolvimento. O valor total da aquisição é de 6,2 milhões de Reais Brasileiros, estando previsto o pagamento de "fees" de sucesso adicionais se os projectos atingirem determinados estágios pré-estabelecidos. Adicionalmente, a EDPR Brasil assinou um acordo de serviço para contar com a experiência da innoVent para o desenvolvimento dos referidos projectos eólicos. A conclusão da aquisição de 100% do capital social Elebrás estava sujeita a autorizações administrativas e regulatórias, tendo a conclusão da operação ocorrido apenas em Julho de 2009, razão pela qual esta participada não foi incluída no perímetro de consolidação do Grupo EDP a 30 de Junho de 2009.

Aquisição de activos à Gás Natural

Em 20 de Julho de 2009, a EDP anunciou o acordo efectuado pela Naturgas Energia relativo à aquisição à Gas Natural SDG, S.A. ("Gas Natural") das respectivas sociedades de distribuição em baixa pressão e comercialização (incluindo comercialização de último recurso) de gás natural nas regiões da Cantábria e Múrcia e de distribuição de gás natural em alta pressão nas regiões do País Basco, Astúrias e Cantábria. O preço de aquisição será determinado com base num "enterprise value" global de 330 milhões de Euros, após a obtenção das necessárias autorizações das autoridades reguladoras e de concorrência a que a transacção se encontra sujeita.

Parcerias em Angola

Em 30 de Julho de 2009, a EDP anunciou o acordo efectuado com a Sonangol Holdings, Lda, Banco Privado Atlântico, S.A. e Finicapital — Investimentos e Gestão, S.A. para o estabelecimento de parcerias nas áreas de produção de energia eléctrica em Angola. A concretização desta parceria será efectuada mediante a constituição de uma holding na qual a EDP pretende deter uma participação de 30%.

46. Operações em descontinuação

Em 11 de Setembro de 2008, foi concluída a permuta de activos entre a EDP Energias do Brasil e o Grupo Rede (Rede Energia S.A. e Rede Power do Brasil S.A.). Esta operação consistiu na troca da participação de 100% no capital da Enersul, anteriormente detida pela EDP Energias do Brasil, pelo controlo accionista da Investco, após a aquisição de participações maioritárias nas empresas Lajeado Energia, S.A. e Tocantins. Os resultados do Grupo EDP em 30 de Junho de 2008 incluem o efeito das operações da Enersul, os quais, para efeitos de comparabilidade, foram identificados na coluna "Operações em descontinuação" na Demonstração dos Resultados Consolidados.

47. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

O Grupo EDP optou pela não aplicação antecipada das seguintes Normas que, apesar da promulgação pela União Europeia não são, ainda, de aplicação obrigatória em 30 de Junho de 2009:

- Alterações à IFRS 3 "Concentrações de actividades empresariais" e à IAS 27 "Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas". O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas alterações ao nível das suas demonstrações financeiras.

• IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços:

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A promulgação por parte da União Europeia ocorreu em 26 de Março de 2009 com efeitos a partir do primeiro exercício contabilístico iniciado após a data da promulgação desta interpretação, que no caso do Grupo EDP é em 1 de Janeiro de 2010. O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

Algumas das actividades de produção e distribuição de energia eléctrica e distribuição de gás natural exercidas pelo Grupo EDP em Portugal, Espanha e Brasil, constituem serviços de interesse público, os quais são prestados ao abrigo de contratos de concessão celebrados com o Estado e com entidades públicas detentoras desses direitos de concessão.

O Grupo EDP encontra-se a avaliar os impactos contabilísticos nas demonstrações financeiras consolidadas resultantes da adopção desta interpretação.

O Grupo decidiu não optar pela aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, que se esperam vir a ser promulgadas pela União Europeia até ao final de 2009:

- IFRS 1 (Revista) "Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro";
- IFRIC 15 "Acordos para construção de imóveis";
- IFRIC 17 "Distribuições em espécie a accionistas";
- IFRIC 18 "Transferências de activos de clientes";
- IAS 39 (Alterada) "Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração — Itens elegíveis para cobertura";
- IAS 39 (Alterada) "Reclassificação de activos financeiros: Data efectiva e transição";
- IFRS 7 (Alterada) "Instrumentos financeiros: Divulgações";
- IFRIC 9 e IAS 39 (Alterada) "Derivados embutidos";
- IFRS 2 (Alterada) "Pagamentos com base em acções".

48. EDP Sucursal em Espanha

A "EDP - Energias de Portugal - Sociedade Anónima, Sucursal en España" tem como missão a direcção e coordenação dos interesses energéticos das filiais dependentes do Grupo EDP em Espanha, organizada através das suas estruturas de direcção e coordenação com vista a assegurar o máximo de sinergias e criação de valor nas operações e actividades em Espanha, assumindo-se igualmente como a plataforma organizacional para liderar a integração ibérica de serviços de suporte. Neste sentido, encontra-se alocado directamente ao património/activo da Sucursal a totalidade das participações financeiras maioritárias na EDP Renováveis S.A. e na HC Energia (Hidroeléctrica del Cantábrico S.A.) bem como indirectamente na NG Energia (Naturgás Energia Grupo S.A.) por via do controlo maioritário daquela última.

A Sucursal da EDP em Espanha tem escritórios em Madrid e Oviedo. De um ponto de vista formal e legal, a representação da Sucursal perante terceiros é realizada por via dos representantes permanentes, ou seja, pelos membros do Conselho de Administração Executivo da EDP nomeados para o efeito.

A estrutura de direcção, coordenação, gestão e representação da Sucursal EDP Espanha é composta por uma Comissão Executiva, um Comité Directivo e por Comités de Coordenação.

A Comissão Executiva é composta por cinco representantes permanentes da EDP, por um Director Geral Corporativo ("Group Controller" para as actividades em Espanha) e por responsáveis de primeira linha das unidades de negócio em Espanha, desempenhando o papel de principal órgão de direcção e coordenação da Sucursal e sendo responsável pela coordenação das actividades próprias dos representantes permanentes e do Comité Directivo. O Comité Directivo é presidido pelo Director Geral Corporativo e composto pela extensão natural das Direcções do Centro Corporativo da EDP, nomeadamente, Direcção de Análise de Negócios, Direcção de Assessoria Jurídica, Direcção de Auditoria, Direcção de Fiscalidade Espanhola, Direcção de Gestão financeira, Direcção de Serviços Partilhados e Direcção de Sistemas de Informação assegurando e agrupando homogeneamente as funções destas transversalmente para o território Espanhol. Por último, os Comités de Coordenação, Geração, Distribuição, Comercialização e Gás são compostos e presididos pelos respectivos Administradores de Peloura do Conselho de Administração Executivo da EDP visando o aproveitamento de sinergias com Espanha com vista à eliminação de ineficácias e redundâncias.

Os balanços de 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 da Sucursal são apresentados, como segue:

	EDP Sucursal	
	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Investimentos financeiros em empresas filiais		
EDP Renováveis SA	2.939.889	2.939.889
Hidroeléctrica del Cantábrico SA	1.981.798	1.981.798
Outras	60	60
Activos por impostos diferidos	52.404	52.404
Outros devedores	<u>1.288.734</u>	<u>928.506</u>
Total de Activos Não Correntes	<u>6.262.885</u>	<u>5.902.657</u>
Clientes	5.442	2.022
Devedores e outros activos	139.793	154.589
Impostos a receber	26.823	7.406
Caixa e equivalentes de caixa	<u>2.004</u>	<u>113.379</u>
Total de Activos Correntes	<u>174.062</u>	<u>277.396</u>
Total do Activo	<u>6.436.947</u>	<u>6.180.053</u>

	Jun 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Capitais próprios	1.885.580	1.925.440
Dívida financeira	4.178.546	3.419.314
Total Passivos Não Correntes	4.178.546	3.419.314
Dívida financeira	9.691	760.825
Credores e outros passivos	363.130	74.324
Impostos a pagar	-	150
Total Passivos Correntes	372.821	835.299
Total do Passivo	4.551.367	4.254.613
Total Capitais Próprios + Passivo	6.436.947	6.180.053

49. Relato financeiro por segmentos

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

O Grupo desenvolve um conjunto de actividades no sector energético em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase na produção, distribuição e comercialização de electricidade e distribuição e comercialização de gás.

O sistema de reporte interno do Grupo produz relatórios com informação sobre os diversos segmentos de negócio organizados por geografia e área de responsabilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração.

Com base nestes relatórios o Conselho de Administração é responsável por desempenhar a função de "Chief Operating Decision Maker" (CODM), avaliando o desempenho dos vários segmentos e decidindo sobre as alocações de recursos a efectuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

O Grupo monitoriza a sua actividade com base em diversos segmentos de negócio, os quais englobam essencialmente os seguintes produtos/serviços: Electricidade, Gás e Outras Operações.

Os segmentos definidos pelo Grupo são os seguintes:

- Produção Ibérica
- Distribuição Ibérica
- Comercialização Ibérica
- EDP Renováveis
- EDP - Energias do Brasil
- Gás Ibérico
- Outras Operações

O Grupo EDP efectua uma análise separada do negócio de produção de electricidade através de fontes de energia renováveis, a qual é consubstanciada num segmento próprio (EDP Renováveis). De igual forma, atendendo à especificidade do mercado brasileiro, o Grupo também efectua uma análise separada dos negócios de produção, distribuição e comercialização de electricidade no Brasil (EDP Energias do Brasil).

O segmento de **Produção Ibérica** corresponde à actividade de geração de electricidade em Portugal e Espanha. Este segmento inclui, nomeadamente, as seguintes empresas:

- EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.
- Sub-Grupo Pebble Hydro
- Eléctrica de la Ribera del Ebro, SA
- Hidroeléctrica Del Cantábrico, S.L.
- Central Térmica Ciclo Combinado Grupo 4
- Patrimonial de La Ribera del Ebro, S.L.

O segmento de **Distribuição Ibérica** corresponde à actividade de distribuição de electricidade em Portugal e Espanha e comercializador de último recurso. Este segmento inclui, nomeadamente, as seguintes empresas:

- EDP Distribuição de Energia, S.A.
- EDP Serviço Universal, S.A.
- EDP Soluções Comerciais, S.A.
- Fuerzas Eléctricas Valencianas, S.A.
- Electra de Llobregat Energia, S.L.
- HDC Explotacion Redes
- Hidrocantábrico Distribucion Eléctrica, S.A.U.

O segmento de **Comercialização Ibérica** corresponde à actividade de comercialização de electricidade não regulada em Portugal e Espanha. A actividade de comercialização regulada encontra-se integrada no segmento de distribuição ibérica. Este segmento inclui, nomeadamente, as seguintes empresas:

- EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.
- Hidrocontábrico Energia, S.A.U.

O segmento **EDP Renováveis** corresponde à actividade de produção de energia eléctrica através de fontes renováveis e incluindo a totalidade das empresas dos subgrupos NEO Energia e Horizon Wind Energy. Este segmento inclui ainda a empresa holding EDP Renováveis, S.A. assim como todos os ajustamentos intra-segmento relativos às empresas que o compõem, incluindo os ajustamentos de consolidação.

O segmento **EDP Energias do Brasil** inclui as actividades de produção, distribuição e comercialização de electricidade no Brasil, sendo composto pela holding EDP Energias do Brasil e todas as suas subsidiárias, com excepção da EDP Renováveis Brasil, que está incluída no segmento EDP Renováveis. Tal como no segmento EDP Renováveis, este segmento inclui todos os ajustamentos intra-segmento relativos às empresas que o compõem, incluindo os ajustamentos de consolidação.

O segmento **Gás** inclui as actividades de distribuição e comercialização de gás em Portugal e Espanha. Este segmento inclui, nomeadamente, as seguintes empresas:

- Portgás - Soc. de Produção e Distribuição de Gás, S.A.
- EDP Gás Serviço Universal, S.A.
- Gas de Euskadi Transporte de Gas, S.A.U.
- Naturgas Comercializadora, S.A.
- Naturgás Energia Distribución, S.A.U.
- Naturgás Energia Grupo, S.A.
- Septentrional de Gas, S.A.

O segmento Outras operações inclui as actividades de gestão centralizada de participações financeiras e as restantes actividades não integradas nos segmentos de negócio, nomeadamente as actividades de gestão centralizada de recursos humanos, plataformas logísticas e serviços partilhados.

A coluna "Ajustamentos" reflecte a anulação de dividendos pagos à EDP Energias de Portugal pelas empresas integrantes dos diversos segmentos, assim como os ajustamentos inerentes à anulação dos investimentos financeiros nas empresas subsidiárias do Grupo EDP e demais ajustamentos de consolidação e anulação inter-segmentos.

Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transacções intra-segmentos.

As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são determinadas com base nos montantes registados directamente nas empresas que compõem o segmento incluindo a anulação dos saldos intra-segmentos, não sendo efectuados quaisquer ajustamentos de imputação inter-segmentos.

As rubricas da demonstração de resultados para cada segmento de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados directamente nas demonstrações financeiras das empresas e unidades de negócio respectivas corrigida da anulação das transacções intra-segmentos.

Para efeitos de comparabilidade desta informação foram repercutidas em 30 de Junho de 2008, as alterações ocorridas em 2009.

Actividade Grupo EDP por Segmentos de Negócio - Contas IFRS

Informação por segmentos de negócio - período de 6 meses findo em 30 de Junho 2009

Valores em milhares de Euros

	Electricidade																								Gás						Grupo EDP						
	Produção Ibérica						Distribuição Ibérica *						Comercialização Ibérica						EDP Renováveis						EDP Energias do Brasil							Actividade Ibérica				Outras Operações	Ajustamentos
	Portugal	Espanha	Ajustamentos	Total	Portugal	Espanha	Total	Portugal	Espanha	Total	Europa	E.U.A.	Brasil	Outras Operações	Ajustamentos	Total	Produção	Distribuição	Comercialização	Outras Operações	Ajustamentos	Total	Portugal	Espanha	Ajustamentos	Total											
Volume de negócios	1.040.366	543.368	-4.961	1.578.773	2.433.825	84.606	2.518.431	149.984	583.595	733.579	202.685	110.042	1.300	-896	765	313.916	156.063	569.369	127.745	282	-91.433	762.026	101.816	561.466	-40.024	623.258	82.439	-722.648	5.889.774								
Clientes externos	948.862	488.237	-	1.437.099	2.386.258	70.708	2.456.966	149.957	635.556	785.513	58.447	110.042	1.300	-	169.809	85.247	568.722	107.946	-	111	-762.026	63.069	538.639	-	601.708	-340.099	11.876	5.884.898									
Clientes Inter segmentos	91.504	55.131	-4.961	141.674	47.567	13.898	61.465	27	-51.961	-51.934	144.238	-	-	-896	765	144.107	70.816	647	19.799	171	-91.433	38.747	22.827	-40.024	21.550	422.539	-734.525	4.876									
Custos com aquisição de electricidade	-140.991	-61.165	-1.532	-203.688	-1.749.797	-267	-1.750.064	-129.638	-546.189	-675.827	-105	-527	-26	-	-658	-24.410	-348.871	-120.395	-	91.433	-402.243	-	-	-70.287	-	-70.287	589.954	-2.512.813									
Custos com aquisição de gás	-	-	-	-	-	-	-	-	-4.218	-4.218	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-75.863	-343.016	40.503	-378.376	36.278	-346.316									
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	-303.805	-259.256	1.436	-561.625	-6.941	531	-6.410	-2.440	-6.185	-8.625	-4.001	-	-	-	-4.001	-2.42	-3.871	-	-11	-	-4.124	-	-3.267	-	-3.267	-56	11.269	-576.839									
	595.570	222.947	-5.057	813.460	677.087	84.870	761.957	17.906	27.003	44.909	198.579	109.535	1.274	-896	765	309.257	131.411	216.627	7.350	271	-	355.659	25.953	144.896	479	171.328	82.384	-85.148	2.453.806								
Outros proventos / custos de exploração	10.626	1.604	-3.148	9.082	20.101	6.643	26.744	672	17.780	18.452	4.220	63.380	-	245	-148	67.697	629	5.417	-	633	-	6.679	979	2.093	-	3.072	36.638	-54.534	113.830								
Outros proventos de exploração	-43.831	-29.754	951	-72.634	-143.826	-31.006	-174.832	-7.682	-17.390	-25.072	-27.859	-32.683	-121	-6.090	-888	-67.641	-7.250	-40.489	-650	-5.050	-	-53.439	-6.675	-22.331	700	-28.306	-65.341	133.802	-353.463								
Fornecimentos e serviços externos	-39.097	-17.467	-	-56.564	-87.287	-9.780	-97.067	-2.361	-3.185	-5.546	-7.709	-10.158	-148	-2.316	-	-20.331	-6.209	-26.722	-997	-2.605	-	-36.533	-2.295	-11.248	-	-13.543	-54.255	-	-283.839								
Custos com o pessoal	-10.609	-778	-	-11.387	-43.150	-1.443	-44.593	-76	-82	-158	899	-891	-8	-	-	-	-846	-8.604	-	-105	-	-11.299	-41	-253	-	-294	-4.498	6.199	-66.030								
Custos com benefícios aos empregados	-7.187	-24.773	-1.418	-33.378	-137.280	-4.568	-141.848	-1.694	-7.384	-9.078	-6.895	-11.049	-480	-2	270	-18.156	-2.940	-19.359	-	-1.608	-	-25.121	-2.067	-8.194	-143	-10.404	-26.299	10.523	-253.761								
Outros custos de exploração	-90.098	-71.168	-3.615	-164.881	-391.442	-40.154	-431.596	-11.141	-10.261	-21.402	-37.344	8.599	-	-	-766	-38.431	-16.616	-89.757	-2.966	-10.374	-	-119.713	-10.099	-39.933	557	-49.475	-113.755	95.990	-843.263								
	505.472	151.779	-8.672	648.579	285.645	44.716	330.361	6.765	16.742	23.507	161.235	118.134	517	-9.059	-1	270.826	114.795	126.870	4.384	-10.103	-	235.946	15.854	104.963	1.036	121.853	-13.371	10.842	1.610.543								
Provisões do exercício	-429	-6.932	-	-7.361	2.028	-13	2.015	4.551	-2.619	1.932	208	-	-	-	-	208	104	-1.455	-	-69	-	-1.420	-211	165	-	-46	-6.519	-7.560	-18.751								
Amortizações do exercício	-150.822	-68.426	-	-219.248	-173.167	-15.325	-188.492	-539	-1.014	-1.553	-69.789	-72.845	-376	-	-	-143.010	-23.817	-31.262	-37	-2.328	-	-57.444	-5.862	-18.385	-	-24.247	-5.170	-666.338									
Compensações de amortizações	1.789	223	-	2.012	44.637	1.968	46.605	-	-	-	407	-	-	-	407	-	-	2.714	-	-	-	2.714	653	1.429	-	2.082	58	-	53.878								
	356.010	76.644	-8.672	423.982	159.143	31.346	190.489	10.777	13.109	23.886	92.061	45.289	141	-9.059	-1	128.431	91.082	96.867	4.347	-12.500	-	179.796	10.434	88.172	1.036	99.642	-43.002	-23.892	979.332								
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	-	12.721	-	12.721	-	-	-	-	-	-	268	-	-	-	-	268	-	-	-	-	-	41.194	-	-	-	-	918	-27.217	27.884								
Outros proventos financeiros	262.436	11.834	-28.857	245.413	259	-	259	10	147	157	4.614	4.161	-5	66.510	-66.030	9.250	3.895	4.541	206	130.037	-128.452	10.227	1.103	832	-13	1.922	700.025	-636.743	330.510								
Juros obtidos	147	9.688	-	9.835	24.536	47	24.583	55	169	224	3.122	419	157	87.043	-81.030	9.711	157	18.634	554	3.226	-1.070	24.210	495	3.233	-	3.728	320.742	-234.955	158.078								
Custos financeiros	-240.315	-25.270	17.787	-247.798	-27.946	-451	-28.397	-1.735	-244	-1.979	-9.763	-31.545	-14	-66.759	66.129	-41.952	-14.552	-7.433	-272	-5.969	1.070	-27.156	-1.453	-541	-1.023	-3.017	-358.110	301.762	-406.647								
Juros suportados	-78.848	-14.146	-	-92.994	-45.611	-4.179	-49.790	-253	-3.982	-4.235	-77.573	1.751	-379	-29.191	84.230	-21.162	-20.718	-20.446	-	-6.171	-	-47.335	-2.603	-166	-	-2.769	-385.681	234.800	-369.166								
Ganhos / (perdas) em associadas	367	319	-	686	-	-	-	-	-	1.901	-150	-	-	-	1.751	-	-	-	-	-31	-	1.629	134	-	-	1.763	9.509	31	13.709								
Resultado antes de impostos	299.797	71.790	-19.742	351.845	110.381	26.763	137.144	8.854	9.199	18.053	14.630	19.925	-100	48.544	3.298	86.297	62.573	92.163	4.835	149.817	-128.483	180.905	9.605	91.664	-	101.269	244.401	-386.214	733.700								
Impostos sobre lucros	-62.656	-16.849	-6.716	-86.221	-9.224	-7.680	-16.904	-2.373	-2.749	-5.122	-6.025	-	30	-14.563	-2	-20.560	-17.556	-31.899	-1.669	-350	-	-51.474	-2.609	-25.515	-	-28.124	9.377	5.491	-193.537								
Resultado líquido do período	237.141	54.941	-26.458	265.624	101.157	19.083	120.240	6.481	6.450	12.931	8.605	19.925	-70	33.981	3.296	65.737	45.017	60.264	3.166	149.467	-128.483	129.431	6.996	66.149	-	73.145	253.778	-380.723	540.163								
Atribuível a:																																					
Acionistas da EDP	237.078	54.210	-26.458	264.830	101.157	18.535	119.692	6.504	6.247	12.751	8.415	19.925	-39	33.981	3.296	65.578	27.070	60.264	3.166	149.467	-128.483	111.484	6.020	62.280	-	68.300	258.030	-421.221	479.444								
Interesses minoritários	63	731	-	794	-	548	548	-23	203	180	190	-	-31	-	159	17.947	17.947	-	-	-	-	976	3.869	-	-	4.845	-4.252	40.498	60.719								
Resultado líquido do período	237.141	54.941	-26.458	265.624	101.157	19.083	120.240	6.481	6.450	12.931	8.605	19.925	-70	33.981	3.296	65.737	45.017	60.264	3.166	149.467	-128.483	129.431	6.996	66.149	-	73.145	253.778	-380.723	540.163								
Activo																																					
Activos fixos tangíveis	3.987.324	1.921.371	-	5.908.695	4.291.902	667.334	4.959.236	3.564	9.644	13.208	4.001.403	3.750.009	13.947	1.501	3.083	7.769.943	1.652.388	850.932	139	8.316	-	2.511.775	305.637	521.003	-	826.640	151.637	158.354	22.299.488								
Activos intangíveis + Goodwill	1.627.551	577.413	-	2.204.964	-	241.633	2.416.633	524	4	528	819.804	560.231	5.912	-	12.723	1.398.670	322.750	62.698	370	100.237	-	486.055	82.779	656.367	-	739.146	344.650	598.137	6.013.783								
Investimentos financeiros em empresas associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.477	1.859	-	-	-	42.336	-	-	-	7.244	-	7.244	73.507	406	-	73.913	1.006.514	955.074	174.933								
Activo corrente	1.016.471	1.098.628	(30.897)	2.084.202	938.838	108.459	1.047.297	135.411	292.704	428.115	540.528	144.530	5.501	267.502	(244.447)	713.614	156.973	383.839	42.269	144.596	(101.555)	626.122	51.143	544.396	(4.437)	591.102	5.887.835	(5.028.320)	6.349.967								
Capitais Próprios e Passivos																																					
Capitais próprios + Interesses Minoritários	1.889.568																																				

Atividade Grupo EDP por Segmentos de Negócio - Contas IFRS

Informação por segmentos de negócio - período de 6 meses findo em 30 de Junho 2008

(Valores em milhares de Euros)

	Eleticidade																								Gás		Operações em		Grupo EDP	
	Produção Ibérica			Distribuição Ibérica *			Comercialização Ibérica			EDP Renováveis			EDP Energias do Brasil					Atividade Ibérica			Operações em									
	Portugal	Espanha	Ajustamentos	Total	Portugal	Espanha	Total	Portugal	Espanha	Total	Europa	E.U.A.	Outras Operações	Ajustamentos	Total	Produção	Distribuição	Comercialização	Outras Operações	Ajustamentos	Total	Portugal	Espanha	Total	Outras Operações	Ajustamentos	Continuação	Descontinuação		
Volume de negócios	1.502.053	387.800	-	1.889.853	2.936.323	81.255	3.017.578	91.006	479.318	570.324	194.021	64.445	-	-	258.466	146.635	777.430	148.684	-	-133.618	939.131	116.495	615.312	731.807	128.421	-978.400	6.557.260	162.950	6.720.210	
Clientes ativos	1.275.076	271.894	-	1.546.970	2.892.142	85.507	2.977.649	78.040	408.733	486.793	131.494	64.445	-	-	195.941	43.364	776.372	128.132	-	-	948.048	63.499	608.555	672.054	-107.267	-	6.557.260	162.950	6.720.210	
Clientes Inter segmentos	226.977	115.986	-	342.963	44.181	-4.252	39.929	12.946	70.585	83.531	62.525	-	-	-	62.525	103.271	858	20.552	-	-133.618	-8.937	52.996	6.757	59.753	235.688	-815.452	-	-	-	
Custos com aquisição de electricidade	-551.832	-23.774	1.114	-574.492	-2.237.471	-	-2.237.471	-81.569	-448.444	-530.013	-192	-145	-	-	-337	-19.704	-457.172	-132.934	-	133.618	-476.192	-	-72.449	-	681.507	-3.209.447	-47.879	-3.257.326		
Custos com aquisição de gás	-	-	-	-	-	-	-	-	-3.181	-3.181	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-88.270	-415.562	-503.832	-	121.334	-385.679	-	-385.679	
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	-338.899	-212.848	-	-551.747	-5.541	457	-5.084	-2.746	-3.478	-6.224	-1.488	-	-	-	-1.488	-338	-4.957	-	-	-	-5.331	-	-72	-72	-49.827	-10.373	-630.146	-2.044	-632.190	
	611.322	151.258	1.114	763.694	693.311	81.712	775.023	6.691	24.215	30.906	192.341	64.300	-	-	256.641	126.593	315.301	15.743	-	-	457.608	28.225	127.229	155.454	78.594	-185.932	2.331.988	113.027	2.445.015	
Outros proventos / (custos)	4.222	14.054	-	18.276	24.040	9.414	33.454	1.150	16.640	17.790	1.574	43.349	-	-563	44.360	28	6.414	-	185	-	6.627	2.523	8.480	11.003	32.569	-54.273	109.806	1.823	111.629	
Outros proventos de exploração	-46.232	-26.143	-	-72.375	-131.400	-28.150	-159.550	-7.124	-17.599	-24.723	-26.910	-18.853	-288	221	-45.830	-6.081	-65.555	-	-4.715	-	-77.070	-5.107	-19.961	-25.068	-70.362	141.895	-333.083	-22.143	-355.226	
Fornecimentos e serviços externos	-42.644	-17.407	-	-60.051	-91.347	-11.406	-102.753	-2.407	-3.336	-5.743	-9.573	-7.342	-	-	-16.573	-4.529	-44.183	-	-895	-2.302	-	-51.909	-2.856	-10.727	-13.583	-49.421	11.045	-288.988	-12.511	-301.499
Custos com o pessoal	-9.654	-849	-	-10.503	-37.933	-1.322	-39.255	-77	-85	-162	-76	-410	-	-	-486	-231	-8.964	-	-219	-	-9.454	-35	-237	-272	-4.439	7.889	-56.682	-1.183	-57.865	
Custos com benefícios aos empregados	-4.322	-34.687	-1.114	-40.123	-128.935	-3.875	-132.810	-264	-4.492	-4.756	-6.090	-5.279	-	-	-11.369	-3.218	-22.348	-	-428	-	-28.131	-2.255	-10.770	-13.025	-8.155	16.951	-271.418	-36.101	-257.519	
Outros custos de exploração	-98.630	-65.032	-1.114	-164.776	-365.575	-35.339	-400.914	-8.722	-8.872	-17.594	-41.075	11.465	-288	-	-29.898	-14.031	-134.436	-4.741	-7.479	750	-159.937	-7.730	-33.215	-40.945	-99.808	123.507	-790.365	-70.115	-860.480	
	512.692	86.226	-	598.918	327.736	46.373	374.109	-2.031	15.343	13.312	151.266	75.765	-288	-	226.743	112.562	180.865	11.002	-7.508	750	297.631	20.495	94.014	114.509	-21.214	-62.425	1.541.623	42.912	1.584.535	
Provisões	-	-	-	-362	-75	437	-692	217	475	-	-	-817	-	-	-817	-181	4.360	-	-	-	-4.541	-2.042	-231	-2.273	-2.285	-3.857	-14.685	-2.803	-17.488	
Amortizações	-137.266	-50.635	-	-187.901	-169.391	-13.756	-183.147	-501	-630	-1.131	-55.062	-38.564	-	-	-93.626	-15.333	-49.231	-55	-52.659	-	-117.278	-6.695	-16.853	-23.548	-5.368	-14.196	-626.195	-21.907	-648.102	
Compensação de amortizações	1.798	225	-	2.023	43.150	1.607	44.757	-	-	-	351	-	-	-	351	-	4.920	-	-	-	4.920	843	1.374	2.217	133	-2.208	52.193	2.209	54.402	
	377.224	35.816	-	413.040	201.133	34.149	235.282	-3.224	14.930	11.706	96.555	36.384	-288	-	132.651	97.048	132.194	10.947	-60.167	750	180.772	12.601	78.304	90.905	-28.734	-82.686	952.936	20.411	973.347	
Ganhos / perdas na alienação de activos financeiros	-32.997	50	-	-32.947	680	-	680	-	-	-	2.363	-	-	-	2.363	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-7.648	519.072	481.520	-	481.520	
Outros proventos financeiros	82.288	12.213	-27.252	67.249	1.785	-	1.785	134	129	263	887	401	11.630	-	12.918	1.262	7.461	291	113.773	-112.904	9.883	183	24	207	711.576	-613.115	190.766	1.396	192.162	
Juros obtidos	91	6.270	76	6.437	5.686	55	5.741	86	153	239	3.202	994	16.779	-14.867	6.108	3.311	26.781	496	3.466	-860	33.194	751	6.903	7.654	251.892	-207.784	103.481	7.528	111.009	
Custos financeiros	-106.188	-10.843	42.587	-74.454	-9	-245	-6.659	-187	-6.856	-594	-20.476	-	-	-	-21.003	-6.707	-14.199	-110	-163	20.319	-4.75	-7.907	-8.382	-410.428	119.748	-421.948	-660	-422.608		
Juros suportados	-55.338	-10.957	-	-66.295	-49.364	-5.881	-55.245	-485	-765	-1.250	-70.766	-3.187	-	-	-14.859	-60.425	-20.737	-3.182	-181	-	-52.700	-3.832	-764	-4.596	-223.359	-380.892	-11.109	-392.001		
Ganhos / (perdas) em associadas	3.973	259	-	4.232	-	-	-	-	-	-	2.266	-26	-	-	2.240	-	-	-	-	-	971	105	1.076	11.430	-	18.978	-	-	18.978	
Resultados antes imposto	269.043	32.808	15.411	317.262	159.911	28.078	187.989	-10.158	14.260	4.102	33.913	14.150	26.790	-1	74.852	74.177	120.455	11.624	56.728	-112.154	150.830	10.199	76.665	86.864	-41.406	944.841	164.348	17.566	962.407	
Impostos sobre lucros	-64.735	-6.580	-871	-72.186	-37.562	-8.424	-45.986	1.909	-4.184	-2.275	-12.384	-	-7.990	1	-20.373	-12.436	-41.150	-3.942	-9.643	-	-67.171	-3.002	-21.781	-24.783	38.359	16.320	-178.095	-5.960	-184.055	
Resultado depois de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas	204.308	26.228	14.540	245.076	122.349	19.654	142.003	-8.249	10.076	1.827	21.529	14.150	18.800	-	54.479	61.741	79.305	7.682	47.085	-112.154	83.659	7.197	54.884	62.081	202.707	-25.086	766.746	11.606	778.352	
Ganhos / (perdas) na alienação de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-8.477	-8.477
Resultado líquido do exercício	204.308	26.228	14.540	245.076	122.349	19.654	142.003	-8.249	10.076	1.827	21.529	14.150	18.800	-	54.479	61.741	79.305	7.682	47.085	-112.154	83.659	7.197	54.884	62.081	202.707	-25.086	766.746	3.129	769.875	
Atribuível a:																														
EDP	204.645	23.663	14.540	242.848	122.349	19.166	141.515	-8.261	9.759	1.498	18.632	14.150	18.800	-2.012	49.570	45.437	79.305	7.682	46.430	-112.154	66.700	4.859	51.083	55.942	206.547	-60.701	703.919	-956	702.963	
Interesses minoritários	-337	2.565	-	2.228	-	488	488	12	317	329	2.897	-	-	2.012	4.909	16.304	-	-	655	-	16.959	2.338	3.801	6.139	-3.840	35.615	62.827	4.085	66.912	
Resultado líquido do exercício	204.308	26.228	14.540	245.076	122.349	19.654	142.003	-8.249	10.076	1.827	21.529	14.150	18.800	-	54.479	61.741	79.305	7.682	47.085	-112.154	83.659	7.197	54.884	62.081	202.707	-25.086	766.746	3.129	769.875	
Activos																														
Activos tangíveis	3.837.915	1.838.474	-	5.676.389	4.255.646	622.066	4.877.712	2.531	5.799	8.330	3.009.604	2.398.218	-	-	5.407.822	1.042.578	1.294.825	169	783	-	2.338.355	279.525	480.474	759.999	123.422	(232.551)	ai	ai	18.959.478	
Activos intangíveis + Goodwill	1.370.080	588.767	-	1.958.847	-	235.641	2.35.641	1	6	7	789.327	503.303	-	-	12.724	1.305.354	141.119	81.919	349	(19.277)	(2.107)	202.003	5.044	624.686	629.730	70	1.117.153	ai	ai	5.448.805
Investimentos financeiros em empresas associadas	250	566	-	816	-	-	-	-	-	-	30.832	1.884	-	-	(77)	32.439	-	59.489	97	(55.488)	4.098									

IX. RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTRADO NA CMVM



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009, da EDP – Energias de Portugal, S.A., incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 37.626.526 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas de 6.612.475 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas de 479.444 milhares de euros), e na Demonstração dos Resultados consolidados, dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e do rendimento integral do período de seis meses findo naquela data e nas correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras consolidadas, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:
 - a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio, do rendimento integral e dos fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira, que seja preparada em conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira consolidada anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira consolidada;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira consolidada;
 - se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e
 - b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante no Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

PARECER

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 30 de Julho de 2009



KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (Nº 189)
representada por
Jean-éric Gaign (ROC Nº 1013)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009, da EDP – Energias de Portugal, S.A., incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 18.980.809 milhares de euros e um total de capital próprio de 6.149.365 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 326.174 milhares de euros), e na Demonstração dos Resultados, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do período de seis meses findo naquela data e nas correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:
 - a) a preparação de informação financeira que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira, que seja preparada em conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

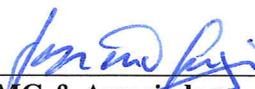
ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira;
 - se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e
 - b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante no Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

PARECER

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 30 de Julho de 2009



KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (Nº 189)

representada por

Jean-éric Gaign (ROC Nº 1013)

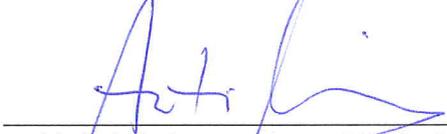
**X. DECLARAÇÕES DE RESPONSABILIDADE PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E
RELATÓRIO DE GESTÃO INTERCALAR**

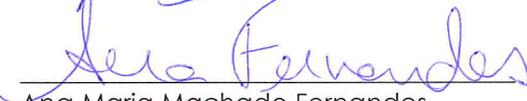
EDP – Energias de Portugal, S.A.
Conselho de Administração Executivo

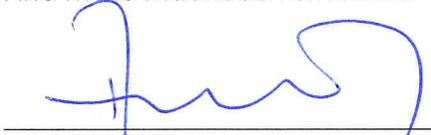
DECLARAÇÃO

Com referência ao primeiro semestre do exercício de 2009 e nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Decreto-lei n.º 357-A/2007 de 31 de Outubro, os signatários, na qualidade de administradores, declaram que, tanto quanto é do conhecimento de cada um deles, as demonstrações financeiras condensadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da EDP – Energias de Portugal, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão Intercalar expõe fielmente as informações exigidas nos termos do nº 2 do mesmo artigo.

Lisboa, 30 de Julho de 2009



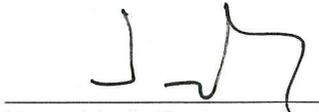
António Luís Guerra Nunes-Meixia, Presidente

Ana Maria Machado Fernandes

António Fernando Melo Martins da Costa

António Manuel Barreto Pita de Abreu

João Manuel Manso Neto

Jorge Manuel Pragana da Cruz Morais

Nuno Maria Pestana de Almeida Alves

EDP – Energias de Portugal, S.A.
Miguel Tiago Perestrelo da Câmara Ribeiro Ferreira
Director
Centro Corporativo

DECLARAÇÃO

Com referência ao primeiro semestre do exercício de 2009 e nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Decreto-lei n.º 357-A/2007 de 31 de Outubro, declaro que, tanto quanto é do meu conhecimento, as demonstrações financeiras condensadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da EDP – Energias de Portugal, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão Intercalar expõe fielmente as informações exigidas nos termos do nº 2 do mesmo artigo.

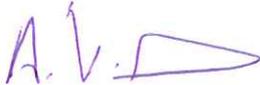
Lisboa, 30 de Julho de 2009



DECLARAÇÃO

Nos termos do artigo 246º, n.º 1, al. c) do Código dos Valores Mobiliários (adiante designado CVM), tanto quanto é do conhecimento de cada um dos signatários, a informação prevista na alínea a), do n.º 1 do artigo 246º do CVM (“demonstrações financeiras condensadas”), relativa ao 1º Semestre de 2009, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da **EDP - Energias de Portugal, S.A.** e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que, nos termos do n.º 2 do artigo 246º do CVM, o relatório de gestão intercalar do 1º Semestre de 2009 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos no referido período, o seu impacto nas respectivas demonstrações financeiras, bem como descreve os principais riscos e incertezas para os próximos seis meses do exercício de 2009.

Lisboa, 30 de Julho de 2009

António de Almeida - *Presidente*

António Sarmento Gomes Mota



Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado



Fernando Manuel Barbosa-Faria de Oliveira



José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Khalifa Abdulla Khamis Al Romaiti



Mohamed Meziane

Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena



Vítor Fernando da Conceição Gonçalves

Alberto João Coraceiro de Castro - *Vice-Presidente*

Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira



Eduardo de Almeida Catroga



José Maria Brandão de Brito



José Manuel dos Santos Fernandes



Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro



Ricardo José Minotti da Cruz Filipe



Vasco Maria Guimarães José de Mello